

DECLARAÇÃO

Apresentamos abaixo os índices contábeis da TELEMAR NORTE LESTE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, com base no balanço **de 31 de dezembro de 2018**.

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 0,49$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,04$$

$$\text{CCL} = (\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}) = \text{R\$ } 172.176 \text{ mil}$$

$$\text{LS} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,02$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 2,01$$

$$\text{EG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}} = 0,50$$

$$\text{CT} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} = 0,99$$

$$\text{GCT} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 1,01$$

$$\text{S} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo não Circulante}} = 2,70$$

Onde (em milhares de reais):

Ativo Total = 33.905.145

Ativo Circulante = 4.451.828

Ativo não Circulante* = 3.877.274

Estoques = 101.310

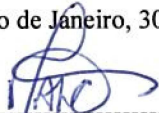
Passivo Circulante = 4.279.652

Passivo não Circulante = 12.554.361

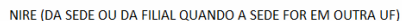
Patrimônio Líquido = 17.071.132

*Não inclui Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019.



Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ- 083.182
Contador



Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

Eventos

006

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR CORINTHO DE ARRUDA FALCAO FILHO, EDUARDO MARCELO UENO E MAURO TINOCO DE REZENDE FILHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 16/05/2019 e arquivado em 16/05/2019


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2019/279934-7

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

61

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/61





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0015258-0

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

00-2019/279934-7

14/05/2019 - 15:57:33

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003611132 - 14/05/2019

NIRE: 33.3.0015258-0

TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

| Órgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 595,00 | 595,00 |
| DREI | 21,00 | 21,00 |

Boleto(s): 103066499

Hash: 7DDFE4FC-7077-463C-AD24-0A265FCE519A



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

| Código do Ato | Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|---------------|---------------|-------|--|
| 006 | 999 | 1 | Ata de Assembleia Geral Ordinária / Ata de Assembleia Geral Ordinária |
| XXX | XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XXX | XX |

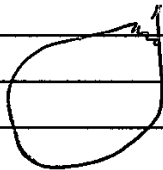
Rio

Local

14/05/2019

Data

Representante legal da empresa

| | |
|----------------------|---|
| Nome: | |
| Assinatura: |  |
| Telefone de contato: | |
| E-mail: | |
| Tipo de documento: | Híbrido |
| Data de criação: | 14/05/2019 |
| Data da 1ª entrada: | |

JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO
Despachante Documentalista
CRDD/RJ nº 00256
96408 - 7478
jparda@uzpublicidade.com



00-2019/279934-7

TELEMAR NORTE LESTE S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

Ata da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

realizada no dia 29 de abril de 2019

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

1. LOCAL, DATA E HORA: Realizada na sede da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Rua do Lavradio, 71, 2º andar - Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070, no dia 29 de abril de 2019, às 10h30.

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.

3. PRESENÇA: Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, acionista da Companhia detentora de 100% do capital social (a "Acionista"), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.

4. MESA: Como Presidente, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.

5. ORDEM DO DIA: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (iii) Fixar a verba global de remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício de 2019.

6. DELIBERAÇÕES: Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela Acionista representando 100% do capital social da Companhia:

6.1. Inicialmente, com relação ao **item (i)** da Ordem do Dia, foi dispensada a leitura do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras, relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, por já serem do conhecimento da Acionista, tendo em vista que tais documentos foram integralmente publicados nas edições do dia 26 de abril de 2018 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas páginas 32 a 44, e do Jornal Diário Comercial, nas páginas 27 a 40. Foi considerada sanada a falta de publicação dos anúncios comunicando a disponibilidade dos documentos da Administração acima referidos, conforme artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, a Acionista aprovou as contas dos administradores e o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

6.2. Em relação ao **item (ii)** da Ordem do Dia, em conformidade com a proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2018, a Acionista aprovou que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2018, no montante de R\$ 7.969.681.713,47 (sete bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e treze reais e quarenta e sete centavos), após deduzido o montante de R\$5.730.766.286,04 (cinco bilhões, setecentos e trinta milhões, setecentos



e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e quatro centavos), para absorção de prejuízo acumulados de anos anteriores, seja destinado da seguinte forma: **(a)**; R\$111.945.771,37 (cento e onze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos), para constituição da reserva legal; **(c)** o montante de R\$20.758.701,15 (vinte milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e um reais e quinze centavos), para reconstituição da reserva de incentivo fiscal; **(c)** o montante de R\$ 1.574.468.540,89 (um bilhão, quinhentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos) para constituição da reserva de investimento; e **(d)** o montante de R\$ 531.742.414,01 (quinhentos e trinta e um milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quatorze reais e um centavo) para a constituição de reserva de lucros a realizar.

6.3. Quanto ao **item (iii)** da Ordem do Dia, considerando que os atuais membros da Diretoria ao tomarem posse renunciaram à percepção de remuneração, conforme Termos de Posse firmados pelos mesmos, a Acionista decidiu que o valor global de Remuneração para a Administração da Companhia no exercício de 2019 será igual a R\$0,00, sendo certo que tal aprovação deverá ser revista pela Acionista caso, antes da próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, se verifique alguma modificação no cenário atual de renúncia à percepção de remuneração pelos administradores.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Acionista, que autorizou sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do art. 130, § 2º, da Lei das S.A. Assinaturas: Presidente da Mesa: Eurico de Jesus Teles Neto; Secretária da Mesa: Daniella Geszikter Ventura; Acionista: Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, representada por Eurico de Jesus Teles Neto, Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, Bernardo Kos Winik e José Cláudio Moreira Gonçalves.

A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2019.


Daniella Geszikter Ventura
Secretária da Mesa

CNPJ 33.000.118/0001-79



| | | | | | | | | |
|--|------------|---------|-----------|---------|------------|----------------------|-------|-------|
| Fornecedores | 120.030,00 | 42.549 | 220.365 | 174.788 | 596.615 | Despesas financeiras | (164) | (167) |
| Oi | | 87.044 | 85.048 | | | Hípermer | (155) | (156) |
| Oi Móvel | | 168.833 | 121.160 | | | Outras entidades | (9) | (8) |
| Serdec | | 26.125 | 20.136 | | | | | |
| Paggo Administradora | | (1.993) | 697 | | | | | |
| B/T Multimídia | | | 634.919 | | | | | |
| Oi Internet | | | 166.069 | | | | | |
| Rede Conecta | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 18) (i) | | 8.266 | 4.390.441 | 142.328 | 10.474.975 | | | |
| Oi | | | 3.064.056 | | 3.129.706 | | | |
| Oi Móvel | | | 811.243 | | | | | |
| B/T Multimídia | | 8.266 | 9.235 | | | | | |
| Oi Internet | | | 137 | | | | | |
| PT Participações | | | 475.800 | | 475.800 | | | |
| Oi Serviços Financeiros | | | | 6 | 44.789 | | | |
| Oi Holanda | | | | 142.322 | 6.814.678 | | | |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | | 819.571 | 848.041 | | 848.041 | | | |
| Oi | | | 848.041 | | 848.041 | | | |
| Oi Móvel (i) | | 819.571 | | | | | | |
| Demais obrigações | | 157.424 | 344.543 | 266.227 | 590.285 | | | |
| Oi | | 149.289 | 335.204 | 266.227 | 590.285 | | | |
| Oi Móvel | | 6.932 | 7.671 | | | | | |
| B/T Multimídia | | 781 | 1.007 | | | | | |
| Paggo Administradora | | 422 | 422 | | | | | |
| Oi Internet | | | 241 | | | | | |

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com sua controladora segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Da mesma forma a Companhia, no âmbito da recuperação judicial, mantém a classificação de suas dívidas de acordo com prazo de pagamento. (ii) Em março de 2018, após a aprovação do PRJ e seguindo seus respectivos ritos, foi promovido um encontro de contas entre a TMAR, Oi Móvel e Oi, onde os créditos de dividendos e JSCP que a Oi detinha em relação à TMAR foram transferidos para a Oi Móvel considerando as compensações de créditos realizadas entre as empresas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita | | | | |
| Receita dos serviços prestados | 613.954 | 533.893 | 922.295 | 1.020.153 |
| Oi | 26.327 | 51.179 | 922.295 | 1.020.153 |
| Oi Móvel | 557.646 | 473.238 | | |
| Oi Internet | 2 | 5 | | |
| B/T Multimídia | 3.498 | 6.344 | | |
| Serdec | 24.845 | 1.962 | | |
| Rede Conecta | 1.580 | 599 | | |
| Rio Alto | | 528 | | |
| Paggo Administradora | 56 | 38 | | |
| Receitas financeiras | 196.962 | 112.742 | 7.205.483 | 589.144 |
| Oi | 18.748 | 111.540 | 84.788 | 589.045 |
| Oi Serviços Financeiros | | | | 99 |
| Oi Móvel | 166 | 1.202 | | |
| Serdec | 23.435 | | | |
| Rede Conecta | 31.470 | | | |
| B/T Multimídia | 2.213 | | | |
| PT Participações | 120.930 | | 120.930 | |
| Oi Holanda | | | 6.999.765 | |
| | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Custos e despesas | | | | |
| Custos e despesas operacionais | (1.247.589) | (1.488.744) | (131.458) | (153.109) |
| Oi | (26.392) | (81.106) | (131.458) | (152.563) |
| Oi Móvel | (212.602) | (415.411) | | |
| Serdec | (677.196) | (600.810) | | |
| Paggo Administradora | (12.116) | (13.663) | | |
| B/T Multimídia | (374) | (405) | | |
| Oi Internet | | (1) | | |
| Rede Conecta | (316.909) | (377.348) | | |
| Rio Alto | | | | (546) |
| Despesas financeiras | (734.132) | (438.846) | (2.659.407) | (1.620.115) |
| Oi | (716.568) | (345.280) | (1.548.241) | (365.306) |
| Oi Móvel | 123.662 | (84.110) | | |
| B/T Multimídia | 471 | (954) | | |
| Serdec | (12.539) | | | |
| Oi Internet | 21 | (14) | | |
| PT Participações | (129.178) | (28.508) | (129.178) | (28.508) |
| Oi Serviços Financeiros | | | (3.203) | (5.076) |
| Oi Holanda | | | (878.795) | (1.221.226) |

Linhas de crédito: A Companhia pode conceder (ou receber) linhas de crédito às (de) suas controladas ou controladora com a finalidade de fornecer ou receber capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente e 115% do CDI (2017 - 115%.

| DIRETORES ESTATUTÁRIOS | CONTADOR | DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO |
|---|-------------------------------------|--|
| Euclides de Jesus Teles Neto (Diretor Presidente) | Marcelo Antônio Lual Gomes | David Tavares Neves Nunes |
| Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Diretor de Finanças) | CRC-RJ 083.182 | CRC-RJ 069.013 |
| José Claudio Moreira Gonçalves (Diretor) | | |
| Bernardo Kos Wink (Diretor) | | |
| | DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO | |
| | Silvio Almeida | |

continua →

☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. Em janeiro de 2018, ocorreu o pagamento da última parcela desse programa, referente ao exercício de 2017. 25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da "holding" Oi)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber | 438.853 | 1.890.194 | = 399.758 | 577.782 |
| Oi | 26.287 | 121.174 | 399.758 | 577.589 |
| Pio Alto | | 193 | | 193 |
| Oi Móvel | 384.793 | 1.663.217 | | |
| Brt Multimídia | 25.709 | 52.787 | | |
| Oi Internet | | 62.622 | | |
| Sereste | | 155 | | |
| Paggo Administradora | 64 | 46 | | |
| Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante) | 19.161 | 1.186.125 | 19.161 | 5.805.685 |
| Oi | 19.161 | 1.185.952 | 19.161 | 5.805.685 |
| Oi Móvel | | 173 | | |
| Dividendos a receber | 663.865 | 870.125 | | 27.940 |
| Brt Multimídia | | 127.996 | | |
| Brt Card | 87 | 2.457 | | |
| Oi Móvel | 663.778 | 348.590 | | |
| Copart 5 | | 27.940 | | 27.940 |
| Oi Internet | | 363.142 | | |
| Demais ativos | 201.707 | 380.112 | 58.265 | |
| Oi | 61.338 | 8.596 | 58.265 | |
| Oi Móvel | 92.198 | | | |
| Sereste | 43.921 | 138.862 | | |
| Brt Multimídia | 198 | 29 | | |
| Brt Call Center | 4.052 | | | |
| Rede Conecta | | 232.825 | | |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | 1.206.658 | 1.449.294 | 174.788 | 596.615 |
| Oi | 42.549 | 220.365 | 174.788 | 596.615 |
| Oi Móvel | 971.044 | 85.948 | | |
| Sereste | 168.933 | 121.160 | | |
| Paggo Administradora | 26.125 | 20.136 | | |
| Brt Multimídia | (1.993) | 697 | | |
| Oi Internet | | 834.919 | | |
| Rede Conecta | | 166.069 | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 18) (i) | 8.266 | 4.360.441 | 142.328 | 10.474.975 |
| Oi | | 3.064.056 | | 3.138.708 |
| Oi Móvel | | 811.243 | | |
| Brt Multimídia | 8.266 | 9.205 | | |
| Oi Internet | | 137 | | |
| PT Participações | | 475.800 | | 475.800 |
| Oi Serviços Financeiros | | | 6 | 44.789 |
| Oi Holanda | | | 142.322 | 6.814.678 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 819.571 | 848.041 | | 848.041 |
| Oi | | 848.041 | | 848.041 |
| Oi Móvel (ii) | 819.571 | | | |
| Demais obrigações | 157.424 | 344.545 | 268.227 | 590.285 |
| Oi | 149.289 | 335.204 | 268.227 | 590.285 |
| Oi Móvel | 6.932 | 7.671 | | |
| Brt Multimídia | 781 | 1.007 | | |
| Paggo Administradora | 422 | 422 | | |
| Oi Internet | | 241 | | |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber | 438.853 | 1.890.194 | = 399.758 | 577.782 |
| Oi | 26.287 | 121.174 | 399.758 | 577.589 |
| Pio Alto | | 193 | | 193 |
| Oi Móvel | 384.793 | 1.663.217 | | |
| Brt Multimídia | 25.709 | 52.787 | | |
| Oi Internet | | 62.622 | | |
| Sereste | | 155 | | |
| Paggo Administradora | 64 | 46 | | |
| Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante) | 19.161 | 1.186.125 | 19.161 | 5.805.685 |
| Oi | 19.161 | 1.185.952 | 19.161 | 5.805.685 |
| Oi Móvel | | 173 | | |
| Dividendos a receber | 663.865 | 870.125 | | 27.940 |
| Brt Multimídia | | 127.996 | | |
| Brt Card | 87 | 2.457 | | |
| Oi Móvel | 663.778 | 348.590 | | |
| Copart 5 | | 27.940 | | 27.940 |
| Oi Internet | | 363.142 | | |
| Demais ativos | 201.707 | 380.112 | 58.265 | |
| Oi | 61.338 | 8.596 | 58.265 | |
| Oi Móvel | 92.198 | | | |
| Sereste | 43.921 | 138.862 | | |
| Brt Multimídia | 198 | 29 | | |
| Brt Call Center | 4.052 | | | |
| Rede Conecta | | 232.825 | | |

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com sua controladora segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Da mesma forma a Companhia, no âmbito da recuperação judicial, manteve a classificação de suas dívidas de acordo com prazo de pagamento. (ii) Em março de 2018, após a aprovação da PRJ e segundo

do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos "intercompany" em Peais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2018 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Peais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Aluguel de infraestrutura de transmissão: As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e ELD. As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial. Garantias: A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto. Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|------|-------------|-------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber | | | 6.359 | 5.929 |
| Outras entidades | | | 6.359 | 5.929 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | 71.894 | 65.408 | 74.210 | 67.654 |
| Hispanar | 65.789 | 61.163 | 66.704 | 62.094 |
| Outras entidades | 6.205 | 4.245 | 7.506 | 5.560 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|------|-------------|------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita | | | | |
| Receita dos serviços prestados | 270 | 62 | 324 | 119 |
| Hispanar | 270 | 62 | 270 | 62 |
| Outras entidades | | | 54 | 57 |
| Receita financeira | | | 430 | |
| Outras entidades | | | 430 | |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Custos e despesas | | | | |
| Custos e despesas operacionais | (230.841) | (27.533) | (236.087) | (215.079) |
| Hispanar | (203.230) | (207.271) | (185.223) | |
| Outras entidades | (27.411) | (27.533) | (28.816) | (29.856) |
| Despesas financeiras | (164) | | (167) | |
| Hispanar | (155) | | (158) | |
| Outras entidades | (9) | | (9) | |

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os diretores estatutários, foi de R\$ 8.289 (2017 - R\$ 3.986). A Homologação judicial do PRJ, após sua votação e aprovação pelos credores em assembleia, ensejou o pagamento de remuneração excepcional à diretoria estatutária, pontual e não recorrente, de até R\$ 3,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os diretores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da Oi. 26 SEGUROS: Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão. As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

| | Consolidado | |
|--|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 |
| Modalidade de seguro | | |
| Riscos operacionais e lucros cessantes | 700.000 | 700.000 |
| Incêndio - estoques | 150.000 | 150.000 |
| Responsabilidade civil - terceiros (*) | 309.994 | 264.640 |
| Roubo - estoques | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil - geral | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil - veículos | 2.000 | 3.000 |

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2016 (ptax): R\$ 3,8748= US\$ 1,00. 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 7/61

(vi) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da homologação do PRJ. Em 2017, refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ (Nota 21). (vii) Representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior à Homologação do PRJ e outras receitas no montante de R\$ 910 milhões e ajuste a valor presente de fornecedores e clientela geral no montante de R\$ 624 milhões. (viii) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ no montante de R\$ 964 milhões, despesas de juros sobre dívidas e debêntures novadas de R\$ 4 milhões. (ix) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias, financeiras e despesas associadas ao PRJ. 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO: Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro | | | | |
| Tributos correntes | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) |
| Tributos diferidos | 417.894 | 409.366 | 496.488 | 847.677 |
| Total | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL | 7.598.266 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado | (2.569.811) | 1.548.716 | (2.480.789) | 1.514.101 |
| Equivalência patrimonial | 2.279.583 | (68.591) | (2.720) | (371) |
| Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio | (131.969) | (25.241) | | |
| Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i) | 20 | 450 | 2.958 | 13.435 |
| Exclusões (adições) permanentes (ii) | 3.048.032 | (403.801) | 5.057.632 | (459.657) |
| Provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii) | (2.214.441) | (767.999) | (1.896.581) | (947.330) |
| Efeitos de taxas de impostos diferenciadas (iv), * | | | 1.705 | (794) |
| Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |

(i) Refere-se basicamente ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusões e adições permanentes em 2018 e 2017 são: multas indevidíveis, ajuste a valor justo, retificação de obrigação ANATEL e baixa de depreciação acelerada de anos anteriores. (iii) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10). (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior. 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são mensuradas pelos respectivos valores justos. (a) Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Caixa e contas bancárias | 72.411 | 73.462 | 154.089 | 168.184 |
| Equivalentes de caixa | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.233 |
| Total | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Operações compromissadas | 177.062 | 520.679 | 1.862.894 | 2.682.168 |
| Títulos privados | 72.555 | | 526.794 | |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário "Time Deposits" | 85.660 | 42.017 | 173.241 | 81.093 |
| Outros | 1.040 | 914 | 1.040 | 914 |
| Total | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.233 |

(b) Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Títulos privados | | | 33.494 | 84.729 |
| Títulos públicos | 6.074 | | 9.829 | 7.060 |
| Total | 6.074 | | 43.323 | 91.789 |
| Circulante | 6.074 | | 11.196 | 7.060 |
| Não circulante | | | 32.127 | 84.729 |

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros. Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

9. CONTAS A RECEBER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Serviços faturados | 1.953.601 | 3.464.200 | 5.875.397 | 6.226.710 |
| Serviços a faturar | 294.468 | 304.391 | 534.727 | 303.067 |
| Aparelhos, acessórios e outros ativos | | | 560.497 | 624.136 |
| Subtotal: | 2.248.069 | 3.768.591 | 6.970.621 | 7.153.913 |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | (732.534) | (463.784) | (1.192.062) | (769.739) |
| Total | 1.515.535 | 3.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 |

* Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 26.

Impostos diferidos ativos com relação a:

| | Reconhecido | | Adições/ | | Saldo em 2018 |
|--|------------------|-----------------------------|-----------------------------------|---------------|------------------|
| | Saldo em 2017 | no resultado IR/CS diferido | diretamente líquido no patrimônio | Compensações | |
| Diferenças temporárias | | | | | |
| Provisões de tributos com exigibilidade suspensa | 86.417 | (77.231) | | | 9.186 |
| Provisão para participação nos lucros | 79.956 | (3.567) | | | 76.389 |
| Provisão para fundos de pensão | (829) | (235) | 1.731 | | 667 |
| Provisões | 834.959 | (327.820) | | | 507.139 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 580.828 | (275.767) | | | 305.061 |
| Variações cambiais (i) | 334.040 | 336.176 | | | 670.216 |
| Outras adições/exclusões temporárias - Ativo | 485.686 | 136.567 | | | 622.253 |
| Juros de dívida (i) | 544.610 | (544.610) | | | |
| Obrigação onerosa | | 1.110.801 | | | 1.110.801 |
| Tributos diferidos sobre diferenças temporárias | 2.945.667 | 354.514 | 1.731 | | 3.301.912 |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (ii) | 3.610.083 | 2.310.689 | | 24.941 | 5.945.713 |
| Total imposto diferido ativo | 6.555.750 | 2.665.203 | 1.731 | 24.941 | 9.247.625 |
| Tributos diferidos passivos | | | | | |
| Diferenças temporárias e IR e CS Passivo (iii) | (768.296) | (272.134) | | | (1.040.432) |
| Provisão para perda | (6.287.562) | (1.896.581) | | | (8.184.143) |
| Total de tributos diferidos | (500.110) | 496.488 | 1.731 | 24.941 | 23.050 |

(i) Em decorrência da novação das dívidas no âmbito da Homologação do PRJ, os créditos fiscais diferidos de juros e variação cambial sobre passivos financeiros foram desreconhecidos na data da novação em 5 de fevereiro. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de créditos fiscais sobre variações cambiais refere-se ao período subsequente à homologação do Plano. (ii) Refere-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais. O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 17.487.390 e correspondem a R\$ 5.945.713 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 35.009 (2017 - R\$ 353.555) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis. (iii) Refere-se principalmente aos efeitos tributários sobre diferenças temporárias relativos a variação cambial, atualização de depósitos judiciais.

11. OUTROS TRIBUTOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| ICMS a recuperar (i) | 610.516 | 771.033 | 980.186 | 1.084.002 |
| PIS e COFINS | 56.258 | 75.456 | 115.679 | 127.623 |
| Outros | 42.708 | 46.316 | 62.993 | 39.074 |
| Total | 709.482 | 892.805 | 1.138.858 | 1.250.699 |
| Circulante | 336.608 | 576.991 | 570.292 | 808.330 |
| Não circulante | 372.874 | 315.814 | 568.566 | 442.369 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| FUST/FUNTEL/Radiodifusão (i) | 350.570 | 363.289 | 455.494 | 853.874 |
| ICMS | 134.237 | 186.420 | 369.598 | 332.877 |
| PIS e COFINS (iii) | 77.067 | 56.431 | 211.524 | 152.755 |
| ISS | | 103 | 50.482 | 42.830 |
| Outros (iv) | 50.120 | 35.567 | 118.202 | 184.252 |
| Total | 612.197 | 642.014 | 1.205.270 | 1.566.588 |
| Circulante | 267.190 | 286.287 | 799.549 | 738.438 |
| Não circulante | 345.007 | 355.727 | 405.721 | 828.150 |

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. (ii) A Companhia, em litigância com a sua controladora, Oi, e sua controlada Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos. (iii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas. Ressalte-se que a Companhia, sua controlada Oi Móvel e junto com a sua controladora Oi, possuem ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional. Em março de 2018, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS. Há ainda um terceiro processo da controlada Oi Móvel que se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O montante total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2018, é de aproximadamente R\$ 1,58 bilhões consolidado. Em relação aos dois processos em que se obteve a decisão judicial final, os valores consolidados montam a aproximadamente R\$ 0,5 bilhão na ação ajuizada em litigância com a Oi. Para dar início à utilização desses créditos reconhecidos judicialmente para compensar débitos relativos a tributos federais vitoriosos, a Companhia vem realizando minuciosa análise objetivando quantificar tais créditos e adotando todas as medidas necessárias para habilitá-lo perante a Receita Federal. (iv) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP. 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS: Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

continua

* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Ações e Administradores da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial, Rio de Janeiro - RJ, Opinião: sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº 11.101/2005. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 19 de junho de 2018, sem modificação e contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional em teor semelhante ao descrito neste relatório. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compoem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicá-

vel, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

BDOBDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F
Esmir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 1096280-0 - S - RJ

Id: 2177420

PARQUE DA LAGOA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ 15.137.022/0001-75

| Balanço Patrimonial em 31/12/2018 e 2017 (Em R\$) | | | Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31/12/2018 e 2017 (Em R\$, exceto quando indicado de outra forma) | | Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios em 31/12/2018 e 2017 (Em R\$) | |
|---|--------|--------|--|------------------|--|-------------------|
| Ativo | 2018 | 2017 | | | Fluxo de caixa das atividades operacionais | 2018 2017 |
| Circulante | 11.300 | 12.169 | | | Lucro líquido (prejuízo) antes do I. R. e contribuição social: | (22.756) (16.056) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.744 | 9.773 | Receita Bruta | 250 | Ajustes em: | |
| Estoque | 21 | 21 | Deduções da Receita Bruta | (23) | Ganho de participação societária | 3 3 |
| Adiantamentos a fornecedores | 449 | 455 | Receita operacional líquida | 227 | Valor residual de ativo permanente baixado | - 7 |
| | 764 | 766 | Outras operações | (14.531) (4.537) | Depreciação | 148 177 |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 9/61

- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.003.118/0001-79

nistração da Oi aprovou o Aumento de Capital - Novos Recursos, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Oi, por meio da emissão de 3.225.806.451 (três bilhões, duzentas e vinte e cinco milhões, oitocentas e seis mil, quatrocentos e cinquenta e uma) novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 1,24 (um real e vinte e quatro centavos) por ação ("Novas Ações Ordinárias"), totalizando R\$ 4,0 bilhões, em linha com o que prevê o PRJ. Será assegurado aos acionistas titulares de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e/ou preferenciais ("Ações Preferenciais") da Oi, incluindo o agente de custódia do Programa de Depósito de "American Depositary Shares" ("Custodiante dos ADSs") representativos de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais de emissão da Oi (ADS), direito de preferência na subscrição das Novas Ações Ordinárias emitidas em decorrência do Aumento de Capital e Novos Recursos, nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976. Toda e qualquer Nova Ação Ordinária que não for subscrita durante o período de exercício dos direitos de preferência pelos titulares de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais será subscrita pelos Investidores "Backstoppers", observados os prazos e condições previstos no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). A abertura do prazo para exercício do direito de preferência está prevista para ocorrer após a U.S. Securities and Exchange Commission declarar efetiva a declaração de registro relacionada à proposta de venda de Novas Ações Ordinárias e ADSs na oferta de direito de preferência. Após a obtenção da efetividade da declaração de registro, a Oi divulgará Aviso aos Acionistas informando as datas relativas ao início do prazo para exercício e as demais condições para o exercício do direito de preferência. Ainda no dia 26 de outubro de 2018, a Oi tomou conhecimento (i) de que os membros do Conselho Diretor da ANATEL deliberaram, por unanimidade, conceder anuidade prévia para o Aumento de Capital - Novos Recursos; e (ii) da decisão proferida pelo Árbitro de Apelo no procedimento arbitral iniciado contra a Oi pela acionista Bratel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual determinou a suspensão dos efeitos da aprovação do Aumento de Capital - Novos Recursos, até a próxima decisão a ser proferida por tal Árbitro de Apelo. A Oi esclareceu que tal decisão é provisória e poderá ser alterada, no todo ou em parte, e que a Oi apresentará manifestação visando a reconsideração dos efeitos, naquilo que representar prejuízo para a continuidade do processo de Recuperação Judicial em que está inserida. A Oi informou ainda que entende ser regular a implementação do Aumento de Capital - Novos Recursos e que a decisão não afeta a validade do Plano, que fica mantido em todos os seus termos. Ademais, a Oi informou que adotará as medidas necessárias para confirmar seu entendimento, especialmente quanto aos limites da jurisdição do Juízo Arbitral. Adicionalmente, neste mesmo dia, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 3 de outubro de 2018, a Oi confirmou a emissão de 112.598.610 ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus até o dia 24 de outubro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 22.135.429 ADWs exercidos até 18 de outubro de 2018. A Oi espera que os "American Depositary Receipts", cada um representativo de cinco ações ordinárias (CUSIP: 670851500; ISIN: US6708515001), sejam entregues em 29 de outubro de 2018 aos titulares que exerceram seus ADWs até 18 de outubro de 2018. Em 6 de novembro de 2018, a Oi divulgou Fato Relevante informando que tomou conhecimento da decisão proferida pelo Árbitro de Apelo no procedimento arbitral iniciado contra a Oi pela acionista Bratel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual reconsiderou a sua decisão anterior proferida em 26 de outubro de 2018 que suspendia os efeitos da aprovação do aumento de capital mediante a emissão privada de novas ações ordinárias aprovado pelo Conselho de Administração da Oi em reunião realizada no dia 25 de outubro de 2018, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano, ficando a Oi autorizada a proceder com os atos necessários à elevação do Aumento de Capital - Novos Recursos. No dia 13 de novembro de 2018, a Oi divulgou Aviso aos Acionistas sobre os termos, prazos e condições do Aumento de Capital - Novos Recursos, incluindo as condições de exercício do direito de preferência na subscrição de Novas Ações Ordinárias, bem como Aviso aos Detentores de ADS sobre as condições da oferta de direitos de preferência realizada nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, com relação ao Aumento de Capital - Novos Recursos ("Rights Offer"). Em 5 de dezembro de 2018, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 25 de outubro de 2018 até o dia 3 de dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 662.949 ADWs exercidos a partir do dia 19 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018. No dia 11 de dezembro de 2018, a Oi divulgou Aviso aos Acionistas e Aviso aos Detentores de ADS informando a prorrogação do prazo para exercício do direito de preferência no Aumento de Capital - Novos Recursos até 4 de janeiro de 2019, por deliberação do Conselho de Administração da Oi. Em 19 de dezembro de 2018, a Oi divulgou Aviso aos Detentores de ADS informando que alterou determinados termos da "Rights Offer". A Oi celebrou um aditamento ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por meio do qual os Investidores "Backstoppers" detentores de mais de 80% do valor total dos Compromissos de "Backstop" ("Maioria dos Investidores Backstoppers") concordaram em prorrogar certas datas de término e renunciar determinadas condições precedentes pendentes para financiar seus Compromissos de "Backstop", incluindo o requerimento de publicação do Plano Geral de Metas de Universalização ("Novo PGMU") atualizado. A Oi informou, ainda, que pagará ao Depositário de ADS a taxa de emissão de ADS relativa aos Novos ADSs Ordinários. Como resultado, o Valor de Depósito de Novos ADSs Ordinários não será mais utilizado para pagar a taxa de emissão de ADS, o que aumentará a parcela devolvida aos detentores de Direitos de ADSs Ordinários que exerceram seus Direitos de ADSs Ordinários para subscrever Novos ADSs Ordinários iniciais ou Sobras de Novos ADSs Ordinários. Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destacam-se os seguintes pontos: (i) o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público ("TUP"), tendo em vista que não mais considera questões de densidade de terminais por habitantes e nem distanciamento mínimo entre os terminais; (ii) os TUPs instalados em localidades com até 300 habitantes deverão ser mantidos, ainda que sem demanda; (iii) em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passarão a ter nova obrigação, referente à implantação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga; (iv) os sistemas de acesso fixo sem fio devem viabilizar tecnicamente, em regime de exploração industrial, também a oferta de conexão a internet por meio de tecnologia de quarta geração (4G) ou superior; (v) a obrigação será atendida com a instalação de uma Estação Rádio Base - ERB por localidade e tal infraestrutura será reversível; (vi) a Companhia deverá atender a 866 localidades na Região 1 e 289 localidades na Região 2 e estará sujeita a um cronograma progressivo de atendimento, que inclua com 10% de atendimento em 2019, chegando a 100% de atendimento em 2023; (vii) a ANATEL irá avaliar a equivalência entre a redução da obrigação de TUP e a nova obrigação de sistemas de acesso fixo sem fio para manter o equilíbrio entre as obrigações, sendo que

contra a instauração de procedimentos de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL, por meio dos agravos de instrumento nºs 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0060953-13.2016.8.19.0000. Quanto ao agravo nº 0043065-84.2016.8.19.0000, interposto contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o recurso foi julgado no sentido de manter-se a submissão dos créditos da ANATEL à recuperação. O agravo interposto contra a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL aguarda julgamento. De qualquer sorte, tendo em vista a ausência de interesse da ANATEL no procedimento de mediação em questão, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, em 26 de fevereiro de 2018, na qual determinou a suspensão do procedimento de mediação entre a ANATEL e a Companhia. Ressalte-se, ainda, que além do parecer do Administrador Judicial sobre a concursalidade dos créditos da ANATEL, a Companhia cuidou de pedir a elaboração de mais três pareceres de renomados juristas nacionais, todos no sentido da manutenção dos créditos da ANATEL no âmbito da recuperação judicial. A ANATEL se insurgiu, ainda, contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial por meio do agravo de instrumento nº 0057446-63.2017.8.19.0000, interposto contra a decisão proferida nos autos da sua impugnação da crédito, por meio da qual o Juízo da Recuperação Judicial reafirmou o entendimento sobre a concursalidade dos créditos não tributários da agência reguladora. Ao apreciar o pedido de tutela recursal formulado pela ANATEL, o Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa, Relator, na ocasião, determinou que fosse mantida a submissão à recuperação judicial e concedeu parcial efeito suspensivo para determinar a exclusão de eventuais créditos tributários titularizados pela ANATEL, assim como os encargos legais provenientes da sua cobrança e as respectivas multas punitivas por infrações tributárias. Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interno interposto pela ANATEL contra a referida decisão, bem como o julgamento do mérito recursal, pela 8ª Câmara Cível. Soma-se a isso, o entendimento firmado pelo Ministro Marco Buzi, do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Conflito de Competência nº 154.977/RJ, apoiado por parecer do Ministério Público Federal, o qual, em decisão monocrática, reconheceu que a submissão do crédito da ANATEL deverá ser discutida nos autos da recuperação judicial, por meio de recurso próprio. Além dos recursos citados, a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 0048971-21.2017.8.19.0000, contra a decisão que recebeu, sem apreciar o mérito, sua objeção ao plano de recuperação judicial. Nesse recurso foi concedido, parcialmente, pelo Desembargador Cezar Augusto, da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o efeito suspensivo requerido pela Agência, para delimitar a suspensão da aplicação à ANATEL das cláusulas 4.3.2.8 e subitens 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRJ que então havia sido apresentado pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratavam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL, e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A Oi, de todo modo, modificou os termos do PRJ, que mantém previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL e foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, e homologado, no dia 8 de janeiro de 2018, pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A ANATEL também interpôs o agravo de instrumento nº 0055283-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos autos da recuperação judicial, por meio da qual foi designada a realização da Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi sem que fosse acolhido o pedido da ANATEL de exclusão de todos os seus créditos. O recurso não foi conhecido e, posteriormente, foi negado provimento ao agravo interno interposto pela ANATEL, e rejeitados os embargos de declaração opostos. O Novo Plano apresentado e aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o qual restou homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, prevê a seguinte forma de pagamento dos Créditos Concursais Agências Reguladoras, o que inclui os créditos não tributários da ANATEL no valor de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016: * Pagamento dos créditos concursais não tributários, cuja gestão seja de competência da Advocacia Geral da União (AGU), em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, a contar de 30 de junho de 2016, da seguinte forma: (i) da 1ª a 60ª prestação: 0,160%; (ii) da 61ª a 120ª prestação: 0,330%; (iii) da 121ª a 180ª prestação: 0,500%; (iv) da 181ª a 239ª prestação: 0,660%; e (v) a 240ª prestação: o saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas mediante a conversão em renda de valores depositados judicialmente para garantia desses créditos, a ser complementado, caso necessário em moeda corrente. A partir do mês subsequente, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação SELIC. Os demais créditos concursais não tributários das agências reguladoras, objeto de questionamento administrativo, por serem ilíquidos até esta data, serão pagos nos termos da cláusula 4.3.6 do PRJ, modalidade geral de pagamento de créditos quirografários. O Plano ainda prevê a possibilidade de a Companhia aderir a nova regra legal que venha a ser publicada no sentido de equacionar os créditos de agências reguladoras não tributários e sujeitos ao Plano. Destaque-se, contudo, que a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 0010169-32.2018.8.19.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento. Desta forma, as decisões judiciais em vigor estabelecem que os créditos não tributários da ANATEL em face do Grupo Oi se submetem ao processo de recuperação judicial e serão pagos na forma prevista para os Créditos Concursais Agências Reguladoras (Cláusula 4.3.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado), tudo conforme deliberado pelos credores do Grupo Oi na AGC, e decidido pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005. Por essa razão, com o vencimento da primeira parcela do crédito de titularidade da ANATEL, o Grupo Oi requereu ao Juízo da Recuperação Judicial que fosse expedido ofício, direcionado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos da medida cautelar nº 000554-77.2011.4.02.5101, em fase de apelação, para que fossem convertidos em renda os valores depositados judicialmente, nas datas de vencimento respectivas, os valores das 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, pedido esse que foi deferido. Propostas de Pagamento do PRJ - aprovado em AGC, em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018: Os Credores do Grupo Oi passaram a ser credores de dívida(s) emitida(s) pela Recuperanda que era a sua respectiva devedora original. Plano para Credores: Este item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Plano para pagamento aos Credores do Grupo Oi, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, favor consultar os termos do PRJ disponibilizado no site www.rejud.com.br. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ deverá prevalecer o PRJ. Note-se que, conforme definido no Anexo 1.1 do PRJ, constam as regras de aplicação

para a futura utilização dos eventuais saldos decorrentes da exclusão das obrigações de Pagamentos Multilaterais - PSM e do selo da meta do "Backstop" do PGMJ anterior, e (ix) não há obrigação de oferta de SMP pelas concessionárias. Em 4 de janeiro de 2019, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 275.985 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive. Bônus de Subscrição representados por 55.187 ADVs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018. Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADVs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiraram e não podem mais ser exercidos. Em 11 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Oi verificou e confirmou a emissão de 1.530.457.356 Novas Ações Ordinárias que foram subscritas durante o prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, totalizando o montante de R\$ 1.897.767.121,44, dos quais R\$ 218.958.463,00 foram destinados ao capital social e R\$ 1.678.798.658,44 à reserva de capital da Oi. Do total de Novas Ações Ordinárias emitidas, (i) 856.519.080 Novas Ações Ordinárias foram entregues ao Custodiante das ADSs para que sejam emitidos os ADSs correspondentes e tais Novas Ações Ordinárias, as quais serão entregues aos titulares de ADSs que exerceram seus direitos de preferência, e (ii) 673.938.276 Novas Ações Ordinárias serão entregues aos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais que exerceram seus respectivos direitos de preferência. Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Oi verificou o resultado dos pedidos de subscrição de sobras de Novas Ações Ordinárias ("Sobras de Novas Ações Ordinárias") não subscritas durante o período de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, tendo sido solicitado pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo o Custodiante de ADS, um total de 91.322.933 Sobras. O Conselho de Administração da Oi confirmou, ainda, que tendo em vista o número de Sobras de Novas Ações Ordinárias solicitadas ter sido inferior ao total de Sobras de Novas Ações Ordinárias disponíveis, os pedidos de Sobras de Novas Ações Ordinárias apresentados pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e detentores de ADSs serão atendidos integralmente. Em 21 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Oi verificou o resultado da integralização das Sobras de Novas Ações Ordinárias e confirmou a emissão de 91.322.933 Sobras de Novas Ações Ordinárias subscritas pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo 48.156.560 Sobras de Novas Ações Ordinárias subscritas pelo Custodiante de ADS de acordo com as inscrições recebidas dos titulares de ADSs, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Oi no valor de R\$ 113.000.000,00. Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Oi confirmou que as 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias não subscritas durante o período de exercício do direito de preferência e subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias serão subscritas pelos investidores "Backstoppers", nos termos do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). Ainda, nessa mesma data, o referido Conselho de Administração, verificou que investidores "Backstoppers" representando 84,4% do total do compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos optaram, na forma do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por receber o prêmio de compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos em ações ordinárias, na forma da Cláusula 5 do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), e, dessa forma, aprovou, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement") homologados judicialmente, a emissão de 272.148.705 (Ações do Compromisso). Em 28 de janeiro de 2019, a Oi divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento ao que prevê o Plano e nos termos do Aumento de Capital - Novos Recursos, foram subscritas e integralizadas, no dia 25 de janeiro de 2019, 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias, correspondentes ao saldo de Novas Ações Ordinárias não subscritas pelos acionistas durante o período de exercício do direito de preferência e o período de subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias (Saldo de Novas Ações Ordinárias). Com isso, foi concluído o Aumento de Capital - Novos Recursos, previsto na Cláusula 6 do Plano, mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Oi no valor total de R\$ 4.000.000.000,00. Nesse mesmo Fato Relevante, a Oi informou ainda que, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), os investidores "Backstoppers" que optaram por receber em ações seu prêmio de compromisso, na forma prevista na Cláusula 6.1.1.3 do Plano e no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), subscreveram e integralizaram as Ações do Compromisso, ao preço de emissão de R\$1,24 por ação, sob a forma de "American Depositary Shares". Tendo em vista o resultado da subscrição e integralização das Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Oi passou a ser de R\$ 32.538.337.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Propostas de Pagamento previstas no PRJ: As propostas de pagamento do PRJ das Empresas Oi são aquelas incluídas no PRJ aprovado na AGC dos dias 18 e 20 de dezembro de 2017, nos termos em que homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. O PRJ foi apresentado em 22 de dezembro de 2017 pelo Administrador Judicial, nos autos do processo eletrônico nº 0203711-15.2016.8.19.0001, e está disponível para consulta no endereço eletrônico da Oi (www.rejud.com.br) e no site do Tribunal de Justiça (www.tj.rj.br), e que seguem abaixo resumidas, mas que devem ser lidas em conjunto com o PRJ propriamente dito. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ, deverá prevalecer o disposto no PRJ. Programa para Acordo com Credores: Em 23 de junho de 2017, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado, informando que, conforme autorizado pelo Juízo de Recuperação Judicial, seria iniciado, programa para acordo com credores das Empresas Oi constantes da Relação de Credores do administrador judicial, publicada em 28 de maio de 2017 ("Credor Oi" e "Programa para Acordo com Credores" ou "Programa", respectivamente), cuja participação foi elegerada mediante acesso da plataforma www.credoroi.com.br. O Programa para Acordo com Credores previa, para o Credor Oi, cujo crédito fosse inferior ou igual a R\$ 50.000,00, a antecipação, pelo Grupo Oi, de 90% do valor objeto do programa, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi, sendo os 10% do crédito remanescente recebidos após a Homologação do PRJ, a serem pagos no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores. O Credor Oi cujo crédito fosse superior a R\$ 50.000,00 também teria o direito de participar do Programa para Acordo com Credores, caso em que receberia uma antecipação de R\$ 50.000,00, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores e o excedente do crédito será pago na forma do Plano. O Programa para Acordo com Credores beneficiou os Credores Oi participantes na medida em que possibilitou a antecipação de parte do valor objeto do Programa. O Programa foi temporariamente suspenso por força de decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 28 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir desta data, tendo sido encerrado em 8 de dezembro de 2017. O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 35 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 5 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 360 milhões para o pagamento dos acordos celebrados no âmbito do Programa. Créditos Concursuais Agências Reguladoras: A Companhia entende que a imposição pelo ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido da recuperação judicial. A Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o patrimônio de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para cálculo desse valor, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo Oi, dos quais viria-se reconhecendo como provável para contingências os montantes de R\$ 368.929 e R\$ 427.737, contradora e consolidado respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (Nota 21). A Companhia discorda e contesta da existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, ressaltando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro de 2017, relativamente a ANATEL foi transferido para o contas a pagar (circulante e não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ. Cumpre ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Oi, insurgiu-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como

judicial, no âmbito da recuperação judicial, e, portanto, não pode ser considerado como parte do patrimônio líquido da Companhia. A Companhia entende que a imposição pelo ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido da recuperação judicial. A Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o patrimônio de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para cálculo desse valor, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo Oi, dos quais viria-se reconhecendo como provável para contingências os montantes de R\$ 368.929 e R\$ 427.737, contradora e consolidado respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (Nota 21). A Companhia discorda e contesta da existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, ressaltando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro de 2017, relativamente a ANATEL foi transferido para o contas a pagar (circulante e não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ. Cumpre ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Oi, insurgiu-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como

publicado no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, contra a qual não haja recurso com atribuição de efeito suspensivo. Classe I - Credores Trabalhistas: O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo. Regra geral: o pagamento em 6 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, devem ser pagos em 6 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido. Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações: * Pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo. * Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo Oi, o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 6 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor. O pagamento dos Credores Trabalhistas sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo. Crédito da Fundação Atlântico: * Pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano. * Juros/atualização monetária: 5 anos de carência de juros. INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/atualização monetária capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal. Classe II - Credores com Garantia Real: Os credores da Classe II devem ser pagos conforme abaixo: Recebimento do valor da dívida original pelo Credor, o qual constou na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros/atualização monetária conforme abaixo: O pagamento do principal deve ser feito da seguinte forma: * 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano. * O principal deve ser pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

| Meses | Percentual do valor a ser amortizado por mês |
|-------------|--|
| 0 a 72º | 0,0% |
| 73º a 132º | 0,33% |
| 133º a 179º | 1,67% |
| 180º | 1,71% |

* 4 anos de carência de juros. Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescida de 2,946372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal. Classes III e IV - Credores Quirografários e MEIEPP: A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e MEIEPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ. Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e MEIEPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil Reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano. Credores Quirografários e MEIEPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (um mil Reais), puderam optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordassem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (um mil Reais), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos correlatos, sendo o pagamento feito em até 20 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento. Credores Quirografários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe III e IV de titularidade dos Credores Quirografários devem ser pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio da tabela abaixo:

| Intervalo de Valor de Crédito | % do Deságio |
|--------------------------------|--------------|
| Até R\$ 1.000,00 | 0% |
| R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00 | 15% |
| R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00 | 20% |
| R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00 | 30% |
| Acima de R\$ 150.000,00 | 50% |

* Pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado: * Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo deve ser pago após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada; * Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável), apurada após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor. Credores Quirografários e MEIEPP que não sejam pagos nas formas previstas acima puderam optar por pagamentos em apenas uma das formas e seguir descritas, limitadas a um montante máximo por oferta. Opção de Reestruturação 1: * Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Reais pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolheram esta opção, até o limite máximo de R\$10.000.000.000,00, podendo escolher uma das seguintes opções: (i) reestruturação dos créditos; (ii) debêntures privadas, ou (iii) debêntures públicas. * Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Dólares Norte-Americanos pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolheram esta opção, até o limite máximo de USD1.150.000.000,00. * 60 meses de carência de principal; * O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|------------|---|
| 0 ao 10º | 0,0% |
| 11º ao 20º | 2,0% |
| 21º ao 33º | 5,7% |
| 34º | 5,9% |

* A taxa de juros é (i) correspondente à taxa anual de 80% do CDI para os créditos em Reais, e (ii) 1,75% ao ano para os créditos em Dólares Norte-Americanos, sendo que os juros são capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano; * Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, devem ser pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo. Opção de Reestruturação 2: * Os credores que optaram por essa modalidade de pagamento tiveram seus créditos reestruturados em Dólares Norte-Americanos, em até 6 meses após a Homologação Judicial do Plano, observado o limite máximo de USD 850.000.000,00; * 60 meses de carência de principal; * O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|------------|---|
| 0 ao 10º | 0,0% |
| 11º ao 20º | 2,0% |
| 21º ao 33º | 5,7% |
| 34º | 5,9% |

* Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano, sendo que: * Durante o período de carência de principal devem ser pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes devem ser capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros devem ser pagos semestralmente. * Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo. * A cessão de direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da Oi. Reestruturação dos "Bonds": Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados: * Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos de até USD750.000,00, sendo que o limite máximo dessa oferta é de USD500.000.000,00. * Deságio de 50%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal. * Carência do principal: 6 anos a partir da homologação do Plano. * O principal é equivalente a 50% dos créditos dos "Bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela a seguir:

continua

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B26A2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 11/61



* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Tributárias: As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos: (i) ICMS - Decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem franquia ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de crédito (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 10.367.337 (2017 - R\$ 9.642.042). (ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas referentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 3.106.088 (2017 - R\$ 2.995.106), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores atuados refere-se a esta modalidade de receita. (iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 426.821 (2017 - R\$ 333.893) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. (iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionados aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.204.006 (2017 - R\$ 8.151.400). **Tribalistas:** Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 538.128 (2017 - R\$ 553.990). **Cíveis:** As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente R\$ 1.029.961 (2017 - R\$ 836.935). Ações cíveis propostas pela Fenapas perante a 9ª Vara Empresarial do RJ, onde consta como ré, além da Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do artigo Sistema Telebrás. **Garantias:** A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 7.322.916 (2017 - R\$ 7.167.372) na controladora e R\$ 8.342.216 (2017 - R\$ 9.006.841) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado. **22. DEMAIS OBRIGAÇÕES**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Obrigação onerosa (*) | 2.152.577 | | 3.267.061 | |
| Receitas a apropriar | 1.226.535 | 1.191.206 | 1.362.934 | 1.254.722 |
| Adiantamentos de clientes | 83.774 | 273.428 | 707.970 | 1.205.855 |
| Conservação em favor de terceiros | 26.290 | 13.628 | 38.780 | 21.711 |
| Provisão para desmobilização de ativos | 10.548 | 10.137 | 10.548 | 10.137 |
| Provisão para patrimônio líquido negativo | 140.987 | 624.299 | | |
| Outros | 114.470 | 102.882 | 264.965 | 177.154 |
| Total | 3.755.181 | 2.215.580 | 5.642.258 | 2.869.579 |
| Circulante | 571.212 | 435.066 | 1.330.741 | 1.446.799 |
| Não circulante | 3.183.969 | 1.780.514 | 4.311.517 | 1.222.780 |

(*) A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente. **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** (a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 3,0 bilhões, sem a emissão de novas ações, para capitalizar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado em 9 de abril de 2018 pela Oi à Companhia que foi concedido parte em dinheiro - R\$ 1.964.042 - e parte em créditos devidos pela acionista - R\$ 552.319 eram créditos que a Oi detinha contra a Companhia e R\$ 483.639 em créditos que a Oi detinha contra a PT Participações SGPS S.A. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 14.661.092 (2017 - R\$ 11.861.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

| | Quantidade (em milhares de ações) | |
|------------------------------|-----------------------------------|---------|
| | 2018 | 2017 |
| Capital total em ações | | |
| Ações ordinárias | 154.032 | 154.032 |
| Ações preferenciais classe A | 190.465 | 190.465 |
| Total em circulação | 344.497 | 344.497 |

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 200 milhões de ações ordinárias e/ou preferenciais não havendo obrigação de emissão de novas ações.

| Planos de benefícios | Empresas patrocinadoras | Gestor |
|----------------------|---------------------------|--------|
| TCSPREV | Oi Móvel e BrT Multimídia | FATL |
| BTTPREV(*) | Oi Móvel e BrT Multimídia | FATL |
| TelemarPrev | Telemar e Oi Móvel | FATL |
| PBS-A | Oi e Telemar | Sistel |
| PBS-Telemar | Telemar | FATL |
| PBS-TVC | Oi Móvel | FATL |
| CELPREV | Oi Móvel | FATL |
| PAMA | Oi e Telemar | Sistel |

(*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018. Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social. FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social. A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada "Patrocinadora". Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos. Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. Para os planos patrocinados de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras. **Provisões para planos de pensão:** Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

| | Consolidado | |
|----------------|-------------|------|
| | 2018 | 2017 |
| Plano BTTPREV | | 365 |
| Circulante | | 55 |
| Não circulante | | 330 |

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

| | Consolidado | |
|----------------|-------------|-------|
| | 2018 | 2017 |
| Plano TCSPREV | 315 | 3.894 |
| Plano CELPREV | 199 | |
| Total | 514 | 3.894 |
| Circulante | 514 | 90 |
| Não circulante | | 3.774 |

Características dos planos de previdência complementar patrocinados: 1) **FATL:** A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras. Planos: (i) **PBS-Telemar:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (ii) **TelemarPrev:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74. A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (iii) **TCSPREV:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0028-38. Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o plano de benefícios TCSPREV incorporou o plano de benefícios BTTPREV. CNPB nº 2000.0028-38.

de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações. (b) **Reservas de capital:** Reserva de ágio na subscrição de ações: Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social. A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado ao final do exercício de 31 de dezembro de 2017. **Reserva de doações e subvenções para investimentos:** O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007). A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado ao final do exercício de 31 de dezembro de 2017. **Reserva especial Lei nº 8.200/1991:** A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem. (c) **Reservas de lucros:** Reserva legal: De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. **Reserva de investimentos:** A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel. **Reserva de incentivos fiscais:** De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. (d) **Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido:** (d.1) **Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações:** Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. (d.2) **Outros resultados abrangentes:** Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. (e) **Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76. Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social. As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e a elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B", bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B" destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 1.376/74, com recursos de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 7.969.682 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício será destinado da seguinte forma: (i) absorção do prejuízo acumulado no valor de R\$ 5.730.766; (ii) constituição de reserva de legal no valor de R\$ 11.946; (iii) constituição de reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 20.759; (iv) constituição de reserva de investimentos no valor de R\$ 1.574.469; e (v) constituição de reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 531.742. (f) **Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:** Básico: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. Diluído: O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas. A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

| | 2018 | 2017 |
|--|-----------|-------------|
| Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia | 7.969.682 | (4.271.512) |
| Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas | 3.563.416 | (1.809.885) |
| Lucro (prejuízo) alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas | 4.406.266 | (2.361.627) |
| Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações) | | |
| Ações ordinárias - básicas e diluídas | 154.032 | 154.032 |
| Ações preferenciais - básicas e diluídas | 190.465 | 190.465 |
| Lucro (prejuízo) por ação (Em Reais) | | |
| Ações ordinárias - básicas e diluídas | 23,13 | (12,40) |
| Ações preferenciais - básicas e diluídas | 23,13 | (12,40) |

(g) **Participação de não controladores:** A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da Oi no capital da controlada Serede. **24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS:** (a) Planos de pensão: A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2018.

beneficiários vinculados ao BTPREV tomam-se, automaticamente, participantes e beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos beneficiários no dia anterior à data da incorporação. A contribuição básica mensal e obrigatória dos participantes ativos do TCSPREV e BTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do participante. O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras. A contribuição mensal dos participantes do plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da previdência oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da previdência oficial. O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de patrocinadoras, relativas a participantes dos grupos TCSPREV e BTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o participante completar 60 anos de idade, 10 anos de serviço creditado e 10 anos de vinculação ao plano. Para os participantes migrados do plano PBS-TCS para o plano TCSPREV, as contribuições de patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao plano TCSPREV, 10 anos de serviço creditado na patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da previdência social. A contribuição voluntária de participantes do TCSPREV e BTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A contribuição esporádica de participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo participante, conforme o plano TCSPREV ou BTPREV, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPBrt (Unidade Previdenciária Brt), respectivamente. Não há contrapartida da patrocinadora relativamente a contribuições voluntárias ou esporádicas do participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização. (iv) **PBS-TNC:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNP sob o nº 2000.0013-19. A contribuição dos Participantes Ativos do plano de benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio. A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (v) **CELPREV:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNP sob o nº 2004.0009-29. Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões. A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença). A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor. A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição. A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá a aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, eleuta em frequência por ela determinada. A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004. A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. 2) **SISTEL:** A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL. Planos: (i) **PBS-A:** O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000. As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2018, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária. (ii) **PAMA:** O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela Sistel. Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes. No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida. Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios-PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional a parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido

continua ->

* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695). Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social: Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

| | Controladora | | | |
|---|------------------|-------------|------------------------------|-----------|
| | 2018 | | | |
| | Planos de Pensão | | Planos de Assistência Médica | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 300.208 | 3.576.002 | 3.690.110 | 2.555.972 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 28.414 | 339.248 | 346.620 | 246.122 |
| Custo do serviço corrente | 41 | 1.472 | | 104 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | 34 | | | |
| Benefícios pagos líquidos | (22.751) | (255.617) | (333.364) | (195.602) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 13.770 | 230.165 | 94.602 | 204.878 |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 319.716 | 3.891.270 | 3.797.968 | 2.811.474 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 351.965 | 3.872.828 | 5.890.139 | 2.665.814 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 33.506 | 368.426 | 562.883 | 256.920 |
| Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora | 101 | | | |
| Pagamento de benefícios | (22.751) | (255.617) | (333.364) | (195.602) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 6.460 | 226.337 | (344.244) | 106.344 |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 369.281 | 4.211.974 | 5.775.414 | 2.833.476 |
| (-) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | (49.565) | (320.704) | (1.877.446) | (22.001) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 49.565 | 320.704 | 1.877.446 | 22.001 |
| (+) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | | | | |

| | Controladora | | | |
|---|------------------|-------------|------------------------------|-----------|
| | 2017 | | | |
| | Planos de Pensão | | Planos de Assistência Médica | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 279.147 | 3.265.462 | 3.486.769 | 2.075.073 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 31.697 | 372.039 | 393.424 | 234.464 |
| Custo do serviço corrente | 33 | 1.304 | | 89 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | 41 | | | |
| Benefícios pagos líquidos | (22.480) | (247.566) | (344.255) | (170.127) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 11.770 | 194.763 | 154.172 | 418.473 |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 300.208 | 3.576.002 | 3.690.110 | 2.555.972 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 306.505 | 3.605.460 | 5.360.600 | 2.396.818 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 34.946 | 412.261 | 615.098 | 271.857 |
| Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora | 114 | | | |
| Pagamento de benefícios | (22.480) | (247.566) | (344.256) | (170.127) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 32.880 | 102.673 | 258.697 | 165.266 |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 351.965 | 3.872.828 | 5.890.139 | 2.665.814 |
| (+) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | (51.757) | (296.826) | (2.200.029) | (109.842) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 51.757 | 296.826 | 2.200.029 | 109.842 |
| (-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | | | | |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|------------------|-------|---------|-----------|-----------|-----------------|------------------------------|-----------|
| | 2018 | | | | | | | |
| | Planos de Pensão | | | | | | Planos de Assistência Médica | |
| | B/T | TCS | PBS- | Telemar | | | | |
| | PREV (%) | PREV | Telemar | Prev | PBS-A | PBS-TNC CELPREV | PAMA | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.547 | 2.578 | 300.208 | 3.665.281 | 3.690.110 | 31.938 | 41 | 2.555.972 |

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

| | Controladora | | | |
|---|------------------|-------------|------------------------------|-----------|
| | 2018 | | | |
| | Planos de Pensão | | Planos de Assistência Médica | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 41 | 1.472 | | 104 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 28.414 | 339.248 | 346.620 | 246.122 |
| Rendimento dos ativos do plano | (33.506) | (368.426) | (562.883) | (256.920) |
| Juros sobre o passivo oneroso | 5.088 | 28.178 | 216.253 | 10.798 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | (37) | (1.472) | | (104) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | | | | |

| | Controladora | | | |
|---|------------------|-------------|------------------------------|-----------|
| | 2017 | | | |
| | Planos de Pensão | | Planos de Assistência Médica | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 33 | 1.304 | | 89 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 31.697 | 372.039 | 393.424 | 234.464 |
| Rendimento dos ativos do plano | (34.945) | (412.261) | (615.098) | (271.857) |
| Juros sobre o passivo oneroso | 3.236 | 40.222 | 221.874 | 37.393 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | (21) | (1.304) | | (89) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | | | | |

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|------------------|---------|----------|-------------|-----------|---------|------------------------------|-----------|
| | 2018 | | | | | | | |
| | Planos de Pensão | | | | | | Planos de Assistência Médica | |
| | B/T PREV | PBS- | | PBS- | | | | |
| | (%) | TCSPREV | Telemar | TelemarPrev | PBS-A | TNC | CELPREV | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 16 | 30 | 41 | 1.752 | 346.620 | 55 | 3 | 104 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 133 | 256 | 28.414 | 347.708 | 346.620 | 3.027 | 4 | 246.122 |
| Rendimento dos ativos do plano | (98) | (753) | (33.506) | (377.614) | (562.883) | (5.759) | (298) | (256.920) |
| Juros sobre o passivo oneroso | | 147 | 5.088 | 29.906 | 216.253 | 2.731 | 294 | 10.798 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | (37) | (1.752) | | (54) | (3) | (104) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 51 | (320) | | | | | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (6) | 3.439 | | | | | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | 45 | 3.119 | | | | | | |

(*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

(*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|------------------|----------|-------------|-------------|-----------|-------------|-------|------------------------------|
| | 2017 | | | | | | | |
| | Planos de pensão | | | | | | | Planos de Assistência Médica |
| | B/T PREV | TCS PREV | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | TNC CELPREV | PAMA | |
| Custo do serviço corrente | 23 | 56 | 33 | 1.506 | | 48 | 7 | 89 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 173 | 311 | 31.697 | 381.256 | 393.424 | 3.328 | 15 | 234.464 |
| Rendimento dos ativos do plano | (134) | (1.021) | (34.946) | (422.327) | (615.098) | (6.343) | (301) | (271.857) |
| Juros sobre o passivo oneroso | | 175 | 3.236 | 41.071 | 221.874 | 3.014 | 286 | 37.393 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | (20) | (1.506) | | (47) | (7) | (89) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 62 | (479) | | | | | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (10) | 1.132 | | | | | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | | | | | | | | |

| Planos de Pensão | | | | | | | | | | Planos de Assistência Médica | |
|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--|------------------------------|--|
| BRTPREV | TCS-PREV | PBS-Telemar | PBS-Prev | PBS-A | PBS-TNC | CEL-PREV | PAMEC | PAMA | | | |
| (*) | | | | | | | | | | | |
| 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | | | |
| 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | | | |
| 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | N/A | 4,84% | 3,59% | N/A | N/A | | | |
| 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | N/A | N/A | | | |
| 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | | | |
| AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | | | |
| Basic | Basic | Basic | Basic | Basic | Basic | Basic | Basic | Basic | | | |
| suavizada | suavizada | suavizada | suavizada | suavizada | suavizada | suavizada | suavizada | suavizada | | | |
| em 15% | em 15% | em 20% | em 20% | em 15% | em 15% | em 15% | em 15% | em 15% | | | |
| segregada | segregada | segregada | segregada | segregada | segregada | segregada | segregada | segregada | | | |
| por sexo | por sexo | por sexo | por sexo | por sexo | por sexo | por sexo | por sexo | por sexo | | | |
| Álvaro | Álvaro | Álvaro | Álvaro | Álvaro | Álvaro | Álvaro | Álvaro | Álvaro | | | |
| Vindas | Vindas | Vindas | Vindas | Vindas | Vindas | Vindas | Vindas | Vindas | | | |
| agravada | agravada | agravada | agravada | agravada | agravada | agravada | agravada | agravada | | | |
| em 100% | em 100% | em 100% | em 100% | em 100% | em 100% | em 100% | em 100% | em 100% | | | |
| AT-48, se | AT-48, se | AT-48, se | AT-48, se | AT-48, se | AT-48, se | AT-48, se | AT-48, se | AT-48, se | | | |
| segregada por | segregada por | segregada por | segregada por | segregada por | segregada por | segregada por | segregada por | segregada por | | | |
| sexo | por sexo | sexo | sexo | sexo | por sexo | N/A | segregada por | segregada por | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |

★ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

trações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: i) Levantamento dos contratos; ii) Abordagem de transição; iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; iv) Avaliação da taxa de desconto e prazo estimado; v) Impactos na adoção inicial. **Transição:** A Companhia planeja adotar a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo re- apresentação de informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluirá contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso. **Isenções:** A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. **Impactos:** Em 1 de janeiro de 2019, a Administração da Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão impactos relevantes e serem reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em suas demonstrações financeiras, sendo que ao valor presente tais impactos foram estimados entre R\$ 6,2 e R\$ 8,0 bilhões nas demonstrações contábeis consolidadas. Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico). 3. **INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS:** 3.1. **Mensuração do valor justo:** O CPC 48 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia: Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 9 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da novação desses passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente. Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são resumidos como segue:

| | Mensuração contábil | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e contas bancárias | Valor justo | 72.411 | 72.411 | 154.089 | 154.089 |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 336.318 | 336.318 | 2.565.213 | 2.565.213 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | 6.074 | 6.074 | 43.323 | 43.323 |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 1.515.535 | 1.515.535 | 5.778.559 | 5.778.559 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 19.161 | 19.161 | 19.161 | 19.161 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 663.865 | 663.865 | | |
| Ativo financeiro a valor justo (ii) | Valor justo | 65.182 | 65.182 | 65.182 | 65.182 |
| Passivo | | | | | |
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 4.442.381 | 4.442.381 | 6.961.243 | 6.961.243 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | Custo amortizado | 3.986.216 | 3.986.216 | 5.292.935 | 5.292.935 |
| Débitos | Custo amortizado | 1.111.080 | 1.111.080 | 1.111.080 | 1.111.080 |

dezembro de 2018, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 28,9% (2017 - 40,0%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):

| Controladora | | | |
|----------------|-------------|----------------|-------------|
| 2018 | | 2017 | |
| Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| 1.812.720 | 1.812.720 | 5.195.481 | 4.932.287 |
| Consolidado | | | |
| 2018 | | 2017 | |
| Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| 1.955.356 | 1.955.356 | 12.010.159 | 12.010.159 |

Empréstimos e financiamentos (Nota 18)

Empréstimos e financiamentos (Nota 18)

Análise de sensibilidade de risco cambial: Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para efeito da referida instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2018. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

| Descrição | Taxa | |
|-------------------------|--------|----------------|
| | 2018 | Desvalorização |
| Cenário Provável | | |
| Dólar | 3,8748 | 0% |
| Euro | 4,4390 | 0% |
| Cenário Possível | | |
| Dólar | 4,8435 | 25% |
| Euro | 5,5488 | 25% |
| Cenário Remoto | | |
| Dólar | 5,8122 | 50% |
| Euro | 6,6585 | 50% |

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

| Descrição | Risco individual | Controladora | | | Consolidado | | |
|----------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| | | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 |
| Dívidas em Dólar | Alta do Dólar | 5.448.769 | 6.810.961 | 8.173.153 | 5.448.769 | 6.810.961 | 8.173.153 |
| Caixa em Dólar | Queda do Dólar | (1.040) | (1.300) | (1.560) | (1.040) | (1.300) | (1.560) |
| Caixa em Euro | Queda do Euro | (558) | (697) | (837) | (558) | (697) | (837) |
| Ajuste a Valor Justo | Queda do Dólar | (3.635.493) | (4.544.366) | (5.453.239) | (3.635.493) | (4.544.366) | (5.453.239) |
| Total Ativo Passivo | | | | | | | |
| atrelado ao câmbio | | 1.811.678 | 2.264.598 | 2.717.517 | 1.811.678 | 2.264.518 | 2.717.421 |
| Total (ganho) perda | | 452.920 | 905.839 | | 452.904 | 905.807 | |

(b) **Risco de taxa de juros: Ativos financeiros:** Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de dezembro de 2018. Após a aprovação do PPLJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 70,3% (2017 - 92,1%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros. Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

| Controladora | | | |
|----------------------------------|------------------|----------------|------------------|
| 2018 | | 2017 | |
| Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Ativos financeiros | | | |
| Equivalentes de caixa | 335.278 | 335.278 | 562.737 |
| Aplicações financeiras | 6.074 | 6.074 | |
| Créditos com partes relacionadas | 19.161 | 19.161 | 1.186.125 |
| Passivos financeiros | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 3.977.950 | 3.977.950 | 14.929.701 |
| Consolidado | | | |

| Programa de refinanciamento fiscal (iv) | Custo amortizado | 163.551 | | 199.710 | | 199.710 | |
|---|------------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | | Controladora | | Consolidado | | | |
| | | 2017 | | | | | |
| | | Mensuração contábil | Valor justo | Valor justo | Valor justo | Valor justo | Valor justo |

| | | | | | | | |
|--|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--|--|
| Ativo | | | | | | | |
| Caixa e contas bancárias | Valor justo | 73.462 | 73.462 | 168.184 | 168.184 | | |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 563.651 | 563.651 | 2.776.233 | 2.776.233 | | |
| Aplicações financeiras | Valor justo | | | 91.789 | 91.789 | | |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 3.304.807 | 3.304.807 | 6.384.175 | 6.384.175 | | |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 1.186.125 | 1.186.125 | 5.805.685 | 5.805.685 | | |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 870.125 | 870.125 | 27.940 | 27.940 | | |
| Ativo financeiro a valor justo (ii) | Valor justo | 89.198 | 89.198 | 89.198 | 89.198 | | |

Passivo

| | | | | | |
|--|------------------|------------|------------|------------|------------|
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 3.708.720 | 3.708.720 | 6.654.926 | 6.654.926 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | Custo amortizado | 14.871.577 | 14.871.577 | 22.300.301 | 22.300.301 |
| Debêntures | Custo amortizado | 58.124 | 58.124 | 58.124 | 58.124 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 849.136 | 849.136 | 849.136 | 849.136 |
| Autorizações e concessões a pagar (iv) | Custo amortizado | | | 20.910 | 20.910 |
| Programa de refinanciamento fiscal (iv) | Custo amortizado | 338.160 | 338.160 | 392.308 | 392.308 |

Em virtude do Plano aprovado, os empréstimos e financiamentos encontram-se renovados e os saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1. Desta forma, para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018: (i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do PRJ, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, tinham seus créditos recebidos em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais para os quais foram realizados ajustes a valor presente; (ii) Corresponde a 10% de participação acionária na Pharol SGPS S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Pharol no montante de R\$ 24.016 (2017 - R\$ 25.154), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 15.850 (2017 - R\$ 16.802); (iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com Garantia Real ("BNDES") e Créditos Quirográficos ("Bancos Locais e ECAs"), correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. No ano-calendário de 2018, alguns dos passivos registrados foram contabilizados pelo seu valor justo, de acordo com os termos e condições do PRJ; (iv) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo. O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são detalhados abaixo:

| Ativos | Hierarquia do valor justo | Controladora | | Consolidado | |
|--------|---------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | | Valor justo | Valor justo | Valor justo | Valor justo |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |

Ativos

| | | | | | |
|--------------------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|
| Caixa e contas bancárias | Nível 1 | 72.411 | 73.462 | 154.089 | 168.184 |
| Equivalentes de caixa | Nível 2 | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.233 |
| Aplicações financeiras | Nível 2 | 6.074 | | 43.323 | 91.789 |

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber: (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares") e em Euros. Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte. (b) Instrumentos financeiros derivativos: Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes. Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira nesta data, não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge" registradas em outros resultados abrangentes. 3.2. Administração do risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos. O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes de exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de "Hedge", a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros. 3.2.1. Risco de mercado: (a) Risco de taxa de câmbio: Ativos financeiros: A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de

| | | | | | |
|----------------------------------|-----------|-----------|------------|------------|--|
| Ativos financeiros | | | | | |
| Equivalentes de caixa | 2.564.173 | 2.564.173 | 2.775.319 | 2.775.319 | |
| Aplicações financeiras | 43.323 | 43.323 | 91.127 | 91.127 | |
| Créditos com partes relacionadas | 18.161 | 18.161 | 5.805.685 | 5.805.685 | |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 5.150.606 | 5.150.606 | 22.358.425 | 22.358.425 | |

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros adiem do passivo vinculado à TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. Cabe ressaltar, que a TJLP se manteve estável em 7,0% a.a. de 1 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março de 2018, 6,6% a.a. de abril a junho de 2018, 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018, voltando a sofrer elevação de outubro a dezembro de 2018, para 6,98% a.a. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação, para 7,03% a.a. vigente no período de janeiro a março de 2019. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

| 2018 | | | | | |
|----------------------------|------|------------------|------|----------------|-------|
| Cenários de taxas de juros | | | | | |
| Cenário provável | | Cenário possível | | Cenário remoto | |
| CDI | TJLP | CDI | TJLP | CDI | TJLP |
| 6,40 | 6,98 | 8,00 | 8,73 | 9,60 | 10,47 |

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

| 2018 | | | | | | | |
|-----------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| Descrição | Risco individual | Controladora | | Consolidado | | | |
| | | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| | | Provável | Possível | Remoto | Provável | Possível | Remoto |

Dividas em CDI: Alta do CDI
Dividas em TJLP: Alta da TJLP
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros
Total (ganho) perda

3.2.2. Risco de crédito: A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 94,14 % das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano. 3.2.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede. Em virtude da Homologação do Plano, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram renovados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do Plano, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------------|-------------|--------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita bruta de vendas e/ou serviços (*) | 9.061.808 | 11.196.163 | 25.750.440 | 30.594.804 |
| Deduções da receita bruta | (2.243.740) | (3.499.893) | (7.015.972) | (10.648.502) |
| Tributos | (2.188.459) | (2.699.460) | (5.408.680) | (6.127.168) |
| Outras deduções (*) | (55.281) | (800.433) | (1.607.292) | (4.521.334) |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 |

(*) A Companhia simplificou o detalhamento de suas notas fiscais para seus clientes. A alteração no faturamento não impacta os tributos incidentes sobre as vendas e/ou serviços e nem a receita líquida.

5. RESULTADOS POR NATUREZA

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | | |
| Interconexão | (443.067) | (692.581) | (605.108) | (718.789) |
| Pessoal | (727.165) | (786.478) | (2.684.195) | (2.748.357) |
| Serviço de terceiros | (1.782.767) | (1.944.830) | (5.184.103) | (5.401.658) |
| Serviço de manutenção da rede | (1.682.354) | (1.760.109) | (806.234) | (924.910) |
| Custo de aparelhos e outros | | | (185.388) | (214.049) |
| Publicidade e propaganda | (137.835) | (163.567) | (312.231) | (335.303) |
| Aluguéis e seguros | (1.570.425) | (1.571.036) | (3.775.319) | (3.737.975) |
| Provisões / Reversões | (116.069) | (4.508.315) | (112.335) | (4.810.183) |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | (299.700) | (241.013) | (744.052) | (630.901) |
| Tributos e outras receitas (despesas) (i) | 5.074.765 | (71.175) | (3.905.219) | (1.476.084) |

continua ->

-X- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

maturação do passivo financeiro. Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio: Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação. Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo. O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos têm individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e civis (PEX e JEC). O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégica. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Obrigação onerosa: A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contrapartida de serviços onerosa. O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis. A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor. As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensuradas sempre que ocorrer mudanças significativas dessas premissas. Benefícios a empregados: * Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência. A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas. No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23). O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano. * Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal. Reconhecimento das receitas: As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho. Divulgações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (d). As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Reconhecimento das despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo à sua vinculação com a

com benefícios da aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas:

| IFRS 9 | Instrumentos financeiros |
|----------------------------|---|
| IFRS 15 | Receita de contratos com clientes |
| Escorrelamentos às IFRS 15 | Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2016 |

A adoção das normas, alterações e interpretações citadas acima, tiveram impacto na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2018. Conforme detalhamento a seguir: Instrumentos Financeiros "IFRS 9" - CPC 48: A IFRS 9 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco. A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação/mensuração de seus ativos financeiros que impacte o patrimônio líquido. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018:

| Classificação original de acordo com IAS 39 | Classificação de acordo com IFRS 9 | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2018 | 01/01/2018 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
| Manidos para negociação | Valor justo por meio do resultado | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.233 |
| Manidos para negociação | Valor justo por meio do resultado | 6.074 | | 43.323 | 91.789 |
| Aplicações financeiras | | | | | |
| Créditos com partes relacionadas | Emprestimos e recebíveis | | | | |
| | Custo amortizado | 19.161 | 1.166.125 | 19.161 | 5.805.685 |
| Emprestimos e recebíveis | | | | | |
| | Custo amortizado | 1.515.535 | 4.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 |
| Contas a receber | | | | | |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber | Emprestimos e recebíveis | | | | |
| | Custo amortizado | 663.865 | 870.125 | | 27.940 |
| Ativo financeiro a valor justo (Nota 3.1 (i)) | Disponível para venda | | | | |
| | Valor justo por meio do resultado | 65.182 | 89.198 | 85.182 | 89.198 |

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 251 milhões. Em 1 de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedge" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "hedge". A Companhia adotou a opção que permite não reapresentar os períodos comparativos ao ano da adoção inicial. Receita de Contratos com Clientes "IFRS 15" - CPC 47: A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS. A Companhia optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 1 de janeiro de 2018. A administração apurou os seguintes impactos na adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018: Venda de aparelhos celulares com desconto: A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços ou ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como o equipamento (aparelho celular) não é condição essencial para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de determinado aparelho, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com a IFRS 15 é devido realizar a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia. A Companhia não identificou impacto financeiro significativo para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser materialmente relevante no universo das receitas da Companhia. Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço: A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato é não restitutivo e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato ou próximo a ela para cumprir o contrato, de acordo

contabilmente os custos, as despesas e os resultados para o exercício em questão, ou para o período de realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas e receber líquidas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras são representadas principalmente por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também prazos e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os critérios tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33). (c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir das experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas terem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir: Reconhecimento de receita e contas a receber: A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as condições implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente devemos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida: Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente. As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração: Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e o valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras. Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos. Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos comentários mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa aprovado no PRJ. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2018, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,55% (2017 - 11,11%), o qual é revisado anualmente pela Companhia. De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade. Valor justo de passivos financeiros: As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado. Provisões: A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 21. Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informações, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre o lucro corrente e o lucro diferido com base nos resultados das operações ajustados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos. A Companhia revisa regularmente os ativos e tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas podem resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. Benefícios a empregados: A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inibição para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionados aos passivos

a Companhia e obrigada a reconhecer as obrigações no balanço, ou planilha a ser, por qualquer razão, com a atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação de serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que geraram o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 615 milhões. Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato: A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos, substancialmente comissões sobre vendas, que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões, que geraram o diferimento dos custos incorridos no cumprimento dos contratos reconhecidos ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"). A Companhia adotou as IFRS 15 e 9, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

| | 2018 (com IFRS 15 e 9) | Ajustes IFRS 15 | Ajustes IFRS 9 | 2018 (sem IFRS 15 e 9) | 2017 |
|---|------------------------------|--------------------|-------------------|------------------------------|--------------|
| Receitas de vendas e/ou serviços | 18.734.488 | 4.488 | | 18.738.956 | 19.946.332 |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | (13.383.202) | | | (13.383.202) | (13.310.415) |
| Lucro bruto | 5.351.286 | 4.488 | | 5.355.754 | 6.635.917 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (8.001) | | | (8.001) | (1.091) |
| Resultados com vendas | (3.831.627) | (23.414) | 138.898 | (3.716.143) | (3.976.149) |
| Despesas com vendas | (1.809.054) | | | (1.809.054) | (2.175.966) |
| Despesas gerais e administrativas | 1.710.653 | | | 1.710.653 | 1.650.272 |
| Outras receitas operacionais | (5.019.734) | | | (5.019.734) | (7.144.103) |
| Outras despesas operacionais | (8.857.763) | (23.414) | 138.898 | (8.842.279) | (11.647.036) |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos | (3.606.497) | (18.926) | 138.898 | (3.486.525) | (5.011.149) |
| Receitas financeiras | 15.567.265 | | | 15.567.265 | 4.874.435 |
| Despesas financeiras | (4.864.329) | | | (4.864.329) | (4.316.525) |
| Resultado financeiro | 10.802.936 | | | 10.802.936 | 557.910 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | 7.296.439 | (18.926) | 138.898 | 7.416.411 | (4.453.239) |
| Imposto de renda e contribuição social | 692.205 | 6.435 | (47.225) | 651.415 | 118.384 |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 7.988.644 | (12.491) | 91.673 | 8.067.826 | (4.333.855) |

(e) Novas normas e interpretações que entrarão em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018: Na data de elaboração desta Demonstração Financeira, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

| Normas e emendas a normas | Aplicações obrigatórias com início em ou após: |
|-------------------------------|--|
| Melhorias anuais na IFRS | 1 de janeiro de 2019 |
| IFRS 16 | 1 de janeiro de 2019 |
| IFRIC 23 | 1 de janeiro de 2019 |
| Alteração na IFRS 9 | 1 de janeiro de 2019 |
| Alteração na IAS 28 | 1 de janeiro de 2019 |
| Alteração na IFRS 10 e IAS 28 | 1 de janeiro de 2019 |

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o IFRS 16 / CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 "Leases" (CPC 06 (R1)), a IFRIC 4 "Determining whether an Arrangement Contains a Lease" (ICPC 03), o SIC-15 "Operating Leases-Incentives" - e o SIC-27 "Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease". A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidênciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado de alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento com um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na norma anterior. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Durante o exercício de 2018, a Companhia e suas subsidiárias avaliaram os potenciais impactos em suas demon-

continua ->

* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNFJ 33.000.118/0001-79

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|------------|---|
| 0 ao 12º | 0,0% |
| 13º ao 18º | 4,0% |
| 19º ao 23º | 12,66% |
| 24º | 12,70% |

* Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizado anualmente ao valor do principal e pago a partir do 78º mês contado da homologação judicial do Plano. Reestruturação dos "Bonds" qualificados: * Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos acima de USD750.000,00, que receberam o seguinte: Ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF; O Um pacote com: * Novas "Notes"; * Novas Ações Ordinárias I; e * Bônus de Subscrição. * Razões de troca: para cada USD664.573,98: O 9.137 ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF; O Novas "Notes", emitidas ao valor de face de USD130.000; O 119.017 Novas Ações Ordinárias I; O 9.155 Bônus de Subscrição. OBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferências de emissão da Oi é de 825.760.902. * As Novas "Notes" foram emitidas em múltiplos de USD1.000, com o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100.167,45. O Vencimento: 7º ano após a sua data de emissão. O Principal: será pago em parcela única com vencimento no 84º mês após a data de emissão. O Juro: pode acontecer de uma das duas formas abaixo: * 10% ao ano, pagos semestralmente; ou * Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 8% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 36º mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4º ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente. * As Novas Ações Ordinárias I são devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos: O Foram emitidas 1514.299.603 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário de R\$ 7,00, de modo que o montante total foi de R\$ 10.600.097.221,00. * Bônus de subscrição: foram emitidos até 116.480.467 Bônus de Subscrição. Em 13 de junho de 2018, a ANATEL anulou com a reestruturação dos "Bonds" qualificados, por meio do Acórdão nº 336/2018, autorizando as etapas necessárias para o aumento de capital e as demais medidas necessárias para o cumprimento da Cláusula 4.3.3.2 do PRJ. Em específico, a conversão autorizada implicou a emissão de novas ações, a diluição das participações dos atuais acionistas, o aumento de capital e a alteração do quadro de capital da Oi. A ANATEL ratificou a determinação de que qualquer alteração no Conselho de Administração da Oi deve ser submetida previamente para análise do Regulador. Em 18 de junho de 2018, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), por meio do Despacho SG nº 753/2018, decidiu não conhecer da operação de reestruturação dos "Bonds" qualificados, a qual havia sido notificada, por cautela, à referida autoridade exclusivamente para garantir o cumprimento do PRJ dentro dos prazos acordados. De acordo com o entendimento da Superintendência-Geral do CADE, a operação não foi conhecida em razão do não preenchimento do requisito de tauramento previsto na Lei nº 12.529/2011. Não houve manifestações contrárias à referida decisão. Com a confirmação da decisão do CADE, e considerando a decisão do Conselho Diretor da ANATEL que concedeu a anuência prévia solicitada pela Oi para a realização do aumento de capital previsto na Cláusula 4.3.3.2 do PRJ, foram devidamente verificadas ou dispensadas todas as condições precedentes estabelecidas no Plano para o encerramento da formalização societária para a realização do referido aumento de capital, cujos efeitos da conversão da dívida em instrumento patrimonial ocorreu após a homologação do PRJ, ocorrido em 5 de fevereiro de 2018. Oferta 4: Modalidade de Pagamento Geral: Esta oferta é aplicada aos credores que não se enquadraram nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, atinjam seus limites e o credor ainda tiver saldo a receber.

* O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo de carência de 20 anos. * Juro/atualização monetária: TR ao ano, em caso de créditos quirográficos que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Reais, incidentes a partir da homologação judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. * Sem juros em caso de créditos quirográficos que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

* A Recuperanda terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e juros capitalizados.

* Limite de pagamento: R\$ 70.000.000.000, subtraído o valor dos créditos concursais que forem reestruturados de outra forma nos termos do Plano. Credores Fornecedores Parceiros: * Credores Fornecedores Parceiros, fornecedores de bens e/ou serviços que mantiveram termos e condições pactuados anteriores à data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, tiveram seus créditos não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Grupo Oi pagos até o limite de R\$ 150 mil, em até 20 dias úteis contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento. Caso estes fornecedores possuam créditos em montante superior a R\$ 150 mil, receberão o saldo remanescente com desconto de 10% em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% em caso de créditos em Reais, e (ii) 0,5% ao ano em caso de créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros. Créditos de partes relacionadas: Créditos referentes a mútuos realizados entre as empresas Recuperandas do Grupo Oi, mútuos estes realizados com recursos decorrentes de operações realizadas no mercado internacional pelas Recuperandas, devem ser pagos conforme descrição abaixo: * O principal será pago a partir do 20º ano após a quitação dos créditos da Modalidade de Pagamento Geral. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas. * Juro/atualização monetária: TR para créditos "intercompany" em Reais, incidentes a partir da homologação judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. Sem juros para créditos "intercompany" em Dólares Norte-Americanos ou Euros. As Empresas Oi podem convencionar forma alternativa de extinção dos créditos "intercompany" nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas estabelecido na forma da lei. Geração de Caixa Excedente ("Cash Sweep"): Os Credores Quirográficos, MEZEP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de seus créditos contra o Grupo Oi com o "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente aos créditos, conforme as seguintes condições: * Nos primeiros 5 anos após homologação judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o equivalente a 100% do montante de receita líquida da venda de ativos que excederem US\$ 200 milhões, para investimentos em suas atividades. * A partir do 6º ano após homologação judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o montante equivalente a 70% do Saldo de Caixa que exceder o Saldo de Caixa Mínimo. * O Saldo de Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre: (i) 25% da soma de OPEX e CAPEX do ano anterior ou (ii) R\$ 5 bilhões. * Adicionalmente, quaisquer recursos

Continuidade das operações: As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria dos credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Referida decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial e em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Em 27 de julho de 2018, a Oi concluiu a capitalização de parte dos Créditos Quirográficos dos "Bondholders" Qualificados, na forma prevista no PRJ, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2018. As novas ações ordinárias emitidas foram entregues aos acionistas da Companhia que exerceram o seu direito de preferência e aos titulares de Créditos Quirográficos dos "Bondholders" Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos. Em 25 de janeiro de 2019, a Oi concluiu o aumento de capital previsto no PRJ através da emissão de 3.225.806.451 ações ordinárias ao valor de subscrição agregado de R\$ 4.000.000.000. A Companhia acredita que tem recursos suficientes para continuar com suas operações e cumprir com suas obrigações nos próximos doze meses. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da conciliação de outras previsões das Empresas Oi. As Empresas Oi tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias por sua própria natureza indicam a existência de incerteza que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 17.047.896 (R\$ 17.071.132 na controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 7.989.644 (R\$ 7.969.682 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 4.010.405 (R\$ 172.176 na controladora). Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 5.678.706 (R\$ 5.815.802 na controladora), o prejuízo líquido do exercício montava a R\$ 4.333.855 (R\$ 4.271.512 na controladora) e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 11.916.600 (R\$ 9.724.552 na controladora). 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como nas de suas controladas. (a) Base de elaboração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (c) das políticas contábeis a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c). Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2018, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017. Os ativos e passivos da Copart 4 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia até dezembro de 2018, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora. Em janeiro de 2019 houve a incorporação desta empresa pela Companhia. Para mais informações veja Nota 29. A consolidação da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. (b) Principais políticas contábeis: Critérios de consolidação das controladas pelo método integral: A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: * soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; * eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; * eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; * destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e * consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8). Moeda funcional e de apresentação: A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$). Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, afetando o patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa. Empresas do grupo com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: * os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; * receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio; * todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e * ajuiz e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. Combinações de negócios: A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo dos ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento final não são as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede à

oportunização com DESP RES MORA (isto é, caso haja ausência de permissão para despesa) e a utilização de recursos próprios para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável. Cálculo e equivalentes de caixa: Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nos dados de encerramento dos exercícios apresentados e não supervalor o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) entidades para negociação; (ii) entidades até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. Contas a receber: As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não latuários até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcards" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação do Vózea é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação do Vózea é elaborado com base no novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Ativo financeiro a valor justo: Retiram-se os ativos financeiros não derivativos classificados a valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. A Companhia utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo para ativos financeiros não negociados em mercado ativo. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificados são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo capitalizado é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, enquanto os investimentos somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica. Os bens arrendados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente. Intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças regulatórias de operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças. Redução ao valor recuperável de ativos de longo duração: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, ou o prazo, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo exceda seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo de ativo menos o custo de vender o seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificável de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o grupo é apresentado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o grupo se origina. Ajuste e valor presente: A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar e corrigir a distorção da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícitas, e em certos casos implícitas dos passivos. Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação. Nos termos e condições do PPL, certos saldos de fornecedores e provisões para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados a valor presente, considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura. Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente. Deterioração de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução do seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de ativos financeiros patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício. A Companhia adotou a opção de valor justo com relação ao registro dos compromissos de empréstimos e financiamentos, no momento da reclassificação dos passivos financeiros que foram originados pela reconstrução/novação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial. O valor justo de cada um dos passivos financeiros foi calculado com base em uma avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e as premissas relativas a taxas de desconto consistente com o prazo e a moeda de cada um desses passivos financeiros. O ajuste a valor justo reconhecido no balanço patrimonial com relação a cada passivo financeiro novado é amortizado linearmente no resultado, em base mensal, ao longo do prazo de

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

| Consolidado | | | | | | | | | 25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | | | | | |
|--|------------------|-----------|--------------|---------------|-----------|---------|---------|------------------------------|---|----------------------|--|-------------|---------|-----------|
| 2018 | | | | | | | | | Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da "holding" Oi) | | | | | |
| | Planos de Pensão | | | | | | | Planos de Assistência Médica | Ativo | Controladora | | Consolidado | | |
| | BrTPREV (*) | TCS- PREV | PBS- Telemar | Telemar- Prev | PBS-A | TNC | CELPREV | | | PAMA | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo do serviço corrente | 16 | 30 | 41 | 1.752 | | | 55 | 3 | 104 | Contas a receber | 436.853 | 1.890.194 | 399.758 | 577.782 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 133 | 256 | 28.414 | 347.708 | 346.620 | 3.027 | | 4 | 246.122 | Oi | 26.287 | 121.174 | 399.758 | 577.589 |
| Rendimento dos ativos do plano | (98) | (753) | (33.506) | (377.614) | (562.883) | (5.759) | | (298) | (256.920) | Rio Alto | | 193 | | 193 |
| Juros sobre o passivo oneroso | | 147 | 5.088 | 29.906 | 216.263 | 2.731 | | 294 | 10.798 | Oi Móvel | 384.793 | 1.653.217 | | |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | (37) | (1.752) | | (54) | | (3) | (104) | BrT Multimídia | 25.709 | 52.787 | | |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 51 | (320) | | | | | | | | Oi Internet | | 62.622 | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (6) | 3.439 | | | | | | | | Seride | | 155 | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | 45 | 3.119 | | | | | | | | Paggo Administradora | 64 | 46 | | |
| (*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018. | | | | | | | | | | | Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante) | | | |
| | | | | | | | | | | Oi | 19.161 | 1.186.125 | 19.161 | 5.805.685 |
| | | | | | | | | | | Oi Móvel | 19.161 | 1.185.952 | 19.161 | 5.805.685 |
| | | | | | | | | | | | | 173 | | |
| | | | | | | | | | | Dividendos a receber | 663.865 | 870.125 | | 27.940 |
| | | | | | | | | | | BrT Multimídia | | 127.996 | | |
| | | | | | | | | | | BrT Card | 87 | 2.457 | | |
| | | | | | | | | | | Oi Móvel | 663.778 | 348.590 | | |
| | | | | | | | | | | Copart 5 | | 27.940 | | 27.940 |
| | | | | | | | | | | Oi Internet | | 363.142 | | |
| | | | | | | | | | | Demais ativos | 201.707 | 380.112 | | 58.265 |
| | | | | | | | | | | Oi | 61.338 | 8.596 | | 58.265 |
| | | | | | | | | | | Oi Móvel | 92.198 | | | |
| | | | | | | | | | | Seride | 43.921 | 138.862 | | |
| | | | | | | | | | | BrT Multimídia | 198 | 29 | | |
| | | | | | | | | | | BrT Call Center | 4.052 | | | |
| | | | | | | | | | | Rede Conecta | | 232.625 | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

| | Planos de Pensão | | | | | | Planos de Assistência Médica | | |
|--|------------------|--|--|---|--|--|--------------------------------------|--|--|
| | BRTPREV (%) | TCS- PREV | PBS- Telemar | Telemar Prev | PBS-A | PBS- TNC | CEL- PREV | PAMEC | PAMA |
| Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% |
| Taxa estimada de inflação | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| Índice de aumento salarial nominal estimado | 4,00% | 4,00% | 4,00% | Por patrocinadora | N/A | 4,84% | 3,59% | N/A | N/A |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | N/A | N/A |
| Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% | 9,20% |
| | | AT-2000 Basic | | | | AT-2000 Basic | | | |
| | | AT-2000 Basic | suavizada em 15%, segregada por sexo | AT-2000 Basic | suavizada em 20%, segregada por sexo | AT-2000 Basic | suavizada em 15%, segregada por sexo | AT-2000 Basic | AT-2000 Basic |
| Tábua biométrica de mortalidade geral | | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas | N/A | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez | | agravada em 100% AT-49, segregada por sexo | agravada em 100% AT-49, segregada por sexo | agravada em 100% AT-49, segregada por sexo | agravada em 100% AT-49, segregada por sexo | agravada em 100% AT-49, segregada por sexo | N/A | agravada em 100% AT-49, segregada por sexo | agravada em 100% AT-49, segregada por sexo |
| Tábua biométrica de mortalidade de inválidos | | Por patrocinadora | Por patrocinadora | Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício Saldado | Nula | Nula | N/A | Nula | Nula |
| Taxa de rotatividade | 57 anos | 57 anos | 57 anos | 55 anos | N/A | 57 anos | 55 anos | N/A | N/A |
| Taxa de crescimento nominal dos custos médicos | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | 7,43% | 7,43% |

N/A = Não aplicável.

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2018

- b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC é de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são

Of Internet

(f) A Companhia contrata mútuos e debêntures com sua controladora segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Da mesma forma a Companhia, no âmbito da recuperação judicial, manteve a classificação de suas dívidas de acordo com prazo de pagamento.

(ii) Em março de 2018, após a aprovação da PRJ e seguindo seus respectivos ritos, foi promovido um encontro de contas entre a TMAR, Oi Móvel e Oi, onde os créditos de dividendos e JSCP que a Oi detinha em relação à TMAR foram transferidos para a Oi Móvel considerando as compensações de créditos realizadas entre as empresas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita | | | | |
| Receita dos serviços prestados | 613.954 | 533.893 | 922.295 | 1.020.155 |
| Oi | 26.327 | 51.179 | 922.295 | 1.020.155 |
| Oi Móvel | 557.846 | 473.238 | | |
| Oi Internet | | 2 | | 5 |
| B/T Multimídia | 3.498 | 6.344 | | |
| Serede | 24.845 | 1.962 | | |
| Rede Conecta | 1.380 | 599 | | |
| Rio Alto | | | | 528 |
| Paggo Administradora | 56 | 38 | | |
| Receitas financeiras | 196.962 | 112.742 | 7.205.483 | 589.144 |
| Oi | 18.748 | 111.540 | 84.788 | 589.045 |
| Oi Serviços Financeiros | | | | 99 |
| Oi Móvel | 166 | 1.202 | | |
| Serede | 23.435 | | | |
| Rede Conecta | 31.470 | | | |
| B/T Multimídia | 2.213 | | | |
| PT Participações | 120.930 | | 120.930 | |
| Oi Holanda | | | 6.999.765 | |
| | Controladora | Consolidado | | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Custos e despesas | | | | |
| Custos e despesas operacionais | (1.247.589) | (1.468.744) | (131.468) | (153.109) |
| Oi | (28.392) | (61.106) | (131.468) | (152.563) |
| Oi Móvel | (212.602) | (415.411) | | |
| Serede | (677.196) | (600.810) | | |
| Paggo Administradora | (12.116) | (13.663) | | |
| B/T Multimídia | (374) | (405) | | |
| Oi Internet | | (1) | | |
| Rede Conecta | (316.909) | (377.348) | | |
| Rio Alto | | | | (546) |
| Despesas financeiras | (734.152) | (458.846) | (2.559.407) | (1.620.116) |
| Oi | (716.589) | (345.260) | (1.548.241) | (365.306) |
| Oi Móvel | 123.662 | (84.110) | | |
| B/T Multimídia | 471 | (954) | | |
| Serede | *(12.539) | | | |
| Oi Internet | 21 | (14) | | |
| PT Participações | (129.178) | (28.508) | (129.178) | (28.508) |
| Oi Serviços Financeiros | | | (3.203) | (5.076) |
| Oi Holanda | | | (878.785) | (1.221.226) |

Linhas de créditos

Linhas de créditos
A Companhia pode conceder (ou receber) linhas de crédito às (de) suas controladas ou controladora com a finalidade de fornecer ou receber capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2017 – 115% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “intercompany” em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras.

Recuperandas brasileiras.

As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2018 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais.

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e ELD.

As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantías

Garantias
A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

| | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--------------------------------|-------------------------|-----------|---------------|
| benefícios | 57 anos | 57 anos | 57 anos | 55 anos | N/A | 57 anos | 55 anos | N/A | N/A | Oi Serviços Financeiros | (3.203) | (5.076) |
| Taxa de crescimento nominal dos custos médicos | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | 7,43% | 7,43% | Oi Holanda | (878.785) | (1.221.226) |
| N/A = Não aplicável. | | | | | | | | | | | | |
| INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2018 | | | | | | | | | | | | |
| a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. | | | | | | | | | | | | |
| b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC é de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. | | | | | | | | | | | | |
| Política de investimentos dos planos | | | | | | | | | | | | |
| A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. | | | | | | | | | | | | |
| Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes: | | | | | | | | | | | | |
| SEGMENTO DO ATIVO | BrTPREV | TCS | PBS- | Telemar | CEL | | | | | Controladora | | |
| | PREV | PREV | Telemar | Prev | PBS-A | PBS-TNC | PREV | PAMA | | 2018 | 2017 | Consolidado |
| Renda fixa | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | Ativo | | | |
| Renda variável | 17,00% | 17,00% | 17,00% | 17,00% | 7,00% | 17,00% | 10,00% | | Contas a receber | | | 6.359 5.929 |
| Investimentos estruturados | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 0,50% | 20,00% | 20,00% | | Outras entidades | | | 6.359 5.929 |
| Investimentos no exterior | 5,00% | 5,00% | 2,00% | 5,00% | | 5,00% | 2,00% | | | Controladora | | |
| Imóveis | 8,00% | 8,00% | 8,00% | 8,00% | 6,00% | 8,00% | 8,00% | | | 2018 | 2017 | Consolidado |
| Empréstimos a participantes | 15,00% | 15,00% | 15,00% | 15,00% | 3,00% | 15,00% | 15,00% | | Passivo | | | |
| | | | | | | | | | Fornecedores | 71.994 | 65.408 | 74.210 67.654 |
| | | | | | | | | | Hisparmar | 65.789 | 61.163 | 66.704 62.094 |
| | | | | | | | | | Outras entidades | 6.205 | 4.245 | 7.506 5.560 |
| A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir: | | | | | | | | | | Controladora | | |
| SEGMENTO DO ATIVO | BrTPREV (*) | TCS | PBS- | Telemar | CEL | | | | | 2018 | 2017 | Consolidado |
| Renda fixa | | 86,17% | 90,48% | 92,51% | 93,70% | 83,87% | 88,80% | 100% | Receita | | | |
| Renda variável | | 2,90% | 1,30% | 1,61% | 0,77% | 2,51% | 4,00% | | Receita dos serviços prestados | 270 | 62 | 324 119 |
| Investimentos estruturados | | 9,23% | 6,65% | 4,21% | 0,03% | 12,84% | 5,68% | | Hisparmar | 270 | 62 | 270 62 |
| Investimentos no exterior | | 0,85% | 0,92% | 0,79% | | | | | Outras entidades | | | 54 57 |
| Imóveis | | 0,43% | 0,38% | 0,67% | 4,67% | 0,27% | 1,15% | | Receita financeira | | | 430 |
| Empréstimos a participantes | | 0,42% | 0,27% | 0,21% | 0,83% | 0,51% | 0,37% | | Outras entidades | | | 430 |
| Total | | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100% | | Controladora | | |
| (*) O Plano de Benefícios BrTPREV foi incorporado ao Plano de Benefícios TCSPREV. | | | | | | | | | | 2018 | 2017 | Consolidado |
| (b) Participações dos empregados nos lucros | | | | | | | | | | | | |
| No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 101.314 na controladora e R\$ 201.732 no consolidado. | | | | | | | | | | | | |
| (c) Remuneração baseada em ações | | | | | | | | | | | | |
| O Programa de Incentivo de Longo Prazo (2015 - 2017), aprovado pelo Conselho de Administração da Oi em 13 de março de 2015, buscou maior alinhamento com o ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. O Programa consistiu no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. | | | | | | | | | | | | |
| Em janeiro de 2018, ocorreu o pagamento da última parcela desse programa, referente ao exercício de 2017. | | | | | | | | | | | | |
| Linhas de créditos | | | | | | | | | | | | |
| A Companhia pode conceder (ou receber) linhas de crédito às (de) suas controladas ou controladora com a finalidade de fornecer ou receber capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2017 - 115% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos "intercompany" em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. | | | | | | | | | | | | |
| As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2018 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. | | | | | | | | | | | | |
| Aluguel de infraestrutura de transmissão | | | | | | | | | | | | |
| As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD. | | | | | | | | | | | | |
| As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial. | | | | | | | | | | | | |
| Garantias | | | | | | | | | | | | |
| A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto. | | | | | | | | | | | | |
| Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas | | | | | | | | | | | | |

continua →

★ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

| | Consolidado | |
|----------------|-------------|--------------|
| | 2018 | 2017 |
| Plano TCSPREV | 315 | 3.864 |
| Plano CELPREV | 199 | |
| Total | 514 | 3.864 |
| Circulante | 514 | 90 |
| Não circulante | | 3.774 |

Características dos planos de previdência complementar patrocinados**1) FATL**

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos**(i) PBS-Telemar**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do total do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o plano de benefícios TCSPREV incorporou o plano de benefícios BrTPREV (CNPB nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os participantes e beneficiários vinculados ao BrTPREV tornam-se, automaticamente, participantes e beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A contribuição básica mensal e obrigatória dos participantes ativos do TCSPREV e BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do participante. O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras.

A contribuição mensal dos participantes do plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BrTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da previdência oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da previdência oficial. O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de patrocinadoras, relativas a participantes dos grupos TCSPREV e BrTPREV, cessarão automaticamente, no mês subsequente àquele em que o participante completar 60

| | Controladora | | | |
|---|------------------|------------------|--------------------|------------------------------|
| | 2017 | | | |
| | Planos de Pensão | | | Planos de Assistência Médica |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 279.147 | 3.265.462 | 3.486.769 | 2.075.073 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 31.897 | 372.039 | 393.424 | 234.464 |
| Custo do serviço corrente | 33 | 1.304 | | 89 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | 41 | | | |
| Benefícios pagos líquidos | (22.480) | (247.566) | (344.255) | (170.127) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 11.770 | 184.763 | 154.172 | 416.473 |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 300.208 | 3.576.002 | 3.690.110 | 2.555.972 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 306.505 | 3.805.460 | 5.360.600 | 2.398.818 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 34.946 | 412.261 | 615.098 | 271.857 |
| Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora | 114 | | | |
| Pagamento de benefícios | (22.480) | (247.566) | (344.256) | (170.127) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 32.880 | 102.673 | 258.697 | 165.266 |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 351.965 | 3.872.828 | 5.890.139 | 2.665.814 |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | (51.757) | (296.826) | (2.200.029) | (109.842) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 51.757 | 296.826 | 2.200.029 | 109.842 |
| (=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾ | | | | |

| Consolidado | | | | | | | | |
|---|---------|---------|-----------|-----------|-----------|---------|-------|------------------------------|
| 2018 | | | | | | | | |
| Planos de Pensão | | | | | | | | Planos de Assistência Médica |
| BrT | TCS | PBS- | Telemar | PBS- | | | | |
| PREV (*) | PREV | Telemar | Prev | PBS-A | TNC | CELPREV | PAMA | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.547 | 2.578 | 300.208 | 3.665.281 | 3.690.110 | 31.938 | 41 | 2.555.972 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 133 | 256 | 28.414 | 347.708 | 346.620 | 3.027 | 4 | 246.122 |
| Custo do serviço corrente | 16 | 30 | 41 | 1.752 | | 55 | 3 | 104 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | | | 34 | | | 1 | | |
| Benefícios pagos líquidos | (76) | (100) | (22.751) | (261.513) | (333.364) | (2.505) | | (195.602) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (28) | 241 | 13.770 | 235.115 | 94.602 | 2.527 | (22) | 204.878 |
| Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano | (1.592) | 1.592 | | | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 4.597 | 319.716 | 3.988.343 | 3.797.968 | 35.043 | | 26 | 2.811.474 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.162 | 8.056 | 351.965 | 3.969.518 | 5.890.139 | 59.722 | 3.030 | 2.665.814 |
| Rendimentos dos ativos do | | | | | | | | |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 25/61

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de patrocinadoras, relativas a participantes dos grupos TCSPREV e BTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o participante completar 60 anos de idade, 10 anos de serviço creditado e 10 anos de vinculação ao plano.

Para os participantes migrados do plano PBS-TCS para o plano TCSPREV, as contribuições de patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao plano TCSPREV, 10 anos de serviço creditado na patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da previdência social.

A contribuição voluntária de participantes do TCSPREV e BTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A contribuição esporádica de participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo participante, conforme o plano TCSPREV ou BTPREV, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPBT (Unidade Previdenciária BT), respectivamente. Não há contrapartida da patrocinadora relativamente a contribuições voluntária ou esporádica do participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

(iv) PBS-TNC

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do plano de benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão, e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(v) CELPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPB sob o nº 2004.0009-29.

Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões.

A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença).

A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor.

A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, eletuada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004.

A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2018, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

| | | | | | | | | | |
|---|---------|---------|----------|-----------|-----------|-------------|----------|-----------|-----------|
| Rendimentos dos ativos do plano | 98 | 753 | 33.506 | 377.614 | 562.883 | 5.759 | 298 | 256.920 | |
| Contribuições normais recebidas pelo plano | | | 101 | | | 4 | 1 | | |
| Patrocinadora | | | 67 | | | 3 | 1 | | |
| Participantes | | | 34 | | | 1 | | | |
| Pagamento de benefícios | (22) | (100) | (22.751) | (261.513) | (333.364) | (2.504) | | (195.603) | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (76) | (4.759) | 6.460 | 231.427 | (344.244) | (2.919) | 11 | 106.344 | |
| Elevação/(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano | (1.162) | 1.162 | | | | | | | |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício (=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido | | | 5.112 | 369.281 | 4.317.046 | 5.775.414 | 60.062 | 3.340 | 2.833.475 |
| Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | | | (515) | (49.565) | (328.703) | (1.977.446) | (25.019) | (3.314) | (22.001) |
| (=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | | | | | | | | | |

(*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

| Consolidado | | | | | | | | | |
|---|-------------|-----------------|-----------------|-----------|-------------|----------|---------|------------------------------|--|
| 2017 | | | | | | | | | |
| Planos de Pensão | | | | | | | | Planos de Assistência Médica | |
| BrT PREV | TCS PREV | PBS- Telemar | Telemar Prev | PBS-A | PBS- TNC | CELPREV | PAMA | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.538 | 2.696 | 279.148 | 3.346.198 | 3.486.769 | 29.204 | 133 | 2.075.073 | |
| Juros sobre obrigações atuariais | 173 | 311 | 31.697 | 381.256 | 393.424 | 3.328 | 15 | 234.464 | |
| Custo do serviço corrente | 23 | 56 | 32 | 1.506 | | 48 | 7 | 89 | |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | | | 41 | | | 7 | | | |
| Benefícios pagos líquidos | (88) | (11) | (22.480) | (253.289) | (344.256) | (2.354) | | (170.127) | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (99) | (474) | 11.770 | 189.610 | 154.173 | 1.705 | (114) | 416.473 | |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 1.547 | 2.578 | 300.208 | 3.665.281 | 3.690.110 | 31.938 | 41 | 2.555.972 | |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.204 | 8.690 | 306.505 | 3.693.378 | 5.360.600 | 54.684 | 2.553 | 2.398.818 | |
| Rendimentos dos ativos do plano | 134 | 1.021 | 34.946 | 422.327 | 615.098 | 6.343 | 301 | 271.857 | |
| Contribuições normais recebidas pelo plano | | | 114 | | | 19 | 2 | | |
| Patrocinadora | | | 73 | | | 12 | 2 | | |
| Participantes | | | 41 | | | 7 | | | |
| Pagamento de benefícios | (88) | (11) | (22.480) | (253.289) | (344.256) | (2.354) | | (170.127) | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (88) | (1.644) | 32.880 | 107.102 | 258.697 | 1.030 | (174) | 165.266 | |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício (=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido | 1.162 | 8.056 | 351.965 | 3.969.518 | 5.690.139 | 59.722 | 2.682 | 2.565.814 | |
| Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 385 | (5.478) | (51.757) | (304.237) | (2.200.029) | (27.784) | (2.641) | (109.842) | |
| (=) Passivo/(Ativo) atuarial | 1.614 | 51.757 | 304.237 | 2.200.029 | 27.784 | 2.641 | 109.842 | | |

de 18 de março de 2004.
A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.
O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2018, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destas, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional à parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

| | Controladora | | | |
|---|------------------|-------------|------------------------------|-----------|
| | 2018 | | | |
| | Planos de Pensão | | Planos de Assistência Médica | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 300.208 | 3.576.002 | 3.690.110 | 2.555.972 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 28.414 | 339.248 | 346.620 | 246.122 |
| Custo do serviço corrente | 41 | 1.472 | | 104 |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | 34 | | | |
| Benefícios pagos líquidos | (22.751) | (255.617) | (333.364) | (195.602) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 13.770 | 230.165 | 94.602 | 204.878 |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 319.716 | 3.891.270 | 3.797.968 | 2.811.474 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 351.965 | 3.872.828 | 5.890.139 | 2.665.814 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 33.506 | 368.426 | 562.883 | 256.920 |
| Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora | 101 | | | |
| Pagamento de benefícios | (22.751) | (255.617) | (333.364) | (195.602) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 6.460 | 226.337 | (344.244) | 106.344 |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 369.281 | 4.211.974 | 5.775.414 | 2.833.476 |
| (=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido | (49.565) | (320.704) | (1.977.446) | (22.001) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 49.565 | 320.704 | 1.977.446 | 22.001 |
| (=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | | | | |

| atuarial no final do exercício | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
|---|-------|---------|----------|-----------|-------------|----------|---------|-----------|------|
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.204 | 8.690 | 306.505 | 3.693.378 | 5.360.600 | 54.684 | 2.553 | 2.398.818 | |
| Rendimentos dos ativos do plano | 134 | 1.021 | 34.946 | 422.327 | 615.098 | 6.343 | 301 | 271.857 | |
| Contribuições normais recebidas pelo plano | | | 114 | | | 19 | 2 | | |
| Patrocinadora | | | 73 | | | 12 | 2 | | |
| Participantes | | | 41 | | | 7 | | | |
| Pagamento de benefícios | (88) | (11) | (22.480) | (253.289) | (344.256) | (2.354) | | (170.127) | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (88) | (1.644) | 32.880 | 107.102 | 258.697 | 1.030 | (174) | 165.266 | |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 1.162 | 8.056 | 351.965 | 3.969.518 | 5.890.139 | 59.722 | 2.682 | 2.665.814 | |
| (=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido | 385 | (5.478) | (51.757) | (304.237) | (2.200.029) | (27.784) | (2.641) | (109.842) | |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 1.614 | 51.757 | 304.237 | 2.200.029 | 27.784 | 2.641 | 109.842 | | |
| (=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | 385 | (3.864) | | | | | | | |

(1) A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado aos Planos TCSPREV e CELPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 514 (2017 - R\$ 3.864), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

| | Controladora | | | |
|---|------------------|-------------|------------------------------|-----------|
| | 2018 | | | |
| | Planos de Pensão | | Planos de Assistência Médica | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 41 | 1.472 | | 104 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 28.414 | 339.248 | 346.620 | 246.122 |
| Rendimento dos ativos do plano | (33.506) | (368.426) | (562.883) | (256.920) |
| Juros sobre o passivo oneroso | 5.088 | 29.178 | 216.263 | 10.798 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | (37) | (1.472) | | (104) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | | | | |
| | Controladora | | | |
| | 2017 | | | |
| | Planos de Pensão | | Planos de Assistência Médica | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 33 | 1.304 | | 89 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 31.697 | 372.039 | 393.424 | 234.464 |
| Rendimento dos ativos do plano | (34.945) | (412.261) | (615.098) | (271.857) |
| Juros sobre o passivo oneroso | 3.236 | 40.222 | 221.674 | 37.393 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | (21) | (1.304) | | (89) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | | | | |

continua ->

- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018:

| | Classificação original de acordo com IAS 39 | Classificação de acordo com IFRS 9 | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | | 31/12/2018 | 01/01/2018 | 31/12/2018 | 01/01/2018 |
| Equivalentes de caixa | Mantidos para negociação | Valor justo por meio do resultado | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.233 |
| Aplicações financeiras | Mantidos para negociação | Valor justo por meio do resultado | 6.074 | | 43.323 | 91.789 |
| Créditos com partes relacionadas | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 19.161 | 1.186.125 | 19.161 | 5.805.685 |
| Contas a receber | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 1.515.535 | 3.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 663.865 | 870.125 | | 27.940 |
| Ativo financeiro a valor justo (Nota 3.1 (i)) | Disponível para venda | Valor justo por meio do resultado | 65.182 | 89.198 | 65.182 | 89.198 |

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 251 milhões.

Em 1 de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedge" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "hedge".

A Companhia adotou a opção que permite não representar os períodos comparativos ao ano da adoção inicial.

Receita de Contratos com Clientes "IFRS 15" - CPC 47

A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A Companhia optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 1 de janeiro de 2018.

A administração apurou os seguintes impactos na adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018:

Venda de aparelhos celulares com desconto

A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços ou ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como o equipamento (aparelho celular) não é condição essencial para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de determinado aparelho, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com o IFRS 15 é devido realizar a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia não identificou impacto financeiro significativo para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser materialmente relevante no universo das receitas da Companhia.

Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço

A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato é não restituível e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**3.1. Mensuração do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da novação desses passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente.

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são resumidos como segue:

| | Mensuração contábil | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | | 2018 | | | |
| | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e contas bancárias | Valor justo | 72.411 | 72.411 | 154.089 | 154.089 |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 336.318 | 336.318 | 2.565.213 | 2.565.213 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | 6.074 | 6.074 | 43.323 | 43.323 |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 1.515.535 | 1.515.535 | 5.778.559 | 5.778.559 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 19.161 | 19.161 | 19.161 | 19.161 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 663.865 | 663.865 | | |
| Ativo financeiro a valor justo (ii) | Valor justo | 65.182 | 65.182 | 65.182 | 65.182 |
| Passivo | | | | | |
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 4.442.381 | 4.442.381 | 6.961.243 | 6.961.243 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | Custo amortizado | 3.986.216 | 3.986.216 | 5.292.935 | 5.292.935 |
| Debêntures | Custo amortizado | 1.111.080 | 1.111.080 | 1.111.080 | 1.111.080 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 820.665 | 820.665 | 1.093 | 1.093 |
| Autorizações e concessões a pagar (iv) | Custo amortizado | 33.163 | 33.163 | 62.693 | 62.693 |
| Programa de refinanciamento fiscal (iv) | Custo amortizado | 163.551 | 163.551 | 199.710 | 199.710 |

consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que geraram o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 615 milhões.

Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato
A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos, substancialmente comissões sobre vendas, que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática, que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões, que geraram o diferimento dos custos incorridos no cumprimento dos contratos reconhecidos ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn").

A Companhia adotou as IFRS 15 e 9, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

| | 2018 | | 2018 | | 2017 |
|--|-------------------|-----------------|----------------|-------------------|--------------|
| | (com IFRS 15 e 9) | Ajustes IFRS 15 | Ajustes IFRS 9 | (sem IFRS 15 e 9) | |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 18.734.468 | 4.488 | | 18.738.956 | 19.946.302 |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | (13.383.202) | | | (13.383.202) | (13.310.415) |
| Lucro bruto | 5.351.266 | 4.488 | | 5.355.754 | 6.635.887 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (8.001) | | | (8.001) | (1.091) |
| Despesas com vendas | (3.831.627) | (23.414) | 138.898 | (3.716.143) | (3.976.149) |
| Despesas gerais e administrativas | (1.809.054) | | | (1.809.054) | (2.175.965) |
| Outras receitas operacionais | 1.710.658 | | | 1.710.653 | 1.650.272 |
| Outras despesas operacionais | (5.019.734) | | | (5.019.734) | (7.144.103) |
| | (8.957.763) | (23.414) | 138.898 | (8.842.279) | (11.647.036) |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos | (3.606.497) | (18.926) | 138.898 | (3.486.525) | (5.011.149) |
| Receitas financeiras | 15.567.265 | | | 15.567.265 | 4.874.435 |
| Despesas financeiras | (4.664.329) | | | (4.664.329) | (4.316.525) |
| Resultado financeiro | 10.902.936 | | | 10.902.936 | 557.910 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | 7.296.439 | (18.926) | 138.898 | 7.416.411 | (4.453.239) |
| Imposto de renda e contribuição social | 692.205 | 6.435 | (47.225) | 651.415 | 119.384 |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 7.988.644 | (12.491) | 91.673 | 8.067.826 | (4.333.855) |

(e) Novas normas e interpretações que entrarão em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018:
Na data de elaboração desta Demonstração Financeira, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e emendas a normas

| Aplicações obrigatórias com início em ou após: | |
|--|---|
| Melhorias anuais na IFRS | Ciclo 2015-2017 |
| IFRS 16 | Arrendamentos |
| IFRIC 23 | Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda |
| Alteração na IFRS 9 | Recursos de pré-pagamento com compensação negativa |
| Alteração no IAS 28 | Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures" |
| Alteração na IFRS 10 e IAS 28 | Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture" |

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o IFRS 16 / CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 "Leases" (CPC 06 (R1)), a IFRIC 4 "Determining whether an Arrangement Contains a Lease" (CPC 03), o SIC-15 "Operating Leases-Incentives" e o SIC-27 "Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease". A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários

| Programa de refinanciamento fiscal (iv) | Custo amortizado | 163.551 | 163.551 | 199.710 | 199.710 |
|---|---------------------|--------------------------|-------------|----------------|-------------|
| | | Controladora Consolidado | | | |
| | | 2017 | | | |
| | Mensuração contábil | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |

| | | | | | |
|--|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ativo | | | | | |
| Caixa e contas bancárias | Valor justo | 73.462 | 73.462 | 168.184 | 168.184 |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 563.651 | 563.651 | 2.776.233 | 2.776.233 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | | | 91.789 | 91.789 |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 3.304.807 | 3.304.807 | 6.384.176 | 6.384.176 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 1.186.125 | 1.186.125 | 5.805.685 | 5.805.685 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 870.125 | 870.125 | 27.940 | 27.940 |
| Ativo financeiro a valor justo (ii) | Valor justo | 89.198 | 89.198 | 89.198 | 89.198 |

| | | | | | |
|--|------------------|------------|------------|------------|------------|
| Passivo | | | | | |
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 3.708.720 | 3.708.720 | 6.654.926 | 6.654.926 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | Custo amortizado | 14.871.577 | 14.871.577 | 22.300.301 | 22.300.301 |
| Debêntures | Custo amortizado | 58.124 | 58.124 | 58.124 | 58.124 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 849.136 | 849.136 | 849.136 | 849.136 |
| Autorizações e concessões a pagar (iv) | Custo amortizado | | | 20.910 | 20.910 |
| Programa de refinanciamento fiscal (iv) | Custo amortizado | 338.160 | 338.160 | 392.309 | 392.309 |

Em virtude do Plano aprovado, os empréstimos e financiamentos encontram-se renovados e os saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.

Desta forma, para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do PRJ, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, teriam seus créditos recebidos em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais para os quais foram realizados ajustes a valor presente.

(ii) Corresponde a 10% de participação acionária na Pharol SGPS S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Pharol no montante de R\$ 24.016 (2017 - R\$ 25.154), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 15.850 (2017 - R\$ 16.602).

(iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com Garantia Real ("BNDES") e Créditos Quirografários ("Bancos Locais e ECAs"), correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. No ano-calendário de 2018, alguns dos passivos registrados foram contabilizados pelo seu valor justo, de acordo com os termos e condições do PRJ.

(iv) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

O nívelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são detalhados abaixo:

| Hierarquia do valor justo | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Valor justo 2018 | Valor justo 2017 | Valor justo 2018 | Valor justo 2017 |
| | | | | |
| Ativos | | | | |
| Caixa e contas bancárias | Nível 1 | 72.411 | 73.462 | 154.089 |
| Equivalentes de caixa | Nível 2 | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 |
| Aplicações financeiras | Nível 2 | 6.074 | | 43.323 |

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares") e em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigente quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através de desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) **Instrumentos financeiros derivativos**

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes. Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira nesta data não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge" registradas em outros resultados abrangentes.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas são expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sob

| Normas e emendas a normas | | Início em ou após | Equivalentes de caixa | Nível 2 | 330.310 | 330.301 | 2.300.310 | 2.770.289 |
|---|---|----------------------|---|---------|---------|---------|-----------|-----------|
| Melhorias anuais na IFRS | Ciclo 2015-2017 | 1 de janeiro de 2019 | Aplicações financeiras | Nível 2 | 6.074 | | 43.323 | 91.789 |
| IFRS 16 | Arrendamentos | 1 de janeiro de 2019 | Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017. | | | | | |
| IFRIC 23 | Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda | 1 de janeiro de 2019 | A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber: | | | | | |
| Alteração na IFRS 9 | Recursos de pré-pagamento com compensação negativa | 1 de janeiro de 2019 | (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras | | | | | |
| Alteração no IAS 28 | Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures" | 1 de janeiro de 2019 | Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares") e em Euros. | | | | | |
| Alteração na IFRS 10 e IAS 28 | Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture" | 1 de janeiro de 2019 | Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. | | | | | |
| Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o IFRS 16 / CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. | | | | | | | | |
| IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos | | | | | | | | |
| A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 "Leases" (CPC 06 (R1)), a IFRIC 4 "Determining whether an Arrangement Contains a Lease" (ICPC 03), o SIC-15 "Operating Leases-Incentives" - e o SIC-27 "Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease". A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. | | | | | | | | |
| Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na norma anterior. | | | | | | | | |
| A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. | | | | | | | | |
| Durante o exercício de 2018, a Companhia e suas subsidiárias avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: | | | | | | | | |
| (i) Levantamento dos contratos; | | | | | | | | |
| (ii) Abordagem de transição; | | | | | | | | |
| (iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; | | | | | | | | |
| (iv) Avaliação da taxa de desconto e prazo estimado; | | | | | | | | |
| (v) Impactos na adoção inicial. | | | | | | | | |
| Transição | | | | | | | | |
| A Companhia planeja adotar a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluirá contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso. | | | | | | | | |
| Isenções | | | | | | | | |
| A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. | | | | | | | | |
| Impactos | | | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2019, a Administração da Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão impactos relevantes a serem reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em suas demonstrações financeiras, sendo que ao valor presente tais impactos foram estimados entre R\$ 6,2 e R\$ 8,0 bilhões, nas demonstrações contábeis consolidadas. | | | | | | | | |
| Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico). | | | | | | | | |

| Controladora | | | |
|--|-------------|----------------|-------------|
| 2018 | 2017 | | |
| Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| 1.812.720 | 1.812.720 | 5.195.481 | 4.932.287 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 18) | | | |

| Consolidado | | | |
|--|-------------|----------------|-------------|
| 2018 | 2017 | | |
| Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| 1.955.356 | 1.955.356 | 12.010.159 | 12.010.159 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 18) | | | |

continua →

☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base no novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

Ativo financeiro a valor justo

Referem-se a ativos financeiros não derivativos classificados a valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. A Companhia utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo para ativos financeiros não negociados em mercado ativo.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens arrendados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho. Divulgações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (d).

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos

de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificada de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícita, e em certos casos implícita dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ, certos saldos de fornecedores e provisões para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados a valor presente, considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

A Companhia adotou a opção de valor justo com relação ao registro dos compromissos de empréstimos e financiamentos, no momento da reclassificação dos passivos financeiros que foram originados pela reestruturação/novação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial. O valor justo de cada um dos passivos financeiros foi calculado com base em uma avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e as premissas relativas a taxas de desconto, consistente com o prazo e a moeda de cada um desses passivos financeiros.

O ajuste a valor justo reconhecido no balanço patrimonial com relação a cada passivo financeiro novado é amortizado linearmente no resultado, em base mensal, ao longo do prazo de maturação do passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos têm individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e JEC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33).

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos.

Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa arquivado no PRJ. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2018, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,55% (2017 - 11,11%), o qual é revisado anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 21.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto

empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e JEC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégico.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Obrigação Onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensurada sempre que ocorrer mudanças significativas dessas premissas.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de substituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2016, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,55% (2017 - 11,11%), o qual é revisado anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 21.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas:

| | |
|----------------------------|---|
| IFRS 9 | Instrumentos financeiros |
| IFRS 15 | Receita de contratos com clientes |
| Esclarecimentos às IFRS 15 | Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2016 |

A adoção das normas, alterações e interpretações citadas acima, tiveram impacto na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2018. Conforme detalhamento a seguir:

Instrumentos Financeiros "IFRS 9" - CPC 48

A IFRS aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco.

A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação/mensuração de seus ativos financeiros que impacte o patrimônio líquido.

continua

-☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

• Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Dólares Norte-Americanos pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolheram esta opção, até o limite máximo de USD 1.150.000.000,00.

• 60 meses de carência de principal;

• O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|------------|---|
| 0 ao 10º | 0,0% |
| 11º ao 20º | 2,0% |
| 21º ao 33º | 5,7% |
| 34º | 5,9% |

• A taxa de juros é (i) correspondente à taxa anual de 80% do CDI para os créditos em Reais, e (ii) 1,75% ao ano para os créditos em Dólares Norte-Americanos, sendo que os juros são capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano;

• Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, devem ser pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.

Opção de Reestruturação 2:

• Os credores que optaram por essa modalidade de pagamento tiveram seus créditos reestruturados em Dólares Norte-Americanos, em até 6 meses após a Homologação Judicial do Plano, observado o limite máximo de USD 850.000.000,00;

• 60 meses de carência de principal;

• O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|------------|---|
| 0 ao 10º | 0,0% |
| 11º ao 20º | 2,0% |
| 21º ao 33º | 5,7% |
| 34º | 5,9% |

• Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano, sendo que:

• Durante o período de carência de principal devem ser pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes devem ser capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros devem ser pagos semestralmente.

• Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.

• A cessão de direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da Oi.

Reestruturação dos "Bonds":**Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados:**

• Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos de até USD 750.000,00, sendo que o limite máximo dessa oferta é de USD 500.000.000,00.

• Deságio de 50%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal.

• Carência do principal: 6 anos a partir da homologação do Plano.

• O principal é equivalente a 50% dos créditos dos "Bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD 250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela abaixo:

| Semestres | Percentual do valor a ser amortizado por semestre |
|------------|---|
| 0 ao 12º | 0,0% |
| 13º ao 18º | 4,0% |
| 19º ao 23º | 12,66% |
| 24º | 12,70% |

• Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizado anualmente ao valor do principal e pago a partir do 78º mês contado da homologação judicial do Plano.

Reestruturação dos "Bonds" qualificados:

• Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos acima de USD 750.000,00, que receberam o seguinte:

• 0 Ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF;

• 0 Um pacote com:

• 0 Novas "Notes";

Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas");

• Resgate anual antecipado com Geração de Caixa Excedente;

• Restrição a Pagamento de Dividendos.

As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos tomados ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos). Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelar os "ratings" de grau de investimento ou reduzir os "ratings" da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltam a ser aplicáveis.

Condições Precedentes: O PRJ, estabelece um conjunto de condições precedentes resolutivas e suspensivas que precisam ser verificadas ou formal e expressamente dispensadas pelos credores quirografários qualificados para a realização do Aumento de Capital - Novos Recursos. Em 31 de dezembro de 2018, todas as Condições Precedentes tinham sido verificadas ou dispensadas.

Alienação de Bens do Ativo Permanente: O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia vem desenvolvendo esforços no sentido da alienação de alguns investimentos financeiros, não tendo ainda concluído qualquer operação.

Reorganização societária: O PRJ, no anexo da cláusula 7.1 lista um conjunto de operações de reorganização societária que a Administração pode implementar com vista a otimizar e incrementar os resultados da Companhia, contribuindo para o cumprimento das obrigações do PRJ. Em 1 de março de 2018 foi concluída a incorporação da Oi Internet na Oi Móvel.

Empresas subsidiárias da Companhia

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

| Empresa | Atividade | Direta | | Indireta | |
|---|---|--------|--------|----------|-------|
| | | 2018 | 2018 | 2017 | 2017 |
| Oi Móvel | Telefonia móvel - Região I, II e III | 100% | | 100% | |
| Pago Empreendimentos S.A. ("Pago") | Sistemas de pagamentos e de crédito | | 100% | | 100% |
| Pago Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Pago Acquirer") | Sistemas de pagamentos e de crédito | | 100% | | 100% |
| Pago Administradora Ltda. ("Pago Administradora") | Sistemas de pagamentos e de crédito | | 100% | | 100% |
| Copart 4 | Investimentos em propriedades | 100% | | 100% | |
| Dommo Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Dommo") (i) | Compra e venda de imóveis | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| SERED - Serviços de Rede S.A. ("Sered") | Serviços de Rede | 81,61% | | 81,43% | |
| Rede Conecta - Serviços de Rede S.A. ("Rede Conecta") | Serviços de Rede | | | | 100% |
| Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia") | Tráfego de dados | 0,01% | 99,99% | 99,99% | 0,01% |
| BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card") | Serviços financeiros | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% |
| Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center") | Serviços de centrais de atendimento e telemarketing | 100% | | 100% | |
| Oi Internet S.A. ("Oi Internet") | Internet | | 99,99% | | 0,01% |
| Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay") | Tráfego de dados | | | | 100% |
| Pointer Networks S.A. ("Pointer") | Internet Wifi | | 100% | | 100% |
| VEX Venezuela C.A. | Internet Wifi | | 100% | | 100% |
| VEX Ukraine LLC | Internet Wifi | | 40% | | 40% |
| VEX USA Inc | Internet Wifi | | 100% | | 100% |
| VEX Wifi Canadá Ltd | Internet Wifi | | 100% | | 100% |
| Pointer Networks S.A. - SUC Argentina | Internet Wifi | | 100% | | 100% |
| Pointer Peru S.A.C | Internet Wifi | | 100% | | 100% |
| Bryophyta SP Participações Ltda. ("Bryophyta") (ii) | Investimentos em propriedades | 0,20% | | 0,20% | |

• Novas "Notes";

• Novas Ações Ordinárias I; e

• Bônus de Subscrição.

Razões de troca: para cada USD664.573,98:

- o 9.137 ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF;
- o Novas "Notes", emitidas ao valor de face de USD130.000;
- o 119.017 Novas Ações Ordinárias I;
- o 9.155 Bônus de Subscrição.

DBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi é de 825.760.902.

• As Novas "Notes" foram emitidas em múltiplos de USD1.000, com o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100.167,45.

- o Vencimento: 7º ano após a sua data de emissão.
- o Principal: será pago em parcela única com vencimento no 84º mês após a data de emissão;
- o Juros: pode acontecer de uma das duas formas abaixo:
 - 10% ao ano, pagos semestralmente; ou
 - Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 8% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 36º mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4º ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente.

• As Novas Ações Ordinárias I são devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos:

- o Foram emitidas 1.514.299.603 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário de R\$ 7,00, de modo que o montante total foi de R\$ 10.600.097.221,00.

• Bônus de subscrição: foram emitidos até 116.480.467 Bônus de Subscrição.

Em 13 de junho de 2018, a ANATEL anuiu com a reestruturação dos "Bonds" qualificados, por meio do Acórdão nº 336/2018, autorizando as etapas necessárias para o aumento de capital e as demais medidas necessárias para o cumprimento da Cláusula 4.3.3.2 do PRJ. Em específico, a conversão autorizada implicou a emissão de novas ações, a diluição das participações dos atuais acionistas, o aumento de capital e a alteração do quadro de capital da Oi. A ANATEL ratificou a determinação de que qualquer alteração no Conselho de Administração da Oi deve ser submetida previamente para análise do Regulador. Em 18 de junho de 2018, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), por meio do Despacho SG nº 753/2018, decidiu não conhecer da operação de reestruturação dos "Bonds" qualificados, a qual havia sido notificada, por cautela, à referida autoridade exclusivamente para garantir o cumprimento do PRJ dentro dos prazos acordados. De acordo com o entendimento da Superintendência-Geral do CADE, a operação não foi conhecida em razão do não preenchimento do requisito de faturamento previsto na Lei nº 12.529/2011. Não houve manifestações contrárias à referida decisão.

Com a confirmação da decisão do CADE, e considerando a decisão do Conselho Diretor da ANATEL que concedeu a anuência prévia solicitada pela Oi para a realização do aumento de capital previsto na Cláusula 4.3.3.2 do PRJ, foram devidamente verificadas ou dispensadas todas as condições precedentes estabelecidas no Plano para o encerramento da formalização societária para a realização do referido aumento de capital, cujos efeitos da conversão da dívida em instrumento patrimonial ocorreu após a Homologação do PRJ, ocorrido em 5 de fevereiro de 2018.

Oferta 4: Modalidade de Pagamento Geral

Esta oferta é aplicada aos credores que não se enquadraram nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, atingirem seus limites e o credor ainda tiver saldo a receber.

- O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo de carência de 20 anos.
- Juros/atualização monetária:
 - TR ao ano, em caso de créditos quirografários que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal.
 - Sem juros em caso de créditos quirografários que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.
- A Recuperanda terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e juros capitalizados.
- Limite de pagamento: R\$ 70.000.000.000, subtraído o valor dos créditos concursais que forem reestruturados de outra forma nos termos do Plano.

Credores Fornecedores Parceiros

Credores Fornecedores Parceiros, fornecedores de bens e/ou serviços que mantiveram termos e condições praticados anteriores à data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, tiveram seus créditos não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Grupo Oi pagos até o limite de R\$ 150 mil, em até 20 dias úteis contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento.

Caso estes fornecedores possuam créditos em montante superior a R\$ 150 mil, receberão o saldo remanescente com desconto de 10% em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% em caso de créditos em Reais, e (ii) 0,5% ao ano em caso de créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

Créditos de partes relacionadas

Créditos referentes a mútuos realizados entre as empresas Recuperandas do Grupo Oi, mútuos estes realizados com recursos decorrentes de operações realizadas no mercado internacional pelas Recuperandas, devem ser pagos conforme descrição abaixo:

- O principal será pago a partir do 20º ano após a quitação dos créditos da Modalidade de Pagamento Geral. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas.
- Juros/atualização monetária: TR para créditos "intercompany" em Reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em

Pointer Peru S.A.C.

Bryophyta SP Participações Ltda. ("Bryophyta") (ii) Investimentos em propriedades 0,20% 0,20%

(i) Em 24 de fevereiro de 2017, a Dommo se transformou em Sociedade Limitada.

(ii) Em 1 de julho de 2016, a Oi Móvel alienou as ações que detinha da Bryophyta para a Oi. Em 24 de fevereiro de 2017, a Bryophyta se transformou em Sociedade Limitada e em 27 de Fevereiro de 2018, com a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, a Oi Móvel passou a ser sócia da Bryophyta.

As participações em negócios em conjunto e participações em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

| Empresa | Atividade | Direta 2018 | Indireta 2018 | Direta 2017 | Indireta 2017 |
|---|--|-------------|---------------|-------------|---------------|
| Companhia AIX de Participações ("AIX") | Tráfego de dados | 50% | | 50% | |
| Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções") | Financeira | | 50% | | 50% |
| Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar") | Operação de Satélites | 19,04% | | 19,04% | |
| | Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras | | | | |
| Gamecorp S.A. ("Gamecorp") | | | 29,90% | | 29,90% |

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial.

A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Referida decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial e em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação.

Em 27 de julho de 2018, a Oi concluiu a capitalização de parte dos Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, na forma prevista no PRJ, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2018. As novas ações ordinárias emitidas foram entregues aos acionistas da Companhia que exerceram o seu direito de preferência e aos titulares de Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos.

Em 25 de janeiro de 2019, a Oi concluiu o aumento de capital previsto no PRJ através da emissão de 3.225.806.451 ações ordinárias ao valor de subscrição agregado de R\$ 4.000.000.000. A Companhia acredita que tem recursos suficientes para continuar com suas operações e cumprir com suas obrigações nos próximos doze meses.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi.

As Empresas Oi tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias por sua própria natureza indicam a existência de incerteza que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 17.047.896 (R\$ 17.071.132 na controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 7.988.644 (R\$ 7.969.682 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 4.010.405 (R\$ 172.176 na controladora). Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 5.676.706 (R\$ 5.815.602 na controladora), o prejuízo líquido do exercício montava a R\$ 4.333.855 (R\$ 4.271.512 na controladora) e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 11.916.600 (R\$ 9.724.552 na controladora).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como nas de suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (c) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2018, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os ativos e passivos da Copart 4 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia até dezembro de 2018, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora. Em janeiro de 2019 houve a incorporação desta empresa pela Companhia. Para mais informações vide Nota 28.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(b) Principais políticas contábeis

Créditos de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos

* Limite de pagamento: R\$ 70.000.000,00, sufragando o valor dos créditos concursais que não foram pagos na forma do Plano.

Credores Fornecedores Parceiros

Credores Fornecedores Parceiros, fornecedores de bens e/ou serviços que mantiveram termos e condições praticados anteriores à data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, tiveram seus créditos não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Grupo Oi pagos até o limite de R\$ 150 mil, em até 20 dias úteis contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento.

Caso estes fornecedores possuam créditos em montante superior a R\$ 150 mil, receberão o saldo remanescente com desconto de 10% em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% em caso de créditos em Reais, e (ii) 0,5% ao ano em caso de créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

Créditos de partes relacionadas

Créditos referentes a mútuos realizados entre as empresas Recuperandas do Grupo Oi, mútuos estes realizados com recursos decorrentes de operações realizadas no mercado internacional pelas Recuperandas, devem ser pagos conforme descrição abaixo:

- O principal será pago a partir do 20º ano após a quitação dos créditos da Modalidade de Pagamento Geral. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas.

- Juros/atualização monetária: TR para créditos "intercompany" em Reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. Sem juros para créditos "intercompany" em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

As Empresas Oi podem convenicionar forma alternativa de extinção dos créditos "intercompany" nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas estabelecido na forma da lei.

Geração de Caixa Excedente ("Cash Sweep")

Os Credores Quirografários, ME/EPP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de seus créditos contra o Grupo Oi com o "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente entre os créditos, conforme as seguintes condições:

- Nos primeiros 5 anos após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o equivalente a 100% do montante da receita líquida da venda de ativos que excederem US\$ 200 milhões, para investimentos em suas atividades.

- A partir do 6º ano após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o montante equivalente a 70% do Saldo de Caixa que exceder o Saldo de Caixa Mínimo.

- O Saldo de Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre:

- (i) 25% da soma de OPEX e CAPEX do ano anterior; ou

- (ii) R\$ 5 bilhões.

- Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo de Caixa Mínimo.

Aumento de Capital – Novos Recursos

Respeitado o direito de preferência dos acionistas e cumpridas ou dispensadas as condições precedentes previstas no Contrato de "Backstop" ou no PRJ, a Recuperanda se obriga a realizar o Aumento de Capital – Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000.

O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias II será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações da Oi em circulação no dia útil imediatamente anterior ao aumento de capital, observados eventuais ajustes previstos no Contrato de "Backstop".

Observadas as condições previstas naquele contrato, será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações ordinárias de emissão da Recuperanda aos investidores identificados que se comprometeram a fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do aumento de capital nos termos definidos no contrato. Determinados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologou o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinada a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados.

Obrigações Adicionais e outras situações relevantes:

Restrição a Pagamentos de Dividendos: O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), exceto nas hipóteses previstas no Plano.

As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma:

- (i) até o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante.

- **Suspensão de Obrigações:** Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão") no que se refere aos Créditos Concurais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concurais a serem renegociados e pagos na forma do

quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (C).

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB – "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2018, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os ativos e passivos da Copart 4 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia até dezembro de 2018, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora. Em janeiro de 2019 houve a incorporação desta empresa pela Companhia. Para mais informações vide Nota 28.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(b) Principais políticas contábeis

Críticos de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em "outros resultados abrangentes"; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

continua

-☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

26 SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

| Modalidade de seguro | Consolidado | |
|--|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 |
| Riscos operacionais e lucros cessantes | 700.000 | 700.000 |
| Incêndio - estoques | 150.000 | 150.000 |
| Responsabilidade civil - terceiros (*) | 309.984 | 264.640 |
| Roubo - estoques | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil - geral | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil - veículos | 2.000 | 3.000 |

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2018 (taxa): R\$ 3,8748= US\$ 1,00.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel**

No dia 1 de março de 2018 foi realizada a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, sendo a Oi Internet subsidiária indireta e a Oi Móvel subsidiária direta da Companhia, em cumprimento ao disposto nas cláusulas 3.16 e 7.1 do PRJ da Oi e de suas subsidiárias Oi Móvel, Telemar, Copart 4, Copart 5, PTIF e Oi Holanda. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas previsto expressamente no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços.

b) Reorganização societária - BrT Multimídia

Em 22 de março de 2018 a Companhia e a Oi Móvel celebraram um Termo de Quitação de Contrato de Abertura de Linha de Crédito, no qual a Companhia se obrigou a transferir 446.244 quotas do capital social da BrT Multimídia para Oi Móvel. Nesse processo a Companhia passou a ser detentora de apenas 0,01% da BrT Multimídia e a sua controlada Oi Móvel, ficou com 99,99% do capital social.

c) Incorporação da Rede Conecta pela Serede

No dia 1 de novembro de 2018 foi realizada a incorporação da Rede Conecta pela Serede, sendo a Rede Conecta subsidiária indireta e a Serede subsidiária direta da Companhia. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi e tem como objetivo a otimização das operações. Além disso, a unificação das operações destas subsidiárias, mediante a consolidação das atividades realizadas, trará benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na prestação de serviços.

d) Aquisição de investimentos**ARM Engenharia/Rede Conecta**

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serede, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta - Serviços de Rede S.A..

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Serede, controlada direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

Ativos e passivos adquiridos

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada como operação separada de uma combinação de negócios, considerando relacionamento preexistente entre a Companhia e a adquirida, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores dos ativos e passivos adquiridos indetectáveis até a data do balanço apresentados abaixo:

| | ARM Engenharia / Rede Conecta | Telemont - RJ |
|------------------------|-------------------------------|---------------|
| Ativo circulante | 219.970 | 3.126 |
| Ativo não circulante | 41.692 | 14.245 |
| Ativo total | 261.662 | 17.371 |
| Passivo circulante | 665.907 | 77.852 |
| Passivo não circulante | 507.265 | 27.164 |
| Patrimônio líquido | (911.510) | (87.645) |
| Passivo total | 261.662 | 17.371 |

28 EVENTOS SUBSEQUENTES**Incorporação da Copart 4 pela Telemar**

No dia 2 de janeiro de 2019 foi realizada a incorporação da subsidiária Copart 4 pela Telemar. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi descritos no PRJ e, tem como objetivo a otimização das operações. Além disso, a unificação da operação desta subsidiária, mediante a consolidação das atividades realizadas, trará benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência do negócio da Companhia.

DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor Presidente)

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Diretor de Finanças)

José Claudio Moreira Gonçalves (Diretor)

Bernardo Kos Winik (Diretor)

CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes

CRC-RJ 083.182

DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO

David Tavares Neves Nunes

CRC-RJ 069.013

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Sílvia Almeida

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ
Opinião sobre as demonstrações contábeis

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A não ser

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Administradores da

Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial

Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº 11.101/2006. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 19 de junho de 2018, sem modificação e contendo parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional em teor semelhante ao descrito neste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias; mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F
Esmir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0 - S - RJ

GranEnergia Investimentos S.A

CNPJ 13.877.690/0001-03

Balancos patrimoniais - Em MRS. Nota Controladora Consolidado Demonstrações do resultado - Nota Controladora Consolidado Demonstrações do fluxo de caixa - Nota Controladora Consolidado

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 38/61



-☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Bônus de Subscrição que lastreiam os ADWs será irrevogável e não poderá ser objeto de desistência, e (ii) o exercício dos ADWs será irrevogável e não poderá ser objeto de desistência.

Em 11 de outubro de 2018, a Oi divulgou Fato Relevante informando que tomou conhecimento de que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") julgou o conflito de competência nº 157.099 suscitado pela Oi em razão de decisões conflitantes entre o Juízo da Câmara de Arbitragem do Mercado e o Juízo da Recuperação Judicial a respeito do PRJ. Nos termos do voto proferido na sessão de julgamento pela Exma. Ministra Nancy Andrighi, foi decidido, por maioria, que as discussões entre a Oi e seus sócios que versam sobre direitos previstos na Lei das S.A. devem ser submetidas ao juízo arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, sem prejuízo da preservação da competência do Juízo da Recuperação Judicial, que poderá ratificar ou não as decisões do juízo arbitral. Neste sentido, as decisões proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial a respeito do Plano ficam mantidas e o Plano permanece inalterado. A decisão tomada nesta data será publicada pela Segunda Seção do STJ e está sujeita a recurso.

Em 26 de outubro de 2018, a Oi tomou conhecimento de decisão proferida em 25 de outubro de 2018 pelo Tribunal da Relação de Lisboa no âmbito do Recurso de Apelação interposto pelas Recuperandas, que revogou a sentença proferida em 30 de julho de 2018 pelo Juízo Português e reconheceu a decisão de Homologação do PRJ, além de ordenar a publicidade de tal decisão.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Oi aprovou o Aumento de Capital - Novos Recursos, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Oi, por meio da emissão de 3.225.806.451 (três bilhões, duzentas e vinte e cinco milhões, oitocentas e seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 1,24 (um real e vinte e quatro centavos) por ação ("Novas Ações Ordinárias"), totalizando R\$ 4,0 bilhões, em linha com o que prevê o PRJ. Será assegurado aos acionistas titulares de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e/ou preferenciais ("Ações Preferenciais") da Oi, incluindo o agente de custódia do Programa de Depósito de "American Depositary Shares" ("Custodiante dos ADSs") representativos de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais de emissão da Oi ("ADSs"), direito de preferência na subscrição das Novas Ações Ordinárias emitidas em decorrência do Aumento de Capital - Novos Recursos, nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976. Toda e qualquer Nova Ação Ordinária que não for subscrita durante o período de exercício dos direitos de preferência pelos titulares de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais será subscrita pelos Investidores "Backstoppers", observados os prazos e condições previstos no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). A abertura do prazo para exercício do direito de preferência está prevista para ocorrer após a U.S. Securities and Exchange Commission declarar efetiva a declaração de registro relacionada à proposta de venda de Novas Ações Ordinárias e ADSs na oferta de direito de preferência. Após a obtenção da efetividade da declaração de registro, a Oi divulgará Aviso aos Acionistas informando as datas relativas ao início do prazo para exercício e as demais condições para o exercício do direito de preferência.

Ainda no dia 26 de outubro de 2018, a Oi tomou conhecimento (i) de que os membros do Conselho Diretor da ANATEL deliberaram, por unanimidade, conceder anuência prévia para o Aumento de Capital - Novos Recursos; e (ii) da decisão proferida pelo Árbitro de Apoio no procedimento arbitral iniciado contra a Oi pela acionista Bratel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual determinou a suspensão dos efeitos da aprovação do Aumento de Capital - Novos Recursos, até a próxima decisão a ser proferida por tal Árbitro de Apoio. A Oi esclareceu que tal decisão é provisória e poderá ser alterada, no todo ou em parte, e que a Oi apresentará manifestação visando a reconsideração dos efeitos, naquilo que representar prejuízo para a continuidade do processo de Recuperação Judicial em que está inserida. A Oi informou ainda que entende ser regular a implementação do Aumento de Capital - Novos Recursos e que a decisão não afeta a validade do Plano, que fica mantido em todos os seus termos. Ademais, a Oi informou que adotará as medidas necessárias para confirmar seu entendimento, especialmente quanto aos limites da jurisdição do Juízo Arbitral.

Adicionalmente, neste mesmo dia, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 3 de outubro de 2018, a Oi confirmou a emissão de 112.598.610 ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus até o dia 24 de outubro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 22.135.429 ADWs exercidos até 18 de outubro de 2018. A Oi espera que os "American Depositary Receipts", cada um representativo de cinco ações ordinárias (CUSIP: 670851500; ISIN: US6708515001), sejam entregues em 29 de outubro de 2018 aos titulares que exerceram seus ADWs até 18 de outubro de 2018.

Em 6 de novembro de 2018, a Oi divulgou Fato Relevante informando que tomou conhecimento da decisão proferida pelo Árbitro de Apoio no procedimento arbitral iniciado contra a Oi pela acionista Bratel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual reconsiderou a sua decisão anterior proferida em 26 de outubro de 2018 que suspendia os efeitos da aprovação do aumento de capital mediante a emissão privada de novas ações ordinárias aprovado pelo Conselho de Administração da Oi em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2018, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano, ficando a Oi autorizada a proceder com os atos necessários à efetivação do Aumento de Capital - Novos Recursos.

No dia 13 de novembro de 2018, a Oi divulgou Aviso aos Acionistas sobre os termos, prazos e condições do Aumento

validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir desta data, tendo sido encerrado em 8 de dezembro de 2017.

O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 35 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 5 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 360 milhões para o pagamento dos acordos celebrados no âmbito do Programa.

Créditos Concursais Agências Reguladoras

A Companhia entende que a imposição pela ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido de recuperação judicial.

A Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o somatório de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para cômputo desse valor, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo Oi, dos quais vinha-se reconhecendo como provisão para contingências os montantes de R\$ 368.929 e R\$ 427.737, controladora e consolidado respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (Nota 21). A Companhia discorda e contesta a existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, ressaltando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro de 2017, relativamente, a ANATEL foi transferido para o contas a pagar (circulante e não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ.

Cumpra ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Oi, insurgiu-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como contra a instauração de procedimentos de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL, por meio dos agravos de instrumento nºs 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0060563-13.2016.8.19.0000. Quanto ao agravo nº 0043065-84.2016.8.19.0000, interposto contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o recurso foi julgado no sentido de manter-se a submissão dos créditos da ANATEL à recuperação. O agravo interposto contra a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL aguarda julgamento. De qualquer sorte, tendo em vista a ausência de interesse da ANATEL no procedimento de mediação em questão, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, em 26 de fevereiro de 2018, na qual determinou a suspensão do procedimento de mediação entre a ANATEL e a Companhia.

Ressalte-se, ainda, que além do parecer do Administrador Judicial sobre a concursabilidade dos créditos da ANATEL, a Companhia cuidou de pedir a elaboração de mais três pareceres de renomados juristas nacionais, todos no sentido da manutenção dos créditos da ANATEL no âmbito da recuperação judicial.

A ANATEL se insurgiu, ainda, contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial por meio do agravo de instrumento nº 0057446-63.2017.8.19.0000, interposto contra a decisão proferida nos autos de sua impugnação de crédito, por meio da qual o Juízo da Recuperação Judicial reafirmou o entendimento sobre a concursabilidade dos créditos não tributários da agência reguladora. Ao apreciar o pedido de tutela recursal formulado pela ANATEL, o Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa, Relator, na ocasião, determinou que fosse mantida a submissão à recuperação judicial e concedeu parcial efeito suspensivo para determinar a exclusão de eventuais créditos tributários titularizados pela ANATEL, assim como os encargos legais provenientes de sua cobrança e as respectivas multas punitivas por infrações tributárias. Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interno interposto pela ANATEL contra a referida decisão, bem como o julgamento do mérito recursal, pela 8ª Câmara Cível. Soma-se a isso, o entendimento firmado pelo Ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Conflito de Competência nº 154.977/RJ, apoiado por parecer do Ministério Público Federal, o qual, em decisão monocrática, reconheceu que a submissão do crédito da ANATEL deverá ser discutida nos autos da recuperação judicial, por meio de recurso próprio.

Além dos recursos citados, a ANATEL interps o agravo de instrumento nº 0048971-21.2017.8.19.0000, contra a decisão que recebeu, sem apreciar no mérito, sua objeção ao plano de recuperação judicial. Nesse recurso foi concedido, parcialmente, pelo Desembargador Cezar Augusto, da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o efeito suspensivo requerido pela Agência, para determinar a suspensão da aplicação à ANATEL das cláusulas 4.3.2.8 e subitens 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRJ que então havia sido apresentado pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratavam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL, e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A Oi, de todo modo, modificou os termos do PRJ, que mantém previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL e foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, e homologado, no dia 8 de janeiro de 2018, pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A ANATEL também interps o agravo de instrumento nº 0055283-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 39/61

Artório de Apoio no procedimento arbitral iniciado contra a Oi pela acionista Bratel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual reconsiderou a sua decisão anterior proferida em 26 de outubro de 2018 que suspendia os efeitos da aprovação do aumento de capital mediante a emissão privada de novas ações ordinárias aprovado pelo Conselho de Administração da Oi em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2018, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano, ficando a Oi autorizada a proceder com os atos necessários à efetivação do Aumento de Capital - Novos Recursos. No dia 13 de novembro de 2018, a Oi divulgou Aviso aos Acionistas sobre os termos, prazos e condições do Aumento de Capital - Novos Recursos, incluindo as condições do exercício do direito de preferência na subscrição de Novas Ações Ordinárias, bem como Aviso aos Detentores de ADS sobre as condições da oferta de direitos de preferência realizada nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, com relação ao Aumento de Capital - Novos Recursos ("Rights Offer").

Em 5 de dezembro de 2018, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 25 de outubro de 2018 até o dia 3 de dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 662.949 ADWs exercidos a partir do dia 19 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018.

No dia 11 de dezembro de 2018, a Oi divulgou Aviso aos Acionistas e Aviso aos Detentores de ADS informando a prorrogação do prazo para exercício do direito de preferência no Aumento de Capital - Novos Recursos até 4 de janeiro de 2019, por deliberação do Conselho de Administração da Oi.

Em 19 de dezembro de 2018, a Oi divulgou Aviso aos Detentores de ADS informando que alterou determinados termos da "Rights Offer". A Oi celebrou um adiamento ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por meio do qual os Investidores "Backstoppers" detentores de mais de 60% do valor total dos Compromissos de "Backstop" ("Maioria dos Investidores Backstoppers") concordaram em prorrogar certas datas de término e renunciar determinadas condições precedentes pendentes para financiar seus Compromissos de "Backstop", incluindo o requerimento de publicação do Plano Geral de Metas de Universalização ("Novo PGMU") atualizado. A Oi informou, ainda, que pagará ao Depositário de ADS a taxa de emissão de ADS relativa aos Novos ADSs Ordinários. Como resultado, o Valor de Depósito de Novos ADSs Ordinários não será mais utilizado para pagar a taxa de emissão de ADS, o que aumentará a parcela devolvida aos detentores de Direitos de ADSs Ordinários que exerceram seus Direitos de ADSs Ordinários para subscrever Novos ADSs Ordinários iniciais ou Sobras de Novos ADSs Ordinários.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destacam-se os seguintes pontos: (i) o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público ("TUP"), tendo em vista que não mais considera questões de densidade de terminais por habitantes e nem distanciamiento mínimo entre os terminais; (ii) os TUPs instalados em localidades com até 300 habitantes deverão ser mantidos, ainda que sem demanda; (iii) em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passarão a ter nova obrigação, referente à implantação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga; (iv) os sistemas de acesso fixo sem fio devem viabilizar tecnicamente, em regime de exploração industrial, também a oferta de conexão a internet por meio de tecnologia de quarta geração (4G) ou superior; (v) a obrigação será atendida com a instalação de uma Estação Rádio Base - ERB por localidade e tal infraestrutura será reversível; (vi) a Companhia deverá atender a 866 localidades na Região 1 e 289 localidades na Região 2 e estará sujeita a um cronograma progressivo de atendimento, que iniciará com 10% de atendimento em 2019, chegando a 100% de atendimento em 2023; (vii) a ANATEL irá avaliar a equivalência entre a redução da obrigação de TUP e a nova obrigação de sistemas de acesso fixo sem fio para manter o equilíbrio entre as obrigações, sendo que caso verifique a existência de saldo, deverá indicar novas localidades para atendimento com sistemas de acesso fixo sem fio; (viii) a ANATEL deverá elaborar e apresentar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC proposta de plano para a futura utilização dos eventuais saldos decorrentes da exclusão das obrigações de Postos de Serviços Multifuncionais - PSM e do saldo da meta de "Backhaul" do PGMU anterior; e (ix) não há obrigação de oferta de SMP pelas concessionárias.

Em 4 de janeiro de 2019, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 275.985 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADWs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018. Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADWs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiraram e não podem mais ser exercidos.

Em 11 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Oi verificou e confirmou a emissão de 1.530.457.356 Novas Ações Ordinárias que foram inscritas durante o prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, totalizando o montante de R\$ 1.897.767.121,44, dos quais R\$ 218.968.463,00 foram destinados ao capital social e R\$ 1.678.798.658,44 à reserva de capital da Oi. Do total de Novas Ações Ordinárias emitidas, (i) 856.519.080 Novas Ações Ordinárias foram entregues ao Custodiante dos ADSs para que sejam emitidos os ADSs correspondentes a tais Novas Ações Ordinárias, os quais serão entregues aos titulares de ADSs que exerceram seus direitos de preferência, e (ii) 673.938.276 Novas Ações Ordinárias serão entregues aos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais que exerceram seus respectivos direitos de preferência.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Oi verificou o resultado dos pedidos de subscrição de sobras de Novas Ações Ordinárias ("Sobras de Novas Ações Ordinárias") não inscritas durante o período de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, tendo sido solicitado pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo o Custodiante de ADS, um total de 91.322.933 Sobras. O Conselho de Administração da Oi confirmou, ainda, que tendo em vista o número de Sobras de Novas Ações Ordinárias solicitadas ter sido inferior ao total de Sobras de Novas Ações Ordinárias disponíveis, os pedidos de Sobras de Novas Ações Ordinárias apresentados pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e detentores de ADSs seriam atendidos integralmente.

Em 21 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Oi verificou o resultado da integralização das Sobras de Novas Ações Ordinárias e confirmou a emissão de 91.322.933 Sobras de Novas Ações Ordinárias inscritas pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo 49.156.560 Sobras de Novas Ações Ordinárias inscritas pelo Custodiante de ADS de acordo com as instruções recebidas dos titulares de ADSs, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, totalizando o montante de R\$ 113.141.520,72, dos quais R\$ 49.156.560,00 foram destinados ao capital social e R\$ 63.984.960,72 à reserva de capital da Oi.

Devido ao efeito suspensivo requerido pela Agência, para determinar a suspensão da aplicação da ANATEL das cláusulas 4.3.2.8 e subitens 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRJ que então havia sido apresentado pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratavam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL, e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A Oi, de todo modo, modificou os termos do PRJ, que mantém previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL e foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, e homologado, no dia 8 de janeiro de 2018, pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A ANATEL também interps o agravo de instrumento nº 0055283-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos autos da recuperação judicial, por meio da qual foi designada a realização da Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi sem que fosse acolhido o pedido da ANATEL de exclusão de todos os seus créditos. O recurso não foi conhecido e, posteriormente, foi negado provimento ao agravo interno interposto pela ANATEL e rejeitados os embargos de declaração opostos.

O Novo Plano apresentado e aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o qual restou homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, prevê a seguinte forma de pagamento dos Créditos Concurais Agências Reguladoras, o que inclui os créditos não tributários da ANATEL no valor de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016:

- Pagamento dos créditos concursais não tributários, cuja gestão seja de competência da Advocacia Geral da União (AGU), em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, a contar de 30 de junho de 2018, da seguinte forma: (i) da 1ª a 60ª prestação: 0,160%; (ii) da 61ª a 120ª prestação: 0,330%; (iii) da 121ª a 180ª prestação: 0,500%; (iv) da 181ª a 239ª prestação: 0,660%; e (v) da 240ª prestação: o saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas mediante a conversão em renda de valores depositados judicialmente para garantia desses créditos, a ser complementado, caso necessário em moeda corrente. A partir do mês subsequente, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação SELIC. Os demais créditos concursais não tributários das agências reguladoras, objeto de questionamento administrativo, por serem liquidos até esta data, serão pagos nos termos da cláusula 4.3.6 do PRJ, modalidade geral de pagamento de créditos quirográficos.

O Plano ainda prevê a possibilidade de a Companhia aderir a nova regra legal que venha a ser publicada no sentido de equacionar os créditos de agências reguladoras não tributários e sujeitos ao Plano.

Destaque-se, contudo, que a ANATEL interps o agravo de instrumento nº 0010168-32.2018.8.19.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento.

Desta forma, as decisões judiciais em vigor estabelecem que os créditos não tributários da ANATEL em face do Grupo Oi se submetem ao processo de recuperação judicial e serão pagos na forma prevista para os Créditos Concurais Agências Reguladoras (Cláusula 4.3.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado e Homologado), tudo conforme deliberado pelos credores do Grupo Oi na AGC, e decidido pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Por essa razão, com o vencimento da primeira parcela do crédito de titularidade da ANATEL, o Grupo Oi requereu ao Juízo da Recuperação Judicial que fosse expedido ofício, direcionado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ads autos da medida cautelar nº 000554-77.2011.4.02.5101, em fase de apelação, para que fossem convertidos em renda os valores depositados judicialmente, nas datas de vencimento respectivas, os valores das 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, pedido esse que foi deferido.

Propostas de Pagamento do PRJ - aprovado em AGC, em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018

Os Credores do Grupo Oi passaram a ser credores de dívida(s) emitida(s) pela Recuperanda que era a sua respectiva devedora original.

Plano para Credores

Este item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Plano para repagamento aos Credores do Grupo Oi, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, favor consultar os termos do PRJ disponibilizado no site www.rcjud.com.br. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ deverá prevalecer o PRJ.

Note-se que, conforme definido no Anexo 1.1 do PRJ, considera-se, para fins de contagem do prazo das condições de pagamento, a data da publicação da decisão de homologação judicial do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, no diário oficial, da decisão de primeiro grau concessiva da Recuperação Judicial, ocorrida em 8 de janeiro de 2018, tendo sido publicada no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, contra a qual não haja recurso com atribuição de efeito suspensivo.

Classe I - Credores Trabalhistas

O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo:

Regra geral: o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, devem ser pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido.

Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações:

- Pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo.
- Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo Oi, o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor.

O pagamento dos Credores Trabalhistas sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo.

Crédito da Fundação Atlântico:

- Pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do

gões aos titulares de ADSs que exerceram seus direitos de preferência, e (ii) 673.938.276 Novas Ações Ordinárias que serão entregues aos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais que exerceram seus respectivos direitos de preferência.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Oi verificou o resultado dos pedidos de subscrição de sobras de Novas Ações Ordinárias ("Sobras de Novas Ações Ordinárias") não subscritas durante o período de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, tendo sido solicitado pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo o Custodiante de ADS, um total de 91.322.933 Sobras. O Conselho de Administração da Oi confirmou, ainda, que tendo em vista o número de Sobras de Novas Ações Ordinárias solicitadas ter sido inferior ao total de Sobras de Novas Ações Ordinárias disponíveis, os pedidos de Sobras de Novas Ações Ordinárias apresentados pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e detentores de ADSs seriam atendidos integralmente. Em 21 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Oi verificou o resultado da integralização das Sobras de Novas Ações Ordinárias e confirmou a emissão de 91.322.933 Sobras de Novas Ações Ordinárias subscritas pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo 49.156.560 Sobras de Novas Ações Ordinárias subscritas pelo Custodiante de ADS de acordo com as instruções recebidas dos titulares de ADSs, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Oi no valor de R\$ 113.000.000,00. Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Oi confirmou que as 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias não subscritas durante o período de exercício do direito de preferência e subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias serão subscritas pelos Investidores "Backstoppers", nos termos do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). Ainda, nessa mesma data, o referido Conselho de Administração verificou que Investidores "Backstoppers" representando 84,4% do total do compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos optaram, na forma do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por receber o prêmio de compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos em ações ordinárias, na forma da Cláusula 5 do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement") e, dessa forma, aprovou, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement") homologados judicialmente, a emissão de 272.148.705 ("Ações do Compromisso").

Em 28 de janeiro de 2019, a Oi divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento ao que prevê o Plano e nos termos do Aumento de Capital - Novos Recursos, foram subscritas e integralizadas, no dia 25 de janeiro de 2019, 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias, correspondentes ao saldo de Novas Ações Ordinárias não subscritas pelos acionistas durante o período de exercício do direito de preferência e o período de subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias ("Saldo de Novas Ações Ordinárias"). Com isso, foi concluído o Aumento de Capital - Novos Recursos, previsto na Cláusula 6 do Plano, mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Oi no valor total de R\$ 4.000.000.000,00. Nesse mesmo Fato Relevante, a Oi informou ainda que, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), os Investidores "Backstoppers" que optaram por receber em ações seu prêmio de compromisso, na forma prevista na Cláusula 6.1.1.3 do Plano e no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), subscreveram e integralizaram as Ações do Compromisso, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, sob a forma de "American Depositary Shares". Tendo em vista o resultado da subscrição e integralização das Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Oi passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Propostas de Pagamento previstas no PRJ

As propostas de pagamento do PRJ das Empresas Oi são aquelas incluídas no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, nos termos em que homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. O PRJ foi apresentado em 22 de dezembro de 2017 pelo Administrador Judicial, nos autos do processo eletrônico nº 0203711-65.2016.8.19.0001, e está disponível para consulta no endereço eletrônico da Oi (www.recjud.com.br) e no site do Tribunal de Justiça (www.tjrrj.jus.br), e que seguem abaixo resumidas, mas que devem ser lidas em conjunto com o PRJ propriamente dito. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ, deverá prevalecer o disposto no PRJ.

Programa para Acordo com Credores

Em 23 de junho de 2017, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado, informando que, conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, seria iniciado, programa para acordo com credores das Empresas Oi constantes da Relação de Credores do administrador judicial, publicada em 29 de maio de 2017 ("Credor Oi" e "Programa para Acordo com Credores" ou "Programa", respectivamente), cuja participação foi efetuada mediante acesso da plataforma www.credoroi.com.br. O Programa para Acordo com Credores previa, para o Credor Oi, cujo crédito fosse inferior ou igual a R\$ 50.000,00, a antecipação, pelo Grupo Oi, de 90% do valor objeto do programa, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi, sendo os 10% do crédito remanescente recebidos após a Homologação do PRJ, a serem pagos no prazo e nas condições previstos no Programa para Acordo com Credores.

O Credor Oi cujo crédito fosse superior a R\$ 50.000,00 também teria o direito de participar do Programa para Acordo com Credores, caso em que receberia uma antecipação de R\$ 50.000,00, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi no prazo e nas condições previstos no Programa para Acordo com Credores e o excedente do crédito será pago na forma do Plano. O Programa para Acordo com Credores beneficiou os Credores Oi participantes na medida em que possibilitou a antecipação de parte do valor objeto do Programa.

O Programa foi temporariamente suspenso por força de decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da

Regra geral: o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, devem ser pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido.

Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações:

- Pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo.

- Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo Oi, o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor.

O pagamento dos Credores Trabalhistas sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo.

Crédito da Fundação Atlântico:

- Pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.

- Juros/atualização monetária: 5 anos de carência de juros. INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/atualização monetária capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal.

Classe II - Créditos com Garantia Real

Os credores da Classe II devem ser pagos conforme abaixo:

Recebimento do valor da dívida original pelo Credor, o qual constou na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros/atualização monetária conforme abaixo:

O pagamento do principal deve ser feito da seguinte forma:

- 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano;

- O principal deve ser pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

| Meses | Percentual do valor a ser amortizado por mês |
|-------------|--|
| 0 a 72º | 0,0% |
| 73º a 132º | 0,33% |
| 133º a 179º | 1,67% |
| 180º | 1,71% |

- 4 anos de carência de juros.

Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,946372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal.

Classes III e IV - Credores Quirografários e ME/EPP

A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e ME/EPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ:

Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e ME/EPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (hum mil Reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano.

Credores Quirografários e ME/EPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (hum mil Reais), puderam optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordassem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil Reais), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos correlatos, sendo o pagamento feito em até 20 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento.

Credores Quirografários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe III e IV de titularidade dos Credores Quirografários devem ser pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio da tabela abaixo:

| Intervalo de Valor de Crédito | % de Deságio |
|--------------------------------|--------------|
| Até R\$ 1.000,00 | 0% |
| R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00 | 15% |
| R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00 | 20% |
| R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00 | 30% |
| Acima de R\$ 150.000,00 | 50% |

- Pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado;

- Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo deve ser pago após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada;

- Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável, apurada após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor.

Credores Quirografários e ME/EPP que não sejam pagos nas formas previstas acima puderam optar por pagamentos em apenas uma das formas a seguir descritas, limitadas a um montante máximo por oferta:

Opção de Reestruturação 1:

- Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Reais pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolherem esta opção, até o limite máximo de R\$ 10.000.000.000,00, podendo escolher uma das seguintes opções: (i) reestruturação dos créditos; (ii) debêntures privadas; ou (iii) debêntures públicas.

continua

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Senhores Acionistas, A Administração da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Telemar") submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Perfil Corporativo e Desempenho Operacional:** A Telemar é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2018 com 11,3 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7,4% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 52,7%, segundo a ANATEL (*). Na Banda Larga encerramos 2018 com uma base de 3,1 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 5,7% em relação a 2017. A planta de TV da Oi fechou 2018 com 1,1 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 4,6% em relação a 2017. (*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2018. **Desempenho Econômico-Financeiro:** A receita líquida consolidada foi de R\$ 18.734 milhões em 2018, um decréscimo de 6,1% em relação ao ano anterior. A Telemar registrou EBITDA positivo de R\$ 426 milhões em 2018, um acréscimo de 140,5% no comparativo com o exercício anterior, que teve o EBITDA negativo de R\$ 1.054. A Companhia encerrou 2018 com um lucro líquido de R\$ 7.989 milhões, representando um aumento no lucro da Companhia de 284,3% em relação ao prejuízo de 2017, que foi de R\$ 4.334. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa Companhia, especialmente, em 2018. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Companhia ao longo do ano.

| | 2018 | 2017 | Var. % |
|-----------------|--------|--------|--------|
| PLANTA REGIÃO I | 11.276 | 12.170 | -7,3% |
| FIXA | 7.149 | 7.904 | -9,6% |
| BANDA LARGA | 3.073 | 3.258 | -5,7% |
| TV | 1.054 | 1.008 | 4,6% |

Em milhares

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora | | Consolidado | | | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------|--------------|------------|-------------|------------|--|------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | | | Passivo e Patrimônio Líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 | Fornecedores | 17 | 1.989.472 | 2.607.504 | 4.040.779 | 4.628.649 |
| Aplicações financeiras | 8 | 6.074 | | 11.196 | 7.060 | Fornecedores - Sujeitos ao PRJ | 17 | 132.360 | 1.101.216 | 282.375 | 2.026.277 |
| Contas a receber | 9 | 15.15.535 | 3.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 | Salários, encargos sociais e benefícios | | 256.637 | 322.675 | 749.204 | 746.073 |
| Estoque | | 101.310 | 77.717 | 259.903 | 204.908 | Empréstimos e financiamentos | 18 | | 11.045.059 | 12.722 | 13.013.574 |
| Tributos correntes a recuperar | 10 | 197.547 | 145.314 | 460.010 | 647.126 | Tributos correntes a recolher | 10 | 715 | 4.022 | 18.136 | 559.110 |
| Outros tributos | 11 | 336.608 | 576.991 | 570.292 | 808.330 | Outros tributos | 11 | 267.190 | 286.287 | 799.549 | 738.438 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 25 | 663.865 | 870.125 | | 27.940 | Dividendos e juros sobre o capital próprio | 25 | 820.665 | 849.136 | 1.093 | 849.136 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 12 | 278.971 | 262.870 | 367.234 | 336.561 | Autorizações e concessões a pagar | 19 | 33.163 | | 62.683 | 20.306 |
| Ativo relacionado aos fundos de pensão | 24 | | | 514 | 90 | Programa de refinanciamento fiscal | 20 | 49.682 | 115.114 | 55.881 | 131.680 |
| Despesas antecipadas | 13 | 370.342 | 131.123 | 565.179 | 188.747 | Provisões para fundos de pensão | 24 | | | | 55 |
| Demais ativos | | 572.847 | 1.190.605 | 942.856 | 1.046.835 | Provisões | 21 | 158.556 | 155.138 | 251.467 | 352.713 |
| | | 4.451.828 | 7.196.665 | 11.675.045 | 12.596.190 | Demais obrigações | 22 | 571.212 | 435.066 | 1.390.741 | 1.446.799 |
| Não circulante | | | | | | | | 4.279.652 | 16.921.217 | 7.664.640 | 24.512.790 |
| Aplicações financeiras | 8 | | | 32.127 | 84.729 | Não circulante | | | | | |
| Ativo financeiro a valor justo | 3.1 (j) | 65.182 | 89.198 | 65.182 | 89.198 | Fornecedores - Sujeitos ao PRJ | 17 | 2.320.549 | | 2.638.089 | |
| Créditos com partes relacionadas | 25 | 19.161 | 861.822 | 19.161 | 5.481.382 | Empréstimos e financiamentos | 18 | 5.097.296 | 3.894.842 | 6.391.293 | 9.344.851 |
| Tributos diferidos a recuperar | 10 | | | 23.050 | | Tributos diferidos a recolher | 10 | | 419.861 | | 500.110 |
| Outros tributos | 11 | 372.874 | 315.814 | 568.566 | 442.369 | Outros tributos | 11 | 345.007 | 355.727 | 405.721 | 828.150 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 14 | 3.017.465 | 2.862.370 | 3.680.803 | 3.336.743 | Autorizações e concessões a pagar | 19 | | | | 604 |
| Ativo relacionado aos fundos de pensão | 24 | | | | 3.774 | Programa de refinanciamento fiscal | 20 | 113.869 | 223.046 | 143.829 | 260.649 |
| Despesas antecipadas | 13 | 169.740 | 6.824 | 409.043 | 16.742 | Provisões para fundos de pensão | 24 | | | | 330 |
| Demais ativos | | 232.852 | 232.416 | 240.889 | 242.777 | Provisões | 21 | 1.493.671 | 2.886.521 | 2.255.785 | 3.877.053 |
| Investimentos | 14 | 12.483.267 | 8.048.392 | 103.768 | 122.438 | Demais obrigações | 22 | 3.183.969 | 1.780.514 | 4.251.516 | 1.222.780 |
| Imobilizado | 15 | 12.967.764 | 12.408.503 | 22.102.730 | 21.007.535 | | | 12.554.361 | 9.550.311 | 16.086.233 | 16.034.527 |
| Intangível | 16 | 125.012 | 265.326 | 1.878.405 | 2.200.146 | Patrimônio líquido | 23 | | | | |
| | | 29.453.317 | 25.090.465 | 29.123.724 | 33.627.833 | Capital social | | 14.661.092 | 11.661.092 | 14.661.092 | 11.661.092 |
| Total do ativo | | 33.905.145 | 32.287.130 | 40.798.769 | 46.224.023 | Reservas de capital | | 255.807 | 255.807 | 255.807 | 255.807 |
| | | | | | | Reservas de lucro | | 2.238.916 | | 2.238.916 | |
| | | | | | | Ágio em transações de capital e variações de | | | | | |
| | | | | | | percentagens de participações | | (90.980) | (90.980) | (90.980) | (90.980) |
| | | | | | | Outros resultados abrangentes | | 6.297 | 8.568 | 6.297 | 8.568 |
| | | | | | | Prejuízos acumulados | | | (6.018.385) | | (6.018.385) |
| | | | | | | Participação dos não controladores | 23 | 17.071.132 | 5.815.602 | 17.071.132 | 5.815.602 |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 17.071.132 | 5.815.602 | 17.047.896 | 5.676.796 |
| | | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 33.905.145 | 32.287.130 | 40.798.769 | 46.224.023 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra formaDEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Controladora | Consolidado |
|--------------|-------------|
| 2018 | 2017 |

| Controladora | Consolidado |
|--------------|-------------|
| 2018 | 2017 |

Atividades operacionais

| Controladora | | | | | Consolidado | | | | |
|--|-------|-------------|-------------|--------------|--------------|--|--|--|--|
| | Nota | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | | | | |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 4 | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.202 | | | | |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | 5 | (5.587.959) | (6.882.689) | (13.383.202) | (13.310.415) | | | | |
| Lucro bruto | | 230.109 | 813.581 | 5.351.266 | 6.635.887 | | | | |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 14 | 6.704.655 | (201.739) | (8.001) | (1.091) | | | | |
| Despesas com vendas | 5 | (1.471.961) | (1.576.210) | (3.831.627) | (3.976.149) | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 5 | (656.700) | (814.918) | (1.808.054) | (2.175.965) | | | | |
| Outras receitas operacionais | 5 | 1.212.951 | 1.020.521 | 1.710.653 | 1.650.272 | | | | |
| Outras despesas operacionais | 5 | (2.869.955) | (5.286.590) | (5.019.734) | (7.144.103) | | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos | | 3.149.098 | (6.045.355) | (3.608.497) | (5.011.149) | | | | |
| Receitas financeiras | 6 | 8.989.160 | 3.873.029 | 15.562.265 | 4.874.435 | | | | |
| Despesas financeiras | 6 | (2.579.991) | (2.382.720) | (4.664.329) | (4.316.525) | | | | |
| Resultado financeiro | 6 | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.938 | 557.910 | | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | | |
| Corrente | 7 | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) | | | | |
| Diferido | 7 | 417.894 | 409.386 | 496.488 | 847.677 | | | | |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.988.644 | (4.333.855) | | | | |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos controladores | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.969.682 | (4.271.512) | | | | |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos não controladores | | | | 18.962 | (62.343) | | | | |
| Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$) | 23(f) | 23,13 | (12,40) | 23,13 | (12,40) | | | | |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | | | |
| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE | | | | | | | | | |
| EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 | | | | | | | | | |
| Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| | 2018 | | 2017 | |
|--|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Atividades operacionais | | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| Itens de resultado que não afetam o caixa | | | | |
| Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias e cambiais | (748.733) | 808.952 | 667.239 | 1.403.950 |
| Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos | (4.684.296) | | (11.627.700) | |
| Ajuste a valor presente de outros passivos | (186.677) | (3.184.388) | (283.331) | (3.261.008) |
| Depreciação e amortização | 1.984.292 | 2.092.421 | 4.032.781 | 3.959.232 |
| Obrigação onerosa | 2.339.254 | | 3.550.382 | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 299.700 | 241.013 | 744.052 | 630.901 |
| Provisões | 116.069 | 4.508.315 | 112.335 | 4.810.183 |
| Equivalência patrimonial | (6.704.655) | 201.739 | 8.001 | 1.091 |
| Perda na baixa de ativo permanente | 119.434 | 171.490 | 133.073 | 184.721 |
| Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL | 33.163 | 43.414 | 45.406 | 59.675 |
| Participação de empregados e administradores | 79.093 | 107.496 | 193.585 | 236.412 |
| Atualização monetária de provisões | 286.831 | 284.920 | 279.771 | 500.274 |
| Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal | 5.647 | 6.598 | 7.412 | 9.558 |
| Outros | (315.062) | 153.410 | (134.318) | 232.882 |
| | 182.268 | 790.334 | 5.025.149 | 4.314.612 |
| Mutações patrimoniais | | | | |
| Contas a receber | 1.349.337 | (183.725) | 591.263 | (201.981) |
| Estoques | (15.837) | (46.531) | (39.397) | 108.672 |
| Tributos | 94.083 | 520.854 | 18.465 | 107.245 |
| Aplicações financeiras mantidas para negociação | (99.157) | (4.105) | (654.910) | (536.560) |
| Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação | 93.618 | 4.718 | 711.465 | 727.304 |
| Fornecedores | (863.455) | 175.461 | (1.576.709) | 42.917 |
| Salários, encargos sociais e benefícios | (145.131) | 20.495 | (190.464) | (46.674) |
| Provisões | (133.177) | (149.725) | (286.154) | (331.174) |
| Outras contas ativas e passivas | 173.189 | (75.500) | (480.223) | 14.984 |
| | 453.470 | 261.942 | (1.806.664) | (115.377) |
| Encargos financeiros pagos - Dívida | (75.777) | | (76.761) | (1.093) |
| Encargos financeiros pagos - Outros | (13.632) | (90.621) | (15.297) | (75.836) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa | (5.427) | (47.679) | (490.681) | (266.161) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros | (138.593) | (126.152) | (198.445) | (192.736) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | 699.896 | 1.060.076 | | |
| | 466.467 | 795.624 | (771.184) | (535.826) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 1.102.205 | 1.847.900 | 2.347.301 | 3.660.409 |
| Atividades de investimentos | | | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | (2.331.902) | (1.948.973) | (4.457.094) | (3.568.085) |
| Créditos com partes relacionadas - Recebimentos | 20.827 | | 20.963 | 963 |
| Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível | 7.381 | 48 | 23.681 | 11 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | (96.016) | (95.221) | (399.064) | (178.013) |
| Resgates de depósitos e bloqueios judiciais | 151.074 | 99.587 | 338.904 | 166.613 |
| Aumento/Redução dos investimentos permanentes | | | (27) | |
| Aumento de capital em controladas | (158.685) | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | (2.407.321) | (1.944.459) | (4.472.577) | (3.578.511) |
| Atividades de financiamentos | | | | |
| Captações líquidas de custos | 33.508 | 55.442 | 44.364 | 45.569 |
| Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing | (820.839) | | | (31.031) |
| Autorizações e concessões | | (66.915) | (1.492) | (68.405) |
| Programa de refinanciamento fiscal | (100.192) | (71.425) | (108.407) | (103.339) |
| Aumento de capital | 1.964.042 | | 1.964.042 | |
| Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio | (2) | (9) | (2) | (9) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | 1.076.517 | (82.907) | 1.898.505 | (157.215) |
| Variação cambial sobre equivalentes de caixa | 215 | 81 | 1.656 | 565 |
| Fluxo de caixa do exercício | (228.384) | (179.385) | (225.115) | (71.752) |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Saldo final | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 |
| Saldo inicial | 637.113 | 816.498 | 2.944.417 | 3.016.169 |
| Variação no exercício | (228.384) | (179.385) | (225.115) | (71.752) |
| Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa | | | | |
| Transações não caixa | | | | |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Compensação de depósitos judiciais contra provisões | 88.005 | 52.038 | 195.925 | 52.038 |
| Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível) | 190.771 | 584.055 | 481.016 | 584.055 |
| Aumento de capital em controladas | 251.898 | | | |
| Aumento de capital | 1.035.958 | | 1.035.958 | |
| Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos | | | | |
| No contexto de operação de recuperação judicial, não ocorreram movimentações de caixa decorrentes de passivos resultantes de atividades de financiamentos, sendo a movimentação ocorrida no exercício, associada exclusivamente a encargos financeiros e liquidação de dívidas como parte do programa de mediação com pequenos credores. | | | | |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |

continua →

* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

| | Atribuído à participação dos controladores | | | | | | | | | | | Participação dos acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido | |
|--|--|-----------------------------|--|----------------------------|-----------|--------------------|---------------|--|-------------------------------|-------------------------------|--|---|-----------------------------|-------------|
| | Reservas de capital | | | Reservas de lucro | | | | Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações | | | Total da participação dos acionistas controladores | | | |
| | Capital social | Ágio na subscrição de ações | Doações e subvenções para investimento | Especial Lei nº 8.200/1991 | Legal | Incentivos fiscais | Investimentos | A realizar | Lucros (prejuízos) acumulados | Outros resultados abrangentes | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2017 | 11.661.092 | 1.038.525 | 627.182 | 1.671 | 245.441 | 20.759 | 1.004.567 | | (4.429.711) | (90.980) | 6.854 | 10.085.400 | (76.553) | 10.008.847 |
| Perda atuarial reflexa | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de participação de investimentos | | | | | | | | | | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | | | | | | | | | | (235) | (235) | | (235) |
| Realização de reserva de ágio na subscrição de ações | | | | | | | | | (4.271.512) | | 1.949 | 1.949 | | 1.949 |
| Realização de reserva de doações e subvenções | | (1.038.525) | | | | | | | | | | (4.271.512) | (62.343) | (4.333.855) |
| Realização de reserva legal | | | (373.046) | | | | | | 1.038.525 | | | | | |
| Realização de reserva de incentivos fiscais | | | | | (245.441) | | | | 373.046 | | | | | |
| Realização de reserva de investimentos | | | | | | (20.759) | | | 245.441 | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 11.661.092 | | 254.136 | 1.671 | | | (1.004.567) | | 20.759 | | | | | |
| Aumento de capital social | 3.000.000 | | | | | | | | 1.004.567 | | | | | |
| Aumento de capital social em controladas | | | | | | | | | (6.018.885) | (90.980) | 8.568 | 5.815.602 | (138.896) | 5.676.706 |
| Perda atuarial reflexa | | | | | | | | | | | | 3.000.000 | | 3.000.000 |
| Variação de participação de investimentos | | | | | | | | | | | | | 96.698 | 96.698 |
| Efeitos da adoção inicial dos IFRS 9 e 15 | | | | | | | | | | | (920) | (920) | | (920) |
| Incorporação de controlada | | | | | | | | | | | (1.351) | (1.351) | | (1.351) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | 286.907 | | | 286.907 | | 286.907 |
| Destinação do lucro do exercício: | | | | | | | | | 1.212 | | | 1.212 | | 1.212 |
| Reserva legal | | | | | | | | | 7.969.682 | | | 7.969.682 | 18.962 | 7.988.644 |
| Reserva de incentivos fiscais | | | | | 111.946 | | | | (111.946) | | | | | |
| Reserva de investimentos | | | | | | 20.759 | | | (20.759) | | | | | |
| Reserva de lucros a realizar | | | | | | | 1.574.469 | | (1.574.469) | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 14.661.092 | | 254.136 | 1.671 | 111.946 | 20.759 | 1.574.469 | 531.742 | (531.742) | (90.980) | 6.297 | 17.071.132 | (23.236) | 17.047.896 |
| | 14.661.092 | | | 255.807 | | | 2.238.916 | | | (90.980) | 6.297 | 17.071.132 | (23.236) | 17.047.896 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**1 INFORMAÇÕES GERAIS**

A Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Telemar"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Controladora").

A Telemar é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro e (ii) através da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância

Em 31 de março de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu uma decisão substituindo a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. de sua função de administrador financeiro pelo Consórcio BDOPro, a qual declinou da nomeação. Assim, em 10 de abril de 2017, o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald foi nomeado como único administrador judicial da Recuperação Judicial das Empresas Oi.

O Administrador Judicial revisou a Primeira Lista de Credores e, após revisar a mesma, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências, apresentou a relação de credores publicada no Edital de 29 de maio de 2017 ("Relação de Credores").

A partir da publicação da Relação de Credores, tiveram início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Relação de Credores (a "Impugnação"); e (ii) um prazo de 30 dias úteis para os credores apresentarem suas objeções ao Plano de Recuperação Judicial (a "Objeção").

Em 23 de agosto de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial designou a realização da Assembleia Geral de Credores (AGC) para os dias 9 de outubro de 2017 (em primeira convocação) e 23 de outubro de 2017 (segunda convocação).

Em 27 de setembro de 2017, diante de fatores negociais visando a aprovação do PRJ e tendo em vista aspectos procedimentais relacionados à realização da AGC, os quais poderiam acarretar em alterações no sistema de votação, as Empresas Oi solicitaram ao Juízo da Recuperação Judicial o adiamento da AGC para os dias 23 de outubro de 2017, em primeira convocação, e 27 de novembro de 2017, em segunda convocação, no Riocentro. Tal requerimento foi deferido no mesmo dia pelo Juízo da Recuperação Judicial, seguindo manifestações favoráveis do Administrador Judicial da Recuperação Judicial e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinzenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circuito Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circuito Deliberativo, a ANATEL prorrogou a assinatura dos novos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017. Em 29 de junho de 2017, a ANATEL informou, por meio de ofício, que não mais realizaria as alterações nos contratos de concessão nesta oportunidade. Assim, até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, há ainda a oportunidade de revisão em 31 de dezembro de 2020. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 79/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC; portanto, se promulgado na forma que está proposto, é possível uma alteração do contrato de concessão fora da data de 31 de dezembro de 2020. Ao longo dos anos, a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como para avaliar a nossa capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano") pelos Credores e posterior homologação pelo juiz competente a ANATEL, nesse contexto, passou a acompanhar a situação operacional-financeira das empresas integrantes do Grupo Oi a partir da execução e efetividade do referido PRJ.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destaca-se o fato de que o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público ("TUP"), em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passaram a implantar, dentre outras obrigações, sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga. Para maiores detalhes, vide trecho específico nesta nota explicativa do Subitem "Recuperação Judicial".

A autorização para a conclusão da preparação das Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria realizada em 24 de abril de 2019.

Recuperação Judicial. Em 20 de junho de 2016, a Oi ajuizou, em caráter de urgência, em conjunto com as suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 4"), Copart 5 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 5"), Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial ("PTIF") e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Holanda") (em conjunto com a Companhia, as "Recuperandas" ou as "Empresas Oi") pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Oi e pelos órgãos societários competentes.

Conforme amplamente divulgado ao mercado, as Empresas Oi vinham empreendendo esforços e realizando estudos, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. As Empresas Oi, considerando os desafios decorrentes da situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao fluxo de caixa representadas por iminentes penhoras ou bloqueios decorrentes de processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas Oi, concluiu que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada, para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial foi mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuou trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuaram sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas Oi e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi manteve normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi manteve o foco nos investimentos em projetos estruturantes que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York ("Corte de Falências dos Estados Unidos") deferiu o pedido de tutela provisória requerido pela Oi, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como "Devedoras Chapter 15") nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

A decisão da tutela impediu os credores de iniciarem ações contra as Devedoras "Chapter" 15 ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindirem os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras "Chapter" 15 sejam parte.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Oi, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL - "United Nations Commission on International Trade Law" sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 Nº 1030) ("Ordens de Reconhecimento").

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Oi, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Juízo

do detendo no mesmo dia pelo Juízo da Recuperação Judicial, seguindo manifestações favoráveis do Administrador Judicial da Recuperação Judicial e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Em 10 de outubro de 2017, os membros do Conselho de Administração da Oi aprovaram, por maioria, a nova versão do PRJ.

Em 11 de outubro de 2017, as Recuperandas apresentaram uma nova versão do PRJ, conjunta e consolidada, perante o Juízo da Recuperação Judicial, a ser deliberado em AGC nas datas mencionadas acima, assim como o laudo do avaliador independente.

Em 20 de outubro de 2017, atendendo aos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou o adiamento da AGC para os dias 6 de novembro de 2017, em primeira convocação, e 27 de novembro de 2017, em segunda convocação.

Em observância ao prazo previsto no artigo 36 da Lei nº 11.101/2005, o Juízo da Recuperação Judicial, diante de um requerimento feito pelo Administrador Judicial determinou o adiamento da data da AGC, que se realizaria no dia 6 de novembro de 2017, em primeira convocação, para o dia 10 de novembro de 2017, tendo sido mantida a data de 27 de novembro de 2017 para a realização da AGC em segunda convocação.

Em 9 de novembro de 2017, atendendo a novos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou novamente o adiamento da AGC para os dias 7 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 8 de dezembro de 2017, se necessário, e 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário.

Novamente, em 29 de novembro de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial, determinou o adiamento da AGC para o dia 19 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 20 de dezembro de 2017, se necessário, e em 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário.

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a AGC foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018 ("Homologação do PRJ"), dando início ao prazo para que os credores das Recuperandas pudessem escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ, o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018, exceto para detentores de "Bonds", cujo prazo foi estendido até o dia 8 de março, conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de fevereiro de 2018.

Em 17 de abril de 2018 as Devedoras "Chapter" 15 apresentaram à Corte de Falências dos Estados Unidos um pedido de "full force and effect" ("FFE Motion"), de modo que o PRJ, tal como homologado pela Justiça brasileira, seja reconhecido e executado em território norte-americano, o qual foi concedido no dia 14 de junho de 2018 pela Corte de Falências dos Estados Unidos.

A referida decisão, além de ter conferido plenos efeitos e eficácia ao PRJ, tal como homologado, nos Estados Unidos, também autorizou a realização de toda e qualquer etapa necessária para a implementação do PRJ, no que diz respeito às seguintes séries de dívidas regidas pela lei de Nova York: (i) 9,75% das "Senior Notes" com vencimento em 2016 emitidas pela Oi (CUSIP/ISIN nº 10553MAC55 e P18445AF6/USP18445AF68); (ii) 5,125% das "Senior Notes" com vencimento em 2017 emitidas pela Oi (ISIN nº XS0569301830 e XS0569301327); (iii) 9,50% das "Senior Notes" com vencimento em 2019 emitidas pela Oi (CUSIP/ISIN nº 87944LAD1/US87944LAD10 nº P9037HAKG/USP9037HAK97); (iv) 5,50% das "Senior Notes" com vencimento em 2020 emitidas pela Oi (CUSIP/ISIN nº 87944LAE9/US87944LAE92, P9037HAL7/USP9037HAL70 e 87944LAF6/USP87944LAF67); (v) 5,625% das "Senior Notes" com vencimento em 2021 emitidas pela Oi Holanda (ISIN nº XS1245245045 e XS1245244402); e (vi) 5,75% das "Senior Notes" com vencimento em 2022 emitidas pela Oi Holanda (CUSIP/ISIN nº 10553MAD39 e P18445AG4/USP18445AG42).

Também em 11 de junho de 2018, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando que foi aprovada, em Reunião de Credores realizada em tal data, na forma prevista nas Cláusulas 4.3.3.5 (c) e 8.1 do Plano, a dispensa das condições precedentes ao Aumento de Capital - Capitalização de Créditos estabelecidas nos itens (ii) e (iv-a) do Anexo 4.3.3.5 (c) do Plano.

Em 19 de julho de 2018, foi requerida à ANATEL a anuência prévia para a efetivação do Aumento de Capital - Novos Recursos de que trata a Cláusula 6 do PRJ, em cumprimento à Cláusula 16.1, XXI do Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado celebrado pela Oi.

Em 20 de julho de 2018, o Conselho de Administração da Oi homologou parcialmente o Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2018, após verificar o resultado da apuração das subscrições de novas ações ordinárias pelos acionistas da Oi por meio do exercício do seu direito de preferência e pelos titulares de Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ.

No procedimento de liquidação disponibilizado aos titulares de Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, que formalizou o previsto no PRJ, tais "Bondholders" Qualificados se manifestaram pela capitalização de créditos equivalentes a um montante total de R\$ 10.600.097.221,00, correspondente a 1.514.299.503 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 7,00 por ação, desconsideradas as ações ordinárias representativas de frações de "American Depositary Shares" ("ADSs"), que não foram emitidos. Durante o período para exercício do direito de preferência pelos acionistas da Oi, foram inscritas 68.263 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 7,00 por ação, totalizando o montante de R\$ 477.841,00.

Na mesma reunião do Conselho de Administração da Oi, foi homologada a emissão de 116.480.467 bônus de subscrição como vantagem adicional aos subscritores das ações objeto do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos ("Bônus de Subscrição"), sendo 5.197 entregues aos acionistas que exerceram seus respectivos direitos de preferência e o remanescente aos "Bondholders" Qualificados.

Nos termos do artigo 72 do Estatuto Social da Oi então vigente e tendo ocorrido uma diluição na base acionária da Oi superior a 50% como resultado do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, foi consignada, ainda, a extinção da restrição de voto ali prevista, a qual deixou, imediata e irrevogavelmente, de operar efeitos com relação ao exercício

mento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York ("Corte de Falências dos Estados Unidos") deferiu o pedido de tutela provisória requerido pela Oi, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como "Devedoras Chapter 15") nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

A decisão da tutela impediu os credores de iniciarem ações contra as Devedoras "Chapter 15" ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindirem os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras "Chapter 15" sejam parte.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Oi, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL – "United Nations Commission on International Trade Law" sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 Nº 1030) ("Ordens de Reconhecimento").

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Oi, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação Judicial") deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi.

A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi determinou que todos os prazos processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o PRJ fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público interps agravo de instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial reconsiderou sua decisão, determinando que o PRJ fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Em 21 de julho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falência dos Estados Unidos apreciasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 22 de julho de 2016, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Oi.

Os acionistas também autorizaram a administração da Oi a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos praticados e providências tomadas até esta data.

Em 22 de julho de 2016, o Juízo da Recuperação Judicial nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para exercer a função de administrador judicial financeiro, e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald para exercer a função de administrador judicial legal (em conjunto, o "Administrador Judicial") das Empresas Oi.

Diante da retratação do Juízo da Recuperação Judicial sobre a forma de contagem do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 5 de setembro de 2016 as Empresas Oi protocolaram o PRJ, no qual foram estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas Oi, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Empresas Oi e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de bens do ativo permanente.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas Oi ("Primeira Lista de Credores"). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi, conforme a Primeira Lista de Credores somava, aproximadamente, R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação de crédito (a "Habilitação de Crédito" ou "Habilitação"), se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (ii) uma divergência (a "Divergência"), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação e/ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro de 2016.

Em 2 de março de 2017, o Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação à Oi e a Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. O PRJ aditado foi apresentado em juízo no dia 11 de outubro de 2017.

Na reunião do Conselho de Administração aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2018, após verificar o resultado da apuração das subscrições de novas ações ordinárias pelos acionistas da Oi por meio do exercício do seu direito de preferência e pelos titulares de Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ.

No procedimento de liquidação disponibilizado aos titulares de Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, que formalizou o previsto no PRJ, tais "Bondholders" Qualificados se manifestaram pela capitalização de créditos equivalentes a um montante total de R\$ 10.600.097.221,00, correspondente a 1.514.299.603 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 7,00 por ação, das consideradas as ações ordinárias representativas de frações de "American Depositary Shares" ("ADSs"), que não foram emitidas. Durante o período para exercício do direito de preferência pelos acionistas da Oi, foram inscritas 68.263 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 7,00 por ação, totalizando o montante de R\$ 477.841,00.

Na mesma reunião do Conselho de Administração da Oi, foi homologada a emissão de 116.480.467 bônus de subscrição como vantagem adicional aos subscritores das ações objeto do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos ("Bônus de Subscrição"), sendo 5.197 entregues aos acionistas que exerceram seus respectivos direitos de preferência e o remanescente aos "Bondholders" Qualificados.

Nos termos do artigo 72 do Estatuto Social da Oi então vigente e tendo ocorrido uma diluição na base acionária da Oi superior a 50% como resultado do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, foi consignada, ainda, a extinção da restrição de voto ali prevista, a qual deixou, imediata e irrevogavelmente, de operar efeitos com relação ao exercício do direito de voto por acionistas da Oi.

Em 27 de julho de 2018, com o encerramento do procedimento de liquidação dos "Bondholders" Qualificados, a Oi procedeu ao registro dos impactos contábeis adicionais, das operações descritas acima, com a consequente redução do resultado do exercício no montante aproximado de R\$ 31 milhões, a redução do passivo financeiro de aproximadamente R\$ 21 milhões e a redução da reserva de capital – "Senior Notes" Qualificados conversíveis mandatoriamente em ações e outros de aproximadamente R\$ 10 milhões.

Em 31 de julho de 2018, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando que concluiu a reestruturação de sua dívida financeira e das demais Recuperandas com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ e conclusão do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos.

Em 1 de agosto de 2018, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando que (i) tomou conhecimento em tal data de sentença proferida em 30 de julho de 2018 pelo Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 2 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa ("Juízo Português"), por meio da qual foi indeferido o pedido formulado pelas Recuperandas para o reconhecimento, em Portugal, da Homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial; e (ii) pretende interpor o recurso cabível perante o Tribunal da Relação de Lisboa contra a sentença do Juízo Português, por entender que esta não é consistente com as duas decisões já proferidas no mesmo Tribunal, que já reconheceram e protegem, em Portugal, a abertura e pendência do PRJ das Recuperandas no Brasil, bem como está em desacordo com as decisões recentemente proferidas pelos Tribunais dos Estados Unidos da América e da Holanda. No entendimento do Juízo Português, seria necessário o trânsito em julgado da decisão de Homologação do PRJ, para que pudesse haver o seu reconhecimento em Portugal. Destaca-se que a decisão do Juízo Português foi fundamentada em aspectos formais, não tendo tal juízo se pronunciado sobre o mérito do PRJ. A referida decisão não impacta a higidez e a plena eficácia do PRJ, cuja execução foi resguardada pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Em 17 de setembro de 2018, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas da Oi, na qual foram tomadas as seguintes deliberações: (i) ratificação da eleição da Chapa Consensual formada por 11 membros independentes e indicada pela administração da Oi para composição do Novo Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 9.3 e subcláusulas do Plano e eleição do Presidente do Novo Conselho de Administração; (ii) aprovação da alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista a homologação parcial do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2018, nos termos da Cláusula 4.3.3.5 do Plano; (iii) aprovação da proposta de alteração do limite do capital autorizado da Oi, com a consequente alteração do artigo 6º do Estatuto Social; (iv) aprovação da proposta de inclusão de novo artigo no capítulo de Disposições Finais e Transitórias do Estatuto Social com vistas à adaptação do Estatuto Social às disposições do Plano com relação à composição do Novo Conselho de Administração; e (v) aprovação da reforma do Estatuto Social, conforme alterações constantes da Proposta da Administração.

Em 1 de outubro de 2018, por determinação do Juízo da Recuperação Judicial, por meio de decisões proferidas em 20 de agosto de 2018 (fls. 341.970/341.973) e 10 de setembro de 2018 (fls. 344.335/344.340), as Recuperandas deram início a procedimento de mediação com credores concursais que apresentaram incidentes de habilitação e impugnação ainda pendentes de decisão transitada em julgado, com o objetivo de que sejam consensualmente resolvidas as controvérsias existentes com relação ao valor dos créditos concursais por eles detidos.

Em 3 de outubro de 2018, a Oi divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento à Cláusula 4.3.3.6 do Plano e nos termos do artigo 157, §4º da Lei nº 6.404/1976 e na forma da Instrução CVM nº 358/2002, no dia 26 de outubro de 2018 o Conselho de Administração da Oi se reuniu para deliberar sobre o aumento de capital da Oi mediante a emissão privada de novas ações ordinárias, no valor de R\$ 4.000.000.000,00 (Aumento de Capital - Novos Recursos), na forma prevista na Cláusula 6 do Plano.

Em 4 de outubro de 2018, a Oi divulgou Comunicado aos Detentores de "American Depositary Warrants" ("ADWs"), em complemento das informações divulgadas no Fato Relevante datado de 3 de outubro de 2018, com relação ao início do período de exercício dos seus ADWs, esclarecendo que (i) de acordo com a legislação brasileira, o exercício dos

continua - 37

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL****Senhores Acionistas,**

A Administração da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Telemar") submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A Telemar é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

PLANTA REGIÃO I**FIXA****BANDA LARGA****TV****Em milhares**

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2018 com 11,3 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7,4% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 52,7%, segundo a ANATEL(*).

Na Banda Larga encerramos 2018 com uma base de 3,1 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 5,7% em relação a 2017.

A planta de TV da Oi fechou 2018 com 1,1 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 4,6% em relação a 2017.

(*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2018.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada foi de R\$ 18.734 milhões em 2018, um decréscimo de 6,1% em relação ao ano anterior.

A Telemar registrou EBITDA positivo de R\$ 426 milhões em 2018, um acréscimo de 140,5% no comparativo com o exercício anterior, que teve o EBITDA negativo de R\$ 1.054. A Companhia encerrou 2018 com um lucro líquido de R\$ 7.989 milhões, representando um aumento no lucro da Companhia de 284,3% em relação ao prejuízo de 2017, que foi de R\$ 4.334.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa Companhia, especialmente, em 2018.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Companhia ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora | | Consolidado | | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | | 2018 | 2017 | | |
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 | 17 | 1.989.472 | 2.607.504 | 4.040.779 | 4.628.649 |
| Aplicações financeiras | 8 | 6.074 | | 11.196 | 7.060 | 17 | 132.360 | 1.101.216 | 282.375 | 2.026.277 |
| Contas a receber | 9 | 1.515.535 | 3.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 | | 256.637 | 322.675 | 749.204 | 746.073 |
| Estoques | | 101.310 | 77.717 | 259.903 | 204.908 | 18 | | 11.045.059 | 12.722 | 13.013.574 |
| Tributos correntes a recuperar | 10 | 197.547 | 145.314 | 460.010 | 647.126 | 10 | 715 | 4.022 | 18.136 | 559.110 |
| Outros tributos | 11 | 336.608 | 576.991 | 570.292 | 808.330 | 11 | 267.190 | 286.287 | 799.549 | 738.438 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 25 | 663.865 | 870.125 | | 27.940 | 25 | 820.665 | 849.136 | 1.093 | 849.136 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 12 | 278.971 | 262.870 | 367.234 | 336.561 | 19 | 33.163 | | 62.693 | 20.306 |
| Ativo relacionado aos fundos de pensão | 24 | | | 514 | 90 | 20 | 49.682 | 115.114 | 55.881 | 131.660 |
| Despesas antecipadas | 13 | 370.342 | 131.123 | 565.179 | 188.747 | 24 | | | | 55 |
| Demais ativos | | 572.847 | 1.190.605 | 942.856 | 1.046.835 | 21 | 158.556 | 155.138 | 251.467 | 352.713 |
| | | 4.451.828 | 7.196.665 | 11.675.045 | 12.596.190 | 22 | 571.212 | 435.066 | 1.390.741 | 1.446.799 |
| | | | | | | | 4.279.652 | 16.921.217 | 7.664.640 | 24.512.790 |
| Não circulante | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 8 | | | 32.127 | 84.729 | Não circulante | | | | |
| Ativo financeiro a valor justo | 3.1 (I) | 65.182 | 89.198 | 65.182 | 89.198 | 17 | 2.320.549 | | 2.638.089 | |
| Créditos com partes relacionadas | 25 | 19.161 | 861.822 | 19.161 | 5.481.382 | 18 | 5.097.296 | 3.884.642 | 6.391.293 | 9.344.851 |
| Tributos diferidos a recuperar | 10 | | | 23.050 | | 10 | | 419.861 | | 500.110 |
| Outros tributos | 11 | 372.874 | 315.814 | 568.566 | 442.369 | 11 | 345.007 | 355.727 | 405.721 | 828.150 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 14 | 3.017.465 | 2.862.370 | 3.680.803 | 3.936.743 | 19 | | | | 604 |
| | | | | | | 20 | 113.869 | 223.046 | 143.829 | 260.649 |
| | | | | | | 24 | | | | 330 |
| | | | | | | 21 | 1.493.671 | 2.886.521 | 2.255.785 | 3.877.053 |
| | | | | | | 22 | 3.183.969 | 1.780.514 | 4.251.516 | 1.222.780 |
| | | | | | | | 12.554.361 | 9.550.311 | 16.086.233 | 16.034.527 |
| | | | | | | Patrimônio líquido | | | | |
| | | | | | | 23 | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--|----|------------|------------|------------|------------|--|----|------------|-------------|------------|-------------|
| Depósitos e bloqueios judiciais | 11 | 372.874 | 315.814 | 568.566 | 442.369 | Demais obrigações | 22 | 3.183.969 | 1.780.514 | 4.251.516 | 3.877.053 |
| Ativo relacionado aos fundos de pensão | 14 | 3.017.465 | 2.862.370 | 3.680.803 | 3.936.743 | Patrimônio líquido | 23 | 12.554.361 | 9.550.311 | 16.086.233 | 16.034.527 |
| Despesas antecipadas | 24 | | | | 3.774 | Capital social | | | | | |
| Demais ativos | 13 | 169.740 | 6.624 | 409.043 | 16.742 | Reservas de capital | | 14.661.092 | 11.661.092 | 14.661.092 | 11.661.092 |
| Investimentos | | 232.852 | 232.416 | 240.889 | 242.777 | Reservas de lucro | | 255.807 | 255.807 | 255.807 | 255.807 |
| Imobilizado | 14 | 12.483.267 | 8.048.392 | 103.768 | 122.438 | Ágio em transações de capital e variações de | | 2.238.916 | | 2.238.916 | |
| Intangível | 15 | 12.967.764 | 12.408.503 | 22.102.730 | 21.007.535 | porcentagens de participações | | (90.980) | (90.980) | (90.980) | (90.980) |
| | 16 | 125.012 | 265.326 | 1.878.405 | 2.200.146 | Outros resultados abrangentes | | 6.297 | 8.568 | 6.297 | 8.568 |
| | | | | | | Prejuízos acumulados | | | (6.018.885) | | (6.018.885) |
| Total do ativo | | 29.453.317 | 25.090.465 | 29.123.724 | 33.627.833 | Participação dos não controladores | 23 | 17.071.132 | 5.815.602 | 17.071.132 | 5.815.602 |
| | | 33.905.145 | 32.287.130 | 40.798.769 | 46.224.023 | Total do patrimônio líquido | | | (23.236) | | (138.896) |
| | | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 17.071.132 | 5.815.602 | 17.047.896 | 5.676.706 |
| | | | | | | | | 33.905.145 | 32.287.130 | 40.798.769 | 46.224.023 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora | | Consolidado | | | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|--------------|-------------|--------------|--------------|--|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 4 | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 | Atividades operacionais | | | | |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | 5 | (6.587.959) | (6.882.689) | (13.383.202) | (13.310.415) | Lucro (Prejuízo) antes das tributações | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| Lucro bruto | | 230.109 | 813.581 | 5.351.266 | 6.635.887 | Itens de resultado que não afetam o caixa | | | | |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias e cambiais | (748.793) | 808.952 | 667.239 | 1.403.950 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 14 | 6.704.655 | (201.739) | (8.001) | (1.091) | Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos | (4.684.296) | | (11.627.700) | |
| Despesas com vendas | 5 | (1.471.961) | (1.576.210) | (3.831.627) | (3.976.149) | Ajuste a valor presente de outros passivos | (186.677) | (3.184.388) | (283.331) | (3.261.008) |
| Despesas gerais e administrativas | 5 | (656.700) | (814.918) | (1.809.054) | (2.175.965) | Depreciação e amortização | 1.984.292 | 2.002.421 | 4.032.781 | 3.959.232 |
| Outras receitas operacionais | 5 | 1.212.951 | 1.020.521 | 1.710.653 | 1.650.272 | Obrigação onerosa | 2.339.254 | | 3.550.392 | |
| Outras despesas operacionais | 5 | (2.869.955) | (5.286.590) | (5.019.734) | (7.144.103) | Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 299.700 | 241.013 | 744.052 | 630.901 |
| | | 2.918.990 | (6.858.936) | (8.957.763) | (11.647.036) | Provisões | 116.069 | 4.508.315 | 112.335 | 4.810.183 |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro | | | | | | Equivalência patrimonial | (6.704.655) | 201.739 | 8.001 | 1.091 |
| e dos tributos | | 3.149.099 | (6.045.355) | (3.606.497) | (5.011.149) | Perda na baixa de ativo permanente | 118.434 | 171.490 | 133.073 | 184.721 |
| Receitas financeiras | 6 | 6.989.160 | 3.873.029 | 15.567.265 | 4.874.435 | Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL | 33.163 | 43.414 | 45.408 | 59.675 |
| Despesas financeiras | 6 | (2.579.991) | (2.382.720) | (4.664.329) | (4.316.525) | Participação de empregados e administradores | 79.093 | 107.496 | 193.595 | 236.412 |
| Resultado financeiro | 6 | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.936 | 557.910 | Atualização monetária de provisões | 286.831 | 284.920 | 279.771 | 500.274 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) | Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal | 5.647 | 6.598 | 7.412 | 9.558 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | Outros | (315.062) | 153.410 | (134.318) | 232.862 |
| Corrente | 7 | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) | Mutações patrimoniais | 182.268 | 790.334 | 5.025.149 | 4.314.612 |
| Diferido | 7 | 417.894 | 409.386 | 496.488 | 847.677 | Contas a receber | 1.349.337 | (183.725) | 591.263 | (201.991) |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.968.644 | (4.333.855) | Estoques | (15.837) | (46.531) | (39.397) | 108.672 |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos controladores | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.969.682 | (4.271.512) | Tributos | 94.083 | 520.854 | 18.465 | 107.245 |
| | | | | | | Aplicações financeiras mantidas para negociação | (99.157) | (4.105) | (654.910) | (536.660) |
| | | | | | | Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação | 93.618 | 4.718 | 711.465 | 727.304 |
| | | | | | | Fornecedores | (863.455) | 175.461 | (1.576.709) | 42.917 |
| | | | | | | Salários, encargos sociais e benefícios | (145.131) | 20.495 | (190.464) | (46.674) |
| | | | | | | Provisões | (133.177) | (149.725) | (286.154) | (331.174) |
| | | | | | | Outras contas ativas e passivas | 173.189 | (75.500) | (480.223) | 14.984 |
| | | | | | | Encargos financeiros pagos - Dívida | 453.470 | 261.942 | (1.906.664) | (115.377) |
| | | | | | | Encargos financeiros pagos - Outros | (75.777) | | (76.761) | (1.093) |
| | | | | | | Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa | (13.632) | (90.621) | (15.297) | (75.836) |
| | | | | | | Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros | (5.427) | (47.679) | (490.681) | (266.161) |
| | | | | | | Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | (138.593) | (126.152) | (188.445) | (192.736) |
| | | | | | | Fluxo de caixa das atividades operacionais | 699.896 | 1.060.076 | | |
| | | | | | | Atividades de investimentos | 466.467 | 795.624 | (771.184) | (535.826) |
| | | | | | | Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | 1.102.205 | 1.847.900 | 2.347.301 | 3.663.409 |
| | | | | | | Créditos com partes relacionadas - Recebimentos | (2.331.902) | (1.948.973) | (4.457.094) | (3.568.085) |

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 48/61



| | | | | | | | | | | |
|--|-------|-----------|-------------|------------|-------------|--|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| Resultado financeiro | 6 | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.836 | 557.910 | Salários, encargos sociais e benefícios | (145.131) | 20.495 | (190.464) | (46.674) |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) | Provisões | (133.177) | (149.725) | (286.154) | (331.174) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | Outras contas ativas e passivas | 173.189 | (75.500) | (480.223) | 14.984 |
| Corrente | 7 | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) | | 453.470 | 261.942 | (1.906.664) | (115.377) |
| Diferido | 7 | 417.894 | 409.386 | 496.488 | 847.677 | Encargos financeiros pagos - Dívida | (75.777) | | (76.761) | (1.093) |
| | | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 | Encargos financeiros pagos - Outros | (13.632) | (90.621) | (15.297) | (75.836) |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.988.644 | (4.333.855) | Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa | (5.427) | (47.679) | (490.681) | (266.161) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos controladores | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.969.682 | (4.271.512) | Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros | (138.593) | (126.152) | (188.445) | (192.736) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos não controladores | | | | 18.962 | (62.343) | Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | 699.896 | 1.060.076 | | |
| Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$) | 23(f) | 23,13 | (12,40) | 23,13 | (12,40) | | 466.467 | 795.624 | (771.184) | (535.826) |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | Fluxo de caixa das atividades operacionais | 1.102.205 | 1.847.900 | 2.347.301 | 3.663.409 |
| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE | | | | | | Atividades de investimentos | | | | |
| EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 | | | | | | Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | (2.331.902) | (1.948.973) | (4.457.094) | (3.568.085) |
| Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma | | | | | | Créditos com partes relacionadas - Recebimentos | 20.827 | | 20.963 | 963 |
| | | | | | | Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível | 7.381 | 48 | 23.681 | 11 |
| | | | | | | Depósitos e bloqueios judiciais | (96.016) | (95.221) | (399.004) | (178.013) |
| | | | | | | Resgates de depósitos e bloqueios judiciais | 151.074 | 99.587 | 338.904 | 166.613 |
| | | | | | | Aumento/Redução dos investimentos permanentes | | | (27) | |
| | | | | | | Aumento de capital em controladas | (156.685) | | | |
| | | | | | | Fluxo de caixa das atividades de investimentos | (2.407.321) | (1.944.459) | (4.472.577) | (3.578.511) |
| | | | | | | Atividades de financiamentos | | | | |
| | | | | | | Captações líquidas de custos | 33.508 | 55.442 | 44.364 | 45.569 |
| | | | | | | Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing | (820.839) | | | (31.031) |
| | | | | | | Autorizações e concessões | | (66.915) | (1.492) | (68.405) |
| | | | | | | Programa de refinanciamento fiscal | (100.192) | (71.425) | (108.407) | (103.339) |
| | | | | | | Aumento de capital | 1.964.042 | | 1.964.042 | |
| | | | | | | Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio | (2) | (9) | (2) | (9) |
| | | | | | | Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | 1.076.517 | (82.907) | 1.898.505 | (157.215) |
| | | | | | | Variação cambial sobre equivalentes de caixa | 215 | 81 | 1.656 | 565 |
| | | | | | | Fluxo de caixa do exercício | (228.384) | (179.385) | (225.115) | (71.752) |
| | | | | | | Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| | | | | | | Saldo final | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 |
| | | | | | | Saldo inicial | 637.113 | 816.498 | 2.944.417 | 3.016.169 |
| | | | | | | Variação no exercício | (228.384) | (179.385) | (225.115) | (71.752) |
| | | | | | | Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa | | | | |
| | | | | | | Transações não caixa | | | | |
| | | | | | | | Controladora | | Consolidado | |
| | | | | | | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| | | | | | | Compensação de depósitos judiciais contra provisões | 88.005 | 52.038 | 195.925 | 52.038 |
| | | | | | | Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível) | 190.771 | 584.055 | 481.016 | 584.055 |
| | | | | | | Aumento de capital em controladas | 261.898 | | | |
| | | | | | | Aumento de capital | 1.035.958 | | 1.035.958 | |
| | | | | | | Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos | | | | |
| | | | | | | No contexto da operação de recuperação judicial, não ocorreram movimentações de caixa decorrentes de passivos resultantes de atividades de financiamentos, sendo a movimentação ocorrida no exercício, associada exclusivamente a encargos financeiros e liquidação de dívidas como parte do programa de mediação com pequenos credores. | | | | |
| | | | | | | As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | |
| | | | | | | continua → | | | | |

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

| | Consolidado | | | |
|--|-------------|--------------|-------------|-------------|
| | Tributárias | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldo em 01/01/2017 | 526.590 | 619.263 | 1.450.208 | 2.596.061 |
| Adições / Reversões | 21.652 | 227.366 | 4.561.165 | 4.810.183 |
| Atualização monetária | 49.170 | 349.782 | 101.322 | 500.274 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (i) | (65.043) | (131.621) | (219.080) | (415.744) |
| Ajuste a valor presente | | | (3.261.008) | (3.261.008) |
| Saldo em 2017 | 532.369 | 1.064.790 | 2.632.607 | 4.229.766 |
| Adições / Reversões (ii) | (28.723) | 50.607 | 90.451 | 112.335 |
| Atualização monetária (ii) | 91.166 | 160.056 | 28.549 | 279.771 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (i) | (28.599) | (276.785) | (1.809.236) | (2.114.620) |
| Saldo em 2018 | 566.213 | 998.668 | 942.371 | 2.507.252 |

(i) Esta rubrica inclui essencialmente valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos para rubrica de fornecedores e serão pagos nos termos do PRJ.

(ii) A Companhia vem realizando o monitoramento contínuo dos seus processos, assim como o reprocessamento do modelo de estimativas da provisão considerando o novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto da aprovação e Homologação do PRJ. Neste sentido, procedeu à reversão de provisão para contingência e sua correspondente atualização monetária.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**Provisões****Tributárias:**

As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

(i) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

(ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iii) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(iv) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face à autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Trabalhistas:

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais.

(i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Estabilidade / reintegração - Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

(vi) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado.

(vii) Verbas rescisórias - Referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças.

(viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(x) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças devidas de natureza indenizatória decorrentes do FGTS em função de não depósito e/ou não recolhimento.

obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 3,0 bilhões, sem a emissão de novas ações, para capitalizar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado em 9 de abril de 2018 pela Oi à Companhia que foi concedido parte em dinheiro - R\$ 1.964.042 - e parte em créditos detidos pela acionista - R\$ 552.319 eram créditos que a Oi detinha contra a Companhia e R\$ 483.639 em créditos que a Oi detinha contra a PT Participações SGPS S.A.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 14.661.092 (2017 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

Quantidade (em milhares de ações)

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Capital total em ações | | |
| Ações ordinárias | 154.032 | 154.032 |
| Ações preferenciais classe A | 190.465 | 190.465 |
| Total em circulação | 344.497 | 344.497 |

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

(b) Reservas de capital**Reserva de ágio na subscrição de ações**

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado ao final do exercício de 31 de dezembro de 2017.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado ao final do exercício de 31 de dezembro de 2017.

Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(c) Reservas de lucros**Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(d.1) Ajustes de natureza patrimonial decorrentes da reavaliação de ativos e passivos não reconhecidos no balanço patrimonial.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2019/279934-7 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/05/2019 SOB O NÚMERO 00003614290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3E26AA2D4F4943678E4393BCB0A9126C6FB168F847F6D955F2364C3ACBFD61DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 50/61



- (x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- (xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- (xii) Demais ações - Referem-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Cíveis:

- (i) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 3,7 bilhões, os quais foram inscritos no PRJ como elegíveis para pagamento na forma do Plano (vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 5,3 bilhões em processos líquidos e R\$ 3,5 bilhões em processos ilíquidos.

No que diz respeito aos processos inscritos no PRJ, e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para estas contingências regulatórias, passando a considerar a melhor estimativa de saída de caixa futura descontada associada a cada uma das duas formas de pagamento previstas no PRJ para esta categoria de créditos (vide Nota 1). Em 31 de dezembro de 2018 o valor desta provisão era de R\$ 428 milhões.

Para as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos.

A Companhia discorda e questiona a existência de alguns dos descumprimentos, bem como questiona a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável.

O PRJ estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. É de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Destaca-se, ainda, que a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 001068-32.2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRJ, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia, recurso esse que foi desprovido pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando pendentes de apreciação, no momento, os embargos de declaração opostos pela ANATEL contra o referido acórdão. Além disso, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão determinando a conversão em renda de depósito judicial realizado pela Telemar com o objetivo de que fossem quitadas as 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, na forma do PRJ. Diante da proximidade do vencimento da sétima parcela, a Oi apresentou petição requerendo a mesma providência em relação às próximas 6 (seis) parcelas (sétima a décima segunda) do crédito de titularidade da ANATEL. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro/2017, relativamente, a ANATEL foram transferidos para o contas a pagar (não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ.

- (ii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(iii) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS - Decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem franquia ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de creditamento (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 10.367.937 (2017 - R\$ 9.642.042).

(ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 3.106.088 (2017 - R\$ 2.995.106), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

- (iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 426.821 (2017 - R\$ 333.893) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária.

(iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionados aos

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(d.1) Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

(d.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e a elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B", bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B" destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 1.376/74, com recursos de incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 7.969.682 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício será destinado da seguinte forma: (i) absorção do prejuízo acumulado no valor de R\$ 5.730.766; (ii) constituição de reserva de legal no valor de R\$ 111.946; (iii) constituição de reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 20.759; (iv) constituição de reserva de investimentos no valor de R\$ 1.574.469; e (v) constituição de reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 531.742.

(f) Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

| | 2018 | 2017 |
|--|-----------|-------------|
| Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia | 7.969.682 | (4.271.512) |
| Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas | 3.563.416 | (1.909.885) |
| Lucro (prejuízo) alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas | 4.406.266 | (2.361.627) |
| Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações) | | |
| Ações ordinárias - básicas e diluídas | 154.032 | 154.032 |
| Ações preferenciais - básicas e diluídas | 190.465 | 190.465 |
| Lucro (prejuízo) por ação (Em Reais): | | |
| Ações ordinárias - básicas e diluídas | 23,13 | (12,40) |
| Ações preferenciais - básicas e diluídas | 23,13 | (12,40) |

(g) Participação de não controladores

A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da Oi no capital da controlada Sareda.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2018.

| Planos de benefícios | Empresas patrocinadoras | Gestor |
|----------------------|---------------------------|--------|
| TCSPREV | Oi Móvel e BRT Multimídia | FATL |

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(i) ICMS - Decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem franquia ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de creditamento (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 10.367.937 (2017 - R\$ 9.642.042).

(ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 3.106.088 (2017 - R\$ 2.995.106), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 426.821 (2017 - R\$ 333.893) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária.

(iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionados aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.204.005 (2017 - R\$ 8.151.400).

Trabalhistas:

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 538.128 (2017 - R\$ 553.990).

Cíveis:

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente R\$ 1.029.961 (2017 - R\$ 836.935).

Ações cíveis propostas pela Fenapas perante a 5ª Vara Empresarial do RJ, onde consta como ré, além da Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 7.322.916 (2017 - R\$ 7.167.372) na controladora e R\$ 8.342.216 (2017 - R\$ 9.006.841) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Obrigação onerosa (*) | 2.152.577 | | 3.267.061 | |
| Receitas a apropriar | 1.228.535 | 1.191.206 | 1.352.934 | 1.254.722 |
| Adiantamentos de clientes | 83.774 | 273.428 | 707.970 | 1.205.855 |
| Consignação em favor de terceiros | 26.290 | 13.628 | 38.780 | 21.711 |
| Provisão para desmobilização de ativos | 10.548 | 10.137 | 10.548 | 10.137 |
| Provisão para patrimônio líquido negativo | 140.987 | 624.299 | | |
| Outros | 114.470 | 102.882 | 264.965 | 177.154 |
| Total | 3.755.181 | 2.215.580 | 5.642.258 | 2.659.579 |
| Circulante | 571.212 | 435.066 | 1.390.741 | 1.446.799 |
| Não circulante | 3.183.969 | 1.780.514 | 4.251.517 | 1.222.780 |

(*) A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que (i) as

possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

| | 2018 | 2017 |
|--|-----------|-------------|
| Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia | 7.969.682 | (4.271.512) |
| Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas | 3.563.416 | (1.909.885) |
| Lucro (prejuízo) alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas | 4.406.266 | (2.361.627) |
| Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações) | 154.032 | 154.032 |
| Ações ordinárias - básicas e diluídas | 190.465 | 190.465 |
| Ações preferenciais - básicas e diluídas | | |
| Lucro (prejuízo) por ação (Em Reais): | | |
| Ações ordinárias - básicas e diluídas | 23,13 | (12,40) |
| Ações preferenciais - básicas e diluídas | 23,13 | (12,40) |

(g) Participação de não controladores

A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da Oi no capital da controlada Serede.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2018.

| Planos de benefícios | Empresas patrocinadoras | Gestor |
|----------------------|---------------------------|--------|
| TCSPREV | Oi Móvel e BrT Multimídia | FATL |
| BrTPREV(*) | Oi Móvel e BrT Multimídia | FATL |
| TelemarPrev | Telemar e Oi Móvel | FATL |
| PBS-A | Oi e Telemar | Sistel |
| PBS-Telemar | Telemar | FATL |
| PBS-TNC | Oi Móvel | FATL |
| CELPREV | Oi Móvel | FATL |
| PAMA | Oi e Telemar | Sistel |

(*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

| | Consolidado | |
|----------------|-------------|------|
| | 2018 | 2017 |
| Plano BrTPREV | | 385 |
| Circulante | | 55 |
| Não circulante | | 330 |

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras.

continua

-☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

| Consolidado | | | | | | | Composição da dívida por indexador | | | | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|---|----------------|-------------|---------------|--------------|---|-------------------------|-------------|--------------|-----------|-------------|
| Obras em andamento | Equipamentos de comutação automática | Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾ | Infraestrutura | Prédios | Outros ativos | Total | Indexador/Taxa | Controladora | | Consolidado | | |
| | | | | | | | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | |
| Custo do imobilizado (valor bruto) | | | | | | | Taxa pré-fixada | 1,75% a.a. 10,00% a.a. | 1.813.033 | 660.544 | 1.854.023 | 7.787.166 |
| Saldo em 01/01/2017 | 1.990.432 | 13.675.678 | 33.450.179 | 22.542.114 | 1.952.098 | 4.114.875 | CDI | 0,75% a.a. - 1,83% a.a. | 1.657.324 | 6.667.852 | 1.713.970 | 5.967.708 |
| Adições | 3.698.323 | 1.140 | 258.515 | 116.641 | 11.642 | 49.323 | Libor Dólar | | | 4.725.685 | | 4.725.685 |
| Baixas | (78.463) | (1.095) | (12.260) | (630.512) | | (18.266) | TJLP | 2,95% a.a. + TJLP | 1.623.104 | 1.628.796 | 2.689.862 | 2.631.042 |
| Transferências | (2.859.509) | 32.009 | 1.573.155 | 799.412 | 102.588 | 352.345 | IPCA | | | 1.246.824 | | 1.246.824 |
| Saldo em 2017 | 2.750.783 | 13.707.732 | 35.269.589 | 22.827.655 | 2.066.328 | 4.498.277 | TR | 0% | 3.835 | | 3.837 | |
| Adições | 4.063.611 | 487 | 288.954 | 203.249 | 8.027 | 36.003 | Outros | 0% | | | 142.323 | |
| Baixas | (43.007) | | (41.658) | (499.680) | | (1.842) | Total | | 5.097.296 | 14.929.701 | 6.404.015 | 22.358.425 |
| Transferências | (3.915.934) | 64.636 | 2.196.472 | 1.484.704 | (22.225) | 192.347 | Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação | | | | | |
| Saldo em 2018 | 2.855.453 | 13.772.855 | 37.713.357 | 24.015.928 | 2.052.130 | 4.724.785 | Dívida de longo prazo | | | | | |
| Depreciação acumulada | | | | | | | Controladora | | Consolidado | Controladora | | Consolidado |
| Saldo em 01/01/2017 | (12.180.172) | (21.882.250) | (18.922.868) | (1.504.760) | (2.940.988) | (57.431.038) | | | 2018 | | | |
| Despesas de depreciação | (305.817) | (1.713.048) | (808.388) | (50.017) | (360.396) | (3.237.666) | 2020 | | 6.125 | | 57 | 101 |
| Baixas | 27 | 11.354 | 532.108 | 12.386 | 555.875 | | 2021 | | 1.925 | | 57 | 101 |
| Transferências | (676) | (452) | (54.131) | 55.259 | | | 2022 | | 751 | | 57 | 101 |
| Saldo em 2017 | (12.485.962) | (23.584.620) | (19.199.600) | (1.608.908) | (3.233.739) | (60.112.829) | 2023 | 340.382 | 355.592 | | 57 | 101 |
| Despesas de depreciação | (273.214) | (1.812.716) | (866.726) | (52.012) | (367.395) | (3.372.063) | 2024 e exercícios seguintes | 10.402.592 | 18.616.608 | | 642 | 1.093 |
| Baixas | 36.954 | 415.294 | 866 | 453.114 | | | Total | 10.742.974 | 18.981.001 | | 870 | 1.497 |
| Transferências | (26) | (302) | (201) | 33.551 | (33.022) | | Garantias | | | | | |
| Saldo em 2018 | (12.759.202) | (25.360.684) | (19.651.233) | (1.627.369) | (3.633.290) | (63.031.778) | Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de sua controlada Oi Móvel. A Companhia presta aval a sua controlada Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.067 milhões. | | | | | |
| Imobilizado líquido | | | | | | | "Covenants" | | | | | |
| Saldo em 2017 | 2.750.783 | 1.221.770 | 11.684.969 | 3.628.055 | 457.420 | 1.264.538 | De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e sua controlada Oi Móvel estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos. | | | | | |
| Saldo em 2018 | 2.855.453 | 1.013.653 | 12.352.673 | 4.364.695 | 424.761 | 1.091.495 | 19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR | | | | | |
| Taxa anual de depreciação (média) | 10% | 12% | 10% | 9% | 15% | | | | | | | |

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens serão revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 5.317.084 (2017 - R\$ 4.902.617) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 7% a.a.

16. INTANGÍVEL

| | Controladora | | | | | Total |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | Intangível em formação | Sistemas de processamento de dados | Licenças regulatórias | Marcas e patentes | Outros ativos | |
| Custo do intangível (valor bruto) | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2017 | 2.941 | 2.578.634 | 230.030 | 6.410 | 139.254 | 2.957.269 |
| Adições | 3.360 | 259 | | | 501 | 4.120 |
| Baixas | | (1.095) | | | | (1.095) |
| Transferências | (4.342) | 2.693 | | | 1.649 | |
| Saldo em 2017 | 1.959 | 2.580.491 | 230.030 | 6.410 | 141.404 | 2.960.294 |
| Adições | 1.221 | | | | | 1.221 |
| Transferências | (2.818) | 2.239 | | | 579 | |
| Saldo em 2018 | 362 | 2.582.730 | 230.030 | 6.410 | 141.983 | 2.961.515 |
| Amortização acumulada | | | | | | |

| Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|--------|-------------|--------|
| 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| SMP | | | |
| Concessões do STFC | | 1.025 | 4.649 |
| Total | 33.163 | 61.668 | 16.261 |
| Circulante | 33.163 | 62.693 | 20.910 |
| Não circulante | 33.163 | 62.693 | 20.306 |
| | | | 604 |

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

| Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|-------------|---------|
| 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013 | | | |
| PRT (MP nº 766/2017) (i) | 137.428 | 230.447 | 173.587 |
| PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii) | 26.123 | 105.289 | 26.123 |
| Total | | 2.424 | 2.959 |
| Circulante | 163.551 | 338.160 | 199.710 |
| Não circulante | 49.682 | 115.114 | 55.881 |
| | 113.869 | 223.046 | 143.829 |

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

| Consolidado | | 2018 | | 2017 | |
|-------------|----------------|-------|-------|-------|-------|
| Principal | Multas e juros | Total | Total | Total | Total |

| | | | | | |
|-----------------------------------|---------|-------------|-----------|---------|-------------|
| | (2.818) | 2.239 | | 579 | |
| Saldo em 2018 | 362 | 2.582.730 | 230.030 | 6.410 | 141.983 |
| Amortização acumulada | | | | | 2.961.515 |
| Saldo em 01/01/2017 | | (2.156.278) | (227.050) | (5.340) | (125.430) |
| Despesas de amortização | | (177.105) | (1.796) | | (2.024) |
| Baixas | | 55 | | | 55 |
| Saldo em 2017 | | (2.333.328) | (228.846) | (5.340) | (127.454) |
| Despesas de amortização | | (138.001) | | | (3.534) |
| Saldo em 2018 | | (2.471.329) | (228.846) | (5.340) | (130.988) |
| Intangível líquido | | | | | (2.836.503) |
| Saldo em 2017 | 1.959 | 247.163 | 1.184 | 1.070 | 13.950 |
| Saldo em 2018 | 362 | 111.401 | 1.184 | 1.070 | 10.995 |
| Taxa anual de amortização (média) | | 20% | 20% | | 23% |

Consolidado

| | Intangível em formação | Sistemas de processamento de dados | Licenças regulatórias | Marcas e patentes | Outros ativos | Total |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------|--------------|
| Custo do intangível (valor bruto) | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2017 | 20.793 | 5.865.567 | 3.537.814 | 6.141 | 1.799.839 | 11.230.154 |
| Adições | 332.276 | 4.300 | | | 74.704 | 411.280 |
| Baixas | | (1.115) | | | | (1.115) |
| Transferências | (335.783) | 345.682 | 743 | | (10.642) | |
| Saldo em 2017 | 17.286 | 6.214.434 | 3.538.557 | 6.141 | 1.863.901 | 11.640.319 |
| Adições | 261.035 | 4.524 | | | 73.432 | 338.991 |
| Baixas | (14) | | | | | (14) |
| Transferências | (250.756) | 232.156 | | | 18.600 | |
| Saldo em 2018 | 27.551 | 6.451.114 | 3.538.557 | 6.141 | 1.955.933 | 11.979.296 |
| Amortização acumulada | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2017 | | (4.737.304) | (2.759.295) | (5.336) | (1.216.727) | (8.718.662) |
| Despesas de amortização | | (462.259) | (173.790) | | (85.517) | (721.566) |
| Baixas | | 55 | | | 55 | |
| Saldo em 2017 | | (5.199.508) | (2.933.085) | (5.336) | (1.302.244) | (9.440.173) |
| Despesas de amortização | | (404.948) | (149.623) | | (106.147) | (660.718) |
| Saldo em 2018 | | (5.604.456) | (3.082.708) | (5.336) | (1.408.391) | (10.100.891) |
| Intangível líquido | | | | | | |
| Saldo em 2017 | 17.286 | 1.014.926 | 605.472 | 805 | 561.657 | 2.200.146 |
| Saldo em 2018 | 27.551 | 846.558 | 455.849 | 805 | 547.542 | 1.878.405 |
| Taxa anual de amortização (média) | | 20% | 20% | | 23% | |

17. FORNECEDORES

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| ANATEL AGU | 4.861.502 | | 4.937.938 | |
| Serviços | 2.115.076 | 2.765.174 | 2.808.833 | 3.902.389 |
| Materiais de infraestrutura, rede e manutenção de planta | 499.962 | 509.021 | 2.176.408 | 2.004.303 |
| Aluguel de postes e direito de passagem | 20.860 | 74.501 | 108.170 | 199.195 |
| Outros | 306.249 | 360.024 | 579.293 | 549.039 |
| Ajuste a valor presente | (3.361.268) | | (3.649.399) | |
| Total | 4.442.381 | 3.708.720 | 6.961.243 | 6.654.926 |
| Circulante | 2.121.832 | 3.708.720 | 4.323.154 | 6.654.926 |
| Não Circulante | 2.320.549 | | 2.638.089 | |
| Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial (i) | 2.452.909 | 1.101.216 | 2.920.464 | 2.026.277 |
| Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial | 1.989.472 | 2.607.504 | 4.040.779 | 4.628.649 |
| Total | 4.442.381 | 3.708.720 | 6.961.243 | 6.654.926 |

(i) O aumento ocorrido nesta rubrica considera valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos da rubrica de provisão e serão pagos nos termos do PRJ.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em virtude da Homologação do PRJ, os empréstimos e financiamentos contratados pelas sociedades integrantes do Grupo Oi foram renovados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do PRJ, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação e contabilmente apresentados nos passivos circulante e não circulante.

Em 31 de julho de 2018, a Companhia e as demais sociedades do Grupo Oi concluíram a reestruturação da dívida financeira com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Oi naquela mesma data.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------|-------------|------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |

Vencimento
contratual

| | Consolidado | | | |
|-----------------------------|-------------|--------|---------|---------|
| | 2018 | | | 2017 |
| | Principal | Multas | Juros | Total |
| COFINS | 10.955 | 776 | 45.740 | 57.471 |
| Imposto de renda | 39.351 | 1.065 | 24.099 | 64.515 |
| PIS | 13.846 | | 13.966 | 27.812 |
| Contribuição social | 10.361 | 485 | 6.574 | 17.420 |
| INSS | 324 | 197 | 456 | 977 |
| PRT - Demais Débitos - RFB | 9.927 | 2.090 | 14.106 | 26.123 |
| PRT - Previdenciário - INSS | | | | 5.790 |
| PERT - Demais Débitos - RFB | | | | 2.959 |
| Outros | 507 | 377 | 4.508 | 5.392 |
| Total | 85.271 | 4.990 | 109.449 | 199.710 |

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

| | Controladora | Consolidado |
|-------------|--------------|-------------|
| 2019 | 49.682 | 55.881 |
| 2020 | 23.559 | 29.758 |
| 2021 | 23.559 | 29.758 |
| 2022 | 23.559 | 29.758 |
| 2023 | 23.559 | 29.758 |
| 2024 a 2025 | 19.633 | 24.797 |
| Total | 163.551 | 199.710 |

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

(i) Programa de Regularização Tributária - PRT

A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 (PRT), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrasse bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa.

A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a quitação de 76% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 476 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 150 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concretizados dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017.

Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôr de modo distinto.

Ressalta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 (PERT), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão.

(ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) a que se refere o artigo 3º, da Lei nº 13.496/2017.

Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial – com todos os custos a ela atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

21. PROVISÕES

Composição do saldo

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Natureza Tributárias | | | | |
| (i) ICMS | 307.263 | 279.993 | 435.546 | 425.280 |
| (ii) ISS | 72.082 | 67.292 | 75.120 | 72.125 |
| INSS (responsabilidade solidária, honorários e | | | | |
| (iii) verbais indenizatórios) | 6.557 | 4.577 | 22.658 | 19.959 |
| (iv) Demais ações | 20.006 | 7.611 | 32.889 | 15.005 |
| Total | 405.908 | 359.473 | 566.213 | 532.369 |
| Trabalhistas | | | | |
| (i) Horas extras | 210.596 | 129.866 | 409.330 | 389.381 |
| (ii) Indenizações | 72.243 | 43.512 | 140.987 | 135.943 |
| (iii) Adicionais diversos | 68.337 | 59.777 | 131.243 | 186.143 |
| (iv) Estabilidade / reintegração | 55.242 | 36.085 | 108.298 | 113.366 |
| (v) Complemento de aposentadoria | 26.890 | 18.227 | 50.008 | 55.823 |
| (vi) Diferenças salariais | 19.261 | 10.547 | 37.201 | 32.725 |

| | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Total | 4.442.381 | 3.708.720 | 6.961.243 | 6.654.926 |
| Circulante | 2.121.832 | 3.708.720 | 4.323.154 | 6.654.926 |
| Não Circulante | 2.320.549 | | 2.638.089 | |
| Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial (i) | 2.452.909 | 1.101.216 | 2.920.464 | 2.026.277 |
| Fornecedores não sujeitos à Recuperação Judicial | 1.989.472 | 2.607.504 | 4.040.779 | 4.628.649 |
| Total | 4.442.381 | 3.708.720 | 6.961.243 | 6.654.926 |

(i) O aumento ocorrido nesta rubrica considera valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos da rubrica de provisão e serão pagos nos termos do PRJ.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em virtude da Homologação do PRJ, os empréstimos e financiamentos contratados pelas sociedades integrantes do Grupo Oi foram novados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do PRJ, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação e contabilmente apresentados nos passivos circulante e não circulante.

Em 31 de julho de 2018, a Companhia e as demais sociedades do Grupo Oi concluíram a reestruturação da dívida financeira com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Oi naquela mesma data.

| | Controladora | | Consolidado | | Vencimento contratual | |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|-----------------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | Principal | Juros |
| Créditos com Garantia Real | 1.623.418 | 1.731.311 | 2.690.803 | 2.864.639 | | |
| BNDES | 1.623.418 | 1.731.311 | 2.690.803 | 2.864.639 | Mar/2024 a | |
| Reestruturação I | 9.056.273 | 8.870.158 | 9.198.234 | 9.011.412 | Fev/2033 | Mensal |
| Moeda nacional | 3.607.504 | 4.080.565 | 3.749.465 | 4.221.819 | | |
| Debêntures | 2.430.153 | 2.783.394 | 2.430.153 | 2.783.394 | Ago/2023 a | Semestral |
| Outros | 1.177.351 | 1.297.171 | 1.319.312 | 1.438.425 | Ago/2023 a | Semestral |
| Moeda estrangeira | 5.448.769 | 4.789.523 | 5.448.769 | 4.789.593 | Fev/2035 | Semestral |
| Instituição Financeira Moeda Nacional | | | 40.989 | 40.989 | Jan/2019 a | |
| Oferta Geral | 55.017 | 58.124 | 55.047 | 58.124 | Dez/2033 | Mensal |
| Moeda nacional | 55.017 | 58.124 | 55.047 | 58.124 | | |
| Mútuo e Debêntures com controladas | 8.266 | 4.360.442 | 7.008.650 | 10.474.975 | | |
| Subtotal | 10.742.974 | 15.020.035 | 18.993.723 | 22.450.139 | | |
| Custos de transação | (870) | (90.334) | (1.497) | (91.714) | | |
| Ajuste a valor justo (*) | (5.644.808) | | (12.588.211) | | | |
| Total | 5.097.296 | 14.929.701 | 6.404.015 | 22.358.425 | | |
| Circulante | | 11.045.059 | 12.722 | 13.013.574 | | |
| Não circulante | 5.097.296 | 3.884.642 | 6.391.293 | 9.344.851 | | |

(*) Calculado levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Instituições financeiras | 556 | 90.334 | 1.183 | 91.714 |
| Debêntures públicas | 314 | | 314 | |
| Total | 870 | 90.334 | 1.497 | 91.714 |
| Circulante | | 90.334 | | 91.714 |
| Não circulante | 870 | | 1.497 | |

Composição da dívida por moeda (Nota 3.2.1)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Reais | 3.284.576 | 9.734.220 | 4.448.659 | 10.348.266 |
| Euro | | | 142.323 | 6.814.678 |
| Dólar Norte-Americano | 1.812.720 | 5.195.481 | 1.813.033 | 5.195.481 |
| Total | 5.097.296 | 14.929.701 | 6.404.015 | 22.358.425 |

atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

21. PROVISÕES

Composição do saldo

| Natureza | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributárias | | | | |
| (i) ICMS | 307.263 | 279.993 | 435.546 | 425.280 |
| (ii) ISS | 72.082 | 67.292 | 75.120 | 72.125 |
| INSS (responsabilidade solidária, honorários e | | | | |
| (iii) verbas indenizatórias) | 6.557 | 4.577 | 22.658 | 19.959 |
| (iv) Demais ações | 20.006 | 7.611 | 32.889 | 15.005 |
| Total | 405.908 | 359.473 | 566.213 | 532.369 |
| Trabalhistas | | | | |
| (i) Horas extras | 210.596 | 129.866 | 409.330 | 389.381 |
| (ii) Indenizações | 72.243 | 43.512 | 140.987 | 135.943 |
| (iii) Adicionais diversos | 68.337 | 59.777 | 131.243 | 186.143 |
| (iv) Estabilidade / reintegração | 55.242 | 36.085 | 108.298 | 113.366 |
| (v) Complemento de aposentadoria | 26.890 | 18.227 | 50.008 | 55.823 |
| (vi) Diferenças salariais | 19.261 | 10.547 | 37.201 | 32.725 |
| (vii) Verbas rescisórias | 12.029 | 7.935 | 24.821 | 25.441 |
| (viii) Multas trabalhistas | 11.625 | 7.469 | 22.386 | 22.529 |
| (ix) Vínculo empregatício | 8.465 | 8.009 | 15.677 | 24.027 |
| Honorários advocatícios/periciais | 5.793 | 4.142 | 12.405 | 17.159 |
| (x) FGTS | 3.361 | 2.189 | 6.961 | 7.349 |
| (xi) Subsidiariedade | 407 | 236 | 754 | 661 |
| (xii) Demais ações | 20.113 | 16.742 | 38.597 | 54.243 |
| Total | 514.363 | 344.736 | 998.668 | 1.064.790 |
| Cíveis | | | | |
| (i) ANATEL | 368.929 | 1.933.108 | 427.737 | 2.019.380 |
| (ii) Juizado Especial | 28.709 | 52.789 | 83.336 | 130.898 |
| (iii) Demais ações | 334.318 | 351.553 | 431.298 | 482.329 |
| Total | 731.956 | 2.337.450 | 942.371 | 2.632.607 |
| Total das provisões | 1.652.227 | 3.041.659 | 2.507.252 | 4.229.766 |
| Circulante | 158.556 | 155.138 | 251.467 | 352.713 |
| Não circulante | 1.493.671 | 2.886.521 | 2.255.785 | 3.877.053 |

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

| | Consolidado | |
|--------------|-------------------|-------------------|
| | 2018 | 2017 |
| Tributária | 22.104.851 | 21.122.441 |
| Trabalhista | 538.128 | 535.990 |
| Cível | 1.029.961 | 836.935 |
| Total | 23.672.940 | 22.495.366 |

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

| | Controladora | | | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Tributárias | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldo em 01/01/2017 | 393.117 | 53.946 | 1.209.697 | 1.656.760 |
| Adições / Reversões | 14.730 | 137.415 | 4.356.170 | 4.508.315 |
| Atualização monetária | 27.037 | 187.940 | 69.943 | 284.920 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (i) | (75.411) | (34.565) | (113.972) | (223.948) |
| Ajuste a valor presente | | | (3.184.388) | (3.184.388) |
| Saldo em 2017 | 359.473 | 344.736 | 2.337.450 | 3.041.659 |
| Adições / Reversões (ii) | (40.229) | 121.181 | 35.117 | 116.069 |
| Atualização monetária (ii) | 83.960 | 163.868 | 39.003 | 286.831 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (i) | 2.704 | (115.422) | (1.679.614) | (1.792.332) |
| Saldo em 2018 | 405.908 | 514.363 | 731.956 | 1.652.227 |

continua

-☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

9. CONTAS A RECEBER

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Serviços faturados | 1.953.601 | 3.464.200 | 5.875.397 | 6.226.710 |
| Serviços a faturar | 294.468 | 304.391 | 534.727 | 303.067 |
| Aparelhos, acessórios e outros ativos | | | 560.497 | 624.138 |
| Subtotal¹ | 2.248.069 | 3.768.591 | 6.970.621 | 7.153.915 |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | (732.534) | (463.784) | (1.192.062) | (769.739) |
| Total | 1.515.535 | 3.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 |

¹ Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 25.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| A vencer | 1.573.051 | 2.869.523 | 5.159.675 | 5.117.642 |
| Vencidas até 60 dias | 241.367 | 383.547 | 495.451 | 683.800 |
| Vencidas de 61 a 90 dias | 53.012 | 57.076 | 101.892 | 107.383 |
| Vencidas de 91 a 120 dias | 52.431 | 42.809 | 106.483 | 96.964 |
| Vencidas de 121 a 150 dias | 35.096 | 59.688 | 84.788 | 100.230 |
| Vencidas acima de 150 dias | 293.112 | 355.948 | 1.022.332 | 1.047.896 |
| Total | 2.248.069 | 3.768.591 | 6.970.621 | 7.153.915 |

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------|------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Saldo em 01/01/2017 | | | (335.996) | (607.339) |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | | | (241.013) | (628.743) |
| Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis | | | 113.225 | 466.343 |
| Saldo em 2017¹ | | | (463.784) | (769.739) |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | | | (299.700) | (744.052) |
| Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis | | | 166.418 | 572.231 |
| Adoção CPC 48/IFRS 9 (*) | | | (135.468) | (250.502) |
| Saldo em 2018 | | | (732.534) | (1.192.062) |

(*) Impacto do reconhecimento inicial, em 1 de janeiro de 2018, do CPC 48/IFRS 9 em contrapartida a Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido.

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

| | Ativo | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributos correntes a recuperar | | | | |
| IR a recuperar (i) | 77.392 | 43.435 | 213.988 | 325.857 |
| CS a recuperar (i) | 9.668 | 10.065 | 87.647 | 115.129 |
| IRRF / CS - Impostos retidos na fonte (ii) | 110.487 | 91.814 | 158.375 | 206.140 |
| Total circulante | 197.547 | 145.314 | 460.010 | 647.126 |
| Tributos diferidos a recuperar | | | | |
| IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais ¹ | | | 23.050 | 23.050 |
| Total não circulante | | | 23.050 | 23.050 |

| | Passivo | | | |
|---|--------------|----------------|---------------|----------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributos correntes a recolher | | | | |
| IR a pagar | 522 | 2.958 | 13.245 | 408.536 |
| CS a pagar | 193 | 1.064 | 4.891 | 150.574 |
| Total circulante | 715 | 4.022 | 18.136 | 559.110 |
| Tributos diferidos a recolher | | | | |
| IR e CS sobre diferenças temporárias ¹ | | 419.861 | | 500.110 |
| Total não circulante | | 419.861 | | 500.110 |

¹ Vide quadro de movimentação abaixo

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Cíveis | 1.859.401 | 2.054.557 | 2.103.951 | 2.384.756 |
| Tributários | 1.211.877 | 1.165.242 | 1.536.168 | 1.904.919 |
| Trabalhistas | 395.992 | 766.508 | 613.421 | 963.724 |
| Subtotal: | 3.467.270 | 3.986.307 | 4.253.540 | 5.253.399 |
| Perda estimada (i) | (170.834) | (861.067) | (205.503) | (980.095) |
| Total | 3.296.436 | 3.125.240 | 4.048.037 | 4.273.304 |
| Circulante | 278.971 | 262.870 | 367.234 | 336.561 |
| Não circulante | 3.017.465 | 2.862.370 | 3.680.803 | 3.936.743 |

(i) Este valor representa a perda estimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos obtidos.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) | 368.515 | | 714.504 | |
| Publicidade e propaganda | 90.491 | 82.895 | 134.468 | 105.185 |
| Despesas antecipadas contratuais | 31.575 | | 31.575 | |
| Seguros | 19.543 | 16.770 | 26.407 | 35.765 |
| Fiança bancária | 21.933 | 36.309 | 24.849 | 38.087 |
| Outras | 8.025 | 1.773 | 42.419 | 26.452 |
| Total | 540.082 | 137.747 | 974.222 | 205.489 |
| Circulante | 370.342 | 131.123 | 565.179 | 188.747 |
| Não circulante | 169.740 | 6.624 | 409.043 | 16.742 |

14. INVESTIMENTOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------------------|------------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Participações avaliadas a: | | | | |
| Investimento em controladas | 12.394.745 | 7.951.175 | | |
| Negócios em conjunto | 75.611 | 84.306 | 31.488 | 42.346 |
| Investimento em coligadas | | | 44.123 | 42.115 |
| Custo de aquisição | 3.986 | 3.986 | 3.986 | 13.833 |
| Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas | 8.676 | 8.676 | 23.895 | 23.895 |
| Outros investimentos | 249 | 249 | 276 | 249 |
| Total | 12.483.267 | 8.048.392 | 103.768 | 122.438 |

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------------------|------|----------------|---------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Saldo em 01/01/2017 | 8.398.530 | | 121.580 | |
| Equivalência patrimonial (i) | (201.739) | | (1.091) | |
| Juros sobre capital próprio | (74.239) | | | |
| Dividendos | (700.099) | | | |
| Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo | 624.299 | | | |
| Outros | 1.640 | | 1.949 | |
| Saldo em 2017 | 8.048.392 | | 122.438 | |
| Equivalência patrimonial (i) | 6.704.655 | | (8.001) | |
| Equivalência reflexa em controladas | 146.384 | | | |
| Juros sobre capital próprio | (388.145) | | | |
| Dividendos | (998.867) | | | |
| Aumento de capital em controladas | 420.584 | | | |
| Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo | (66.661) | | | |
| Transferência de investimentos para passivo a descoberto | (420.584) | | | |
| Baixa de investimentos em controladas | (961.438) | | | |
| Redução de investimentos em coligadas | | | | (9.847) |
| Outros | (1.053) | | (822) | |
| Saldo em 2018 | 12.483.267 | | 103.768 | |

(i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa, principalmente, aos investimentos de negócios em conjunto e em coligadas (Nota 1).

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Impostos diferidos ativos com relação a:

| | Saldo em 2017 | Reconhecido no resultado IR/CS diferido | Adições/Compensações | Saldo em 2018 |
|--|---------------|---|----------------------|---------------|
| Diferenças temporárias | 38.561 | (7.713) | | 30.848 |
| Provisão para participação nos lucros | 584.675 | (146.998) | | 437.677 |
| Provisões | | | | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidações duvidosa | 511.500 | (309.191) | | 202.309 |
| Variações cambiais (i) | 334.040 | 105.513 | | 439.553 |
| Outras adições/exclusões temporárias | 266.417 | 234.759 | | 501.176 |
| Juros da dívida (i) | 544.610 | (544.610) | | 731.876 |
| Obrigação onerosa | | 731.876 | | 2.343.439 |
| Tributos diferidos sobre diferenças temporárias | 2.279.803 | 63.636 | 1.967 | 4.788.626 |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 7.132.065 |
| Total imposto diferido ativo | 4.538.773 | 2.591.325 | | |
| Tributos diferidos passivos | | | | |
| Diferenças temporárias e IR e CS (ii) | (419.861) | 41.010 | | (378.851) |
| Provisão para perda | (4.538.773) | (2.214.441) | | (6.753.214) |
| Total de tributos diferidos | (419.861) | 417.894 | 1.967 | |

Impostos diferidos ativos com relação a:

| | Saldo em 2017 | Reconhecido no resultado IR/CS diferido | Adições/Compensações | Saldo em 2018 |
|--|---------------|---|----------------------|---------------|
| Diferenças temporárias | 86.417 | (77.231) | | 9.186 |
| Provisões de tributos com exigibilidade suspensa | 79.956 | (3.567) | | 76.389 |
| Provisão para participação nos lucros | (829) | (235) | 1.731 | 667 |
| Provisão para fundos de pensão | 834.959 | (327.620) | | 507.339 |
| Provisões | | | | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidações duvidosa | 580.828 | (275.767) | | 305.061 |
| Variações cambiais (i) | 334.040 | 336.176 | | 670.216 |
| Outras adições/exclusões temporárias - Ativo | 485.686 | 136.567 | | 622.253 |
| Juros da dívida (i) | 544.610 | (544.610) | | 622.253 |
| Obrigação onerosa | | 1.110.801 | | 1.110.801 |
| Tributos diferidos sobre diferenças temporárias | 2.945.667 | 354.514 | 1.731 | 3.301.912 |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (ii) | 3.610.083 | 2.310.689 | 1.731 | 24.941 |
| Total imposto diferido ativo | 6.555.750 | 2.665.203 | 1.731 | 9.247.625 |
| Tributos diferidos passivos | | | | |
| Diferenças temporárias e IR e CS Passivo (iii) | (768.298) | (272.134) | | (1.040.432) |
| Provisão para perda | (6.287.562) | (1.896.581) | | (8.184.143) |
| Total de tributos diferidos | (500.110) | 496.488 | 1.731 | 24.941 |

(i) Em decorrência da novação das dívidas no âmbito da Homologação do PRJ, os créditos fiscais diferidos de juros e variação cambial sobre passivos financeiros foram desreconhecidos na data da novação em 5 de fevereiro. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de créditos fiscais sobre variações cambiais refere-se ao período subsequente a homologação do Plano.

(ii) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 17.487.390 e correspondem a R\$ 5.945.713 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 35.009 (2017 - R\$ 353.555) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

(iii) Referem-se principalmente aos efeitos tributários sobre diferenças temporárias relativos a variação cambial, atualização de depósitos judiciais.

11. OUTROS TRIBUTOS

| | Ativo | | Consolidado | |
|----------------------|---------|---------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| ICMS a recuperar (i) | 610.516 | 771.033 | 960.186 | 1.084.002 |
| PIS e COFINS | 56.258 | 75.456 | 115.679 | 127.623 |
| Outros | 42.708 | 46.316 | 62.993 | 39.074 |
| Total | 709.482 | 892.805 | 1.138.858 | 1.250.699 |
| Circulante | 336.608 | 576.991 | 570.292 | 808.330 |
| | 372.874 | 315.814 | 568.566 | 442.369 |

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

| Os principais dados relativos às participações diretas em controladas e Controladora | | | | | | | |
|--|--------------------------|---------------------------------------|---|---------------|------------------|-----------------|-------|
| 2018 | | | | | | | |
| Controladas e Negócios em conjunto | Patrimônio líquido | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | Qtde. milhares de Ações | | Participação - % | | |
| | | | Ordinárias | Preferenciais | Capital total | Capital votante | |
| Serede | (132.696) | 103.244 | 113.850.813 | | | 81,61 | 81,61 |
| Oi Móvel | 12.457.382 | 6.526.305 | 14.209.581 | | | 100 | 100 |
| BrT Call Center | (32.582) | (17.428) | 11.270 | 22.370 | | 100 | 100 |
| BrT Card | 917 | 350 | | | 7.499.999 | 100 | 100 |
| Dommo | (111) | (23) | 11.265 | 22.531 | | 100 | 100 |
| Hispamar | 224.568 | 18.457 | 113.213 | | | 19,04 | 19,04 |
| AIX | 15.389 | (11.931) | 298.563 | | | 50 | 50 |
| Controladora | | | | | | | |
| 2018 | | | | | | | |
| Controladas e Negócios em conjunto | Equivalência patrimonial | Valor do investimento | Provisão para patrimônio líquido negativo | | | | |
| Oi Internet | 121.917 | | | | | | |
| Serede | 84.107 | | | | | 108.294 | |
| Oi Móvel | 6.526.304 | 12.457.382 | | | | | |
| BrT Multimídia | 4.424 | | | | | 32.582 | |
| BrT Call Center | (17.428) | | | | | | |
| BrT Card | 350 | 917 | | | | | |
| Dommo | (23) | | | | | 111 | |
| Hispamar | 3.514 | 44.122 | | | | | |
| AIX | (10.858) | 31.488 | | | | | |
| Resultado não realizado com investidas | (7.652) | (63.553) | | | | | |
| Total | 6.704.655 | 12.470.356 | | | | 140.987 | |
| Controladora | | | | | | | |

e variação cambial sobre passivos financeiros foram desconhecidos na data da novação em 5 de fevereiro. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de créditos fiscais sobre variações cambiais refere-se ao período subsequente a homologação do Plano.

(ii) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 17.487.390 e correspondem a R\$ 5.945.713 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 35.009 (2017 - R\$ 353.555) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

(iii) Referem-se principalmente aos efeitos tributários sobre diferenças temporárias relativos à variação cambial, atualização de depósitos judiciais.

11. OUTROS TRIBUTOS

| | Ativo | | | |
|----------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| ICMS a recuperar (i) | 610.516 | 771.033 | 960.186 | 1.084.002 |
| PIS e COFINS | 56.258 | 75.456 | 115.679 | 127.623 |
| Outros | 42.708 | 46.316 | 62.993 | 39.074 |
| Total | 709.482 | 892.805 | 1.138.858 | 1.250.699 |
| Circulante | 336.608 | 576.991 | 570.292 | 808.330 |
| Não circulante | 372.874 | 315.814 | 568.566 | 442.369 |

| | Passivo | | | |
|-------------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (ii) | 350.570 | 363.289 | 455.494 | 853.874 |
| ICMS | 134.337 | 186.420 | 369.598 | 332.877 |
| PIS e COFINS (iii) | 77.067 | 56.431 | 211.524 | 152.755 |
| ISS | 103 | 307 | 50.452 | 42.830 |
| Outros (iv) | 50.120 | 35.567 | 118.202 | 184.252 |
| Total | 612.197 | 642.014 | 1.205.270 | 1.566.588 |
| Circulante | 267.190 | 286.287 | 799.549 | 738.438 |
| Não circulante | 345.007 | 355.727 | 405.721 | 828.150 |

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia, em litigioso com a sua controladora, Oi, e sua controlada Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(iii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

Ressalte-se que a Companhia, sua controlada Oi Móvel e junto com a sua controladora Oi, possuem ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional. Em março de 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Há ainda um terceiro processo da controlada Oi Móvel que se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

O montante total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2018, é de aproximadamente R\$ 1,58 bilhões consolidado. Em relação aos dois processos em que se obteve a decisão judicial final, os valores consolidados montam a aproximadamente R\$ 0,5 bilhão na ação ajuizada em litigioso com a Oi.

Para dar início à utilização desses créditos reconhecidos judicialmente para compensar débitos relativos a tributos federais vincendos, a Companhia vem realizando minuciosa análise objetivando quantificar tais créditos e adotando todas as medidas necessárias para habilitá-lo perante a Receita Federal.

(iv) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

| | | | |
|-----------------|------------------|------------------|----------------|
| Oi Móvel | (988.913) | 6.291.025 | 609.036 |
| BRT Multimídia | 32.408 | 265.285 | |
| BRT Call Center | (8.923) | | 15.154 |
| BRT Card | 445 | 7.972 | |
| Dommo | (15) | | 89 |
| Hisparmar | 2.955 | 41.960 | |
| AIX | (3.118) | 42.346 | |
| Total | (201.739) | 8.035.481 | 624.299 |

Informações financeiras resumidas

| Controladas e | | 2018 | | |
|----------------------|--|------------|-----------|------------|
| Negócios em conjunto | | Ativos | Passivos | Receitas |
| Serede | | 1.049.482 | 1.182.178 | 1.782.086 |
| Oi Móvel | | 20.762.257 | 8.304.875 | 10.612.114 |
| BRT Call Center | | 130.850 | 163.432 | 471.894 |
| BRT Card | | 1.046 | 129 | |
| Dommo | | 253 | 364 | |
| Hisparmar | | 394.693 | 170.125 | 298.776 |
| AIX | | 38.519 | 23.130 | 45.523 |

| Controladas e | | 2017 | | |
|----------------------|--|------------|------------|-----------|
| Negócios em conjunto | | Ativos | Passivos | Receitas |
| Oi Internet | | 2.630.342 | 1.243.448 | 2.470.551 |
| Serede | | 994.870 | 1.742.821 | 1.580.865 |
| Oi Móvel | | 22.229.105 | 15.938.081 | 9.148.125 |
| BRT Multimídia | | 631.323 | 366.038 | 159.343 |
| BRT Call Center | | 182.071 | 197.225 | 479.454 |
| BRT Card | | 10.464 | 2.492 | |
| Dommo | | 111 | 200 | |
| Hisparmar | | 389.786 | 173.646 | 274.719 |
| AIX | | 35.994 | 8.675 | 42.840 |

15. IMOBILIZADO

| | Controladora | | | | | |
|---|---------------------|--|---|--------------------|--------------------|---------------------|
| | Obras em andamento | Equipamentos de comunicação automática | Equipamentos de transmissão e outros ⁽ⁱ⁾ | Infraestrutura | Outros ativos | Total |
| Custo do imobilizado (valor bruto) | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2017 | 1.700.129 | 10.279.081 | 18.648.016 | 22.446.272 | 2.241.790 | 57.377.642 |
| Adições | 2.214.372 | 1.106 | 146.470 | 149.343 | 5.860 | 2.528.908 |
| Baixas | (71.627) | (1.095) | (1.039) | (630.319) | (3.262) | (707.342) |
| Transferências | (1535.898) | 15.274 | 597.700 | 691.496 | 102.476 | 128.952 |
| Saldo em 2017 | 2.306.976 | 10.294.366 | 19.391.147 | 22.656.792 | 2.350.126 | 59.199.208 |
| Adições | 2.126.983 | 487 | 152.019 | 229.344 | 567 | 2.199.801 |
| Baixas | (34.554) | | (1.650) | (499.680) | (956) | (536.840) |
| Transferências | (2.111.960) | 15.143 | 684.446 | 1.327.508 | 7.893 | 76.970 |
| Saldo em 2018 | 2.287.445 | 10.309.996 | 20.225.962 | 23.713.964 | 2.358.586 | 61.183.820 |
| Depreciação acumulada | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2017 | (9.940.144) | (14.588.362) | (17.785.928) | (1.709.695) | (1.480.932) | (45.505.061) |
| Despesas de depreciação | (122.734) | (740.757) | (727.936) | (41.065) | (189.004) | (1.821.496) |
| Baixas | 27 | 633 | 532.068 | | 3.124 | 535.852 |
| Transferências | | | (655) | (467) | (54.140) | 55.262 |
| Saldo em 2017 | (10.062.851) | (15.329.141) | (17.982.263) | (1.804.900) | (1.611.550) | (46.790.705) |
| Despesas de depreciação | (91.994) | (741.363) | (778.352) | (42.752) | (188.296) | (1.842.757) |
| Baixas | | 1.246 | 415.294 | | 866 | 417.406 |
| Transferências | (26) | (302) | 57 | | 83 | 188 |
| Saldo em 2018 | (10.154.871) | (16.069.560) | (18.345.264) | (1.847.569) | (1.798.792) | (48.216.056) |
| Imobilizado líquido | | | | | | |
| Saldo em 2017 | 2.306.976 | 231.515 | 4.062.006 | 4.674.529 | 545.226 | 12.408.503 |
| Saldo em 2018 | 2.287.445 | 155.125 | 4.156.402 | 5.368.700 | 511.017 | 12.967.764 |
| Taxa anual de depreciação (média) | | 10% | 12% | 10% | 9% | 15% |

⁽ⁱ⁾ Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2018. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

| Descrição | Taxa | |
|-------------------------|--------|----------------|
| | 2018 | Desvalorização |
| Cenário Provável | | |
| Dólar | 3,8748 | 0% |
| Euro | 4,4390 | 0% |
| Cenário Possível | | |
| Dólar | 4,8435 | 25% |
| Euro | 5,5488 | 25% |
| Cenário Remoto | | |
| Dólar | 5,8122 | 50% |
| Euro | 6,6585 | 50% |

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

| Descrição | Risco individual | 2018 | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Controladora | | | Consolidado | | |
| | | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| Dívidas em Dólar | Alta do Dólar | 5.448.769 | 6.810.961 | 8.173.153 | 5.448.769 | 6.810.961 | 8.173.153 |
| Caixa em Dólar | Queda do Dólar | (1.040) | (1.300) | (1.560) | (1.104) | (1.380) | (1.656) |
| Caixa em Euro | Queda do Euro | (558) | (697) | (837) | (558) | (697) | (837) |
| Ajuste a Valor Justo | Queda do Dólar | (3.635.493) | (4.544.366) | (5.453.239) | (3.635.493) | (4.544.366) | (5.453.239) |
| Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio | | 1.811.678 | 2.264.598 | 2.717.517 | 1.811.614 | 2.264.518 | 2.717.421 |
| Total (ganho) perda | | | 452.920 | 905.839 | | 452.904 | 905.807 |

(b) Risco de taxa de juros**Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de dezembro de 2018. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 70,3% (2017 - 92,1%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | | |
| Interconexão | (443.067) | (692.581) | (605.108) | (718.789) |
| Pessoal | (727.165) | (786.478) | (2.684.195) | (2.748.357) |
| Serviços de terceiros | (1.782.767) | (1.944.930) | (5.184.103) | (5.401.658) |
| Serviço de manutenção da rede | (1.682.354) | (1.760.109) | (800.234) | (924.910) |
| Custo de aparelhos e outros | | | (185.388) | (214.049) |
| Publicidade e propaganda | (137.895) | (163.567) | (312.231) | (335.303) |
| Aluguéis e seguros | (1.570.425) | (1.571.036) | (3.775.319) | (3.737.975) |
| Provisões / Reversões | (116.069) | (4.508.315) | (112.335) | (4.810.163) |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | (299.700) | (241.013) | (744.052) | (630.901) |
| Tributos e outras receitas (despesas) (i) | 5.074.765 | (71.175) | (3.905.219) | (1.476.094) |
| Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização | (1.684.677) | (11.739.204) | (18.308.184) | (20.998.219) |
| Depreciação e amortização | (1.984.292) | (2.002.421) | (4.032.781) | (3.959.232) |
| Total das despesas operacionais | (3.668.969) | (13.741.625) | (22.340.965) | (24.957.451) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos | 3.149.099 | (6.045.355) | (3.606.497) | (5.011.149) |
| Resultado financeiro: | | | | |
| Receitas financeiras | 6.989.160 | 3.873.029 | 15.567.265 | 4.874.435 |
| Despesas financeiras | (2.579.991) | (2.382.720) | (4.664.329) | (4.316.525) |
| Total do resultado financeiro | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.936 | 557.910 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| Imposto de renda e contribuição social | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.988.644 | (4.333.855) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.969.682 | (4.271.512) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores | | | 18.962 | (62.343) |
| Despesas operacionais por função: | | | | |
| Custos dos bens e/ou serviços vendidos | (6.587.959) | (6.882.689) | (13.383.202) | (13.310.415) |
| Despesas com vendas | (1.471.961) | (1.576.210) | (3.831.627) | (3.976.149) |
| Despesas gerais e administrativas | (656.700) | (814.918) | (1.809.054) | (2.175.965) |
| Outras receitas operacionais | 1.212.951 | 1.020.521 | 1.710.553 | 1.650.272 |
| Outras despesas operacionais | (2.869.955) | (5.286.590) | (5.019.734) | (7.144.103) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6.704.655 | (201.739) | (8.001) | (1.091) |
| Total das despesas operacionais | (3.668.969) | (13.741.625) | (22.340.965) | (24.957.451) |

(i) Em 2018, refere-se, substancialmente, a (i) reconhecimento de contrato oneroso de fornecimento de capacidade, no montante de R\$ 2.339.254 na controladora e R\$ 3.550.392 no consolidado e (ii) resultado de equivalência patrimonial, sendo uma receita de R\$ 6.704.655 na controladora e uma despesa de R\$ 8.001 no consolidado.

6. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas (i) | 196.962 | 112.742 | 7.205.483 | 589.144 |
| Ajuste a valor presente (ii) | 5.960.165 | 3.184.388 | 6.041.470 | 3.261.008 |
| Juros e variações monetárias sobre outros ativos | 228.719 | 494.348 | 334.455 | 610.934 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 69.732 | 68.746 | 186.342 | 297.328 |
| Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior | 215 | 81 | 1.656 | 550 |
| Reversão de juros e outras receitas (iii) | 533.367 | 12.724 | 1.797.859 | 115.471 |
| Total | 6.989.160 | 3.873.029 | 15.567.265 | 4.874.435 |
| Despesas financeiras e outros encargos | | | | |
| a) Despesas com empréstimos e financiamentos | | | | |

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de dezembro de 2018. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 70,3% (2017 - 92,1%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

| | Controladora | | | |
|----------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2018 | | 2017 | |
| | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Ativos financeiros | | | | |
| Equivalentes de caixa | 335.278 | 335.278 | 562.737 | 562.737 |
| Aplicações financeiras | 6.074 | 6.074 | | |
| Créditos com partes relacionadas | 19.161 | 19.161 | 1.186.125 | 1.186.125 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 3.977.950 | 3.977.950 | 14.929.701 | 14.929.701 |

| | Consolidado | | | |
|----------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2018 | | 2017 | |
| | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Ativos financeiros | | | | |
| Equivalentes de caixa | 2.564.173 | 2.564.173 | 2.775.319 | 2.775.319 |
| Aplicações financeiras | 43.323 | 43.323 | 91.127 | 91.127 |
| Créditos com partes relacionadas | 19.161 | 19.161 | 5.805.685 | 5.805.685 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 5.150.606 | 5.150.606 | 22.358.425 | 22.358.425 |

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. Cabe ressaltar, que a TJLP se manteve estável em 7,0% a.a. de 1 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março de 2018, 6,6% a.a. de abril a junho de 2018, 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018, voltando a sofrer elevação de outubro a dezembro de 2018, para 6,98% a.a. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação, para 7,03% a.a., vigente no período de janeiro a março de 2019.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

| 2018 | | | | | |
|----------------------------|------|------------------|------|----------------|-------|
| Cenários de taxas de juros | | | | | |
| Cenário provável | | Cenário possível | | Cenário remoto | |
| CDI | TJLP | CDI | TJLP | CDI | TJLP |
| 6,40 | 6,98 | 8,00 | 8,73 | 9,60 | 10,47 |

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

| Risco | 2018 | | | | | |
|-------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | Controladora | | | Consolidado | | |
| | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| Depreciação | | | | | | |

| | | | | |
|---|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Ajuste a valor presente (ii) | 5.960.165 | 3.184.388 | 6.041.470 | 3.261.008 |
| Juros e variações monetárias sobre outros ativos | 228.719 | 494.348 | 334.455 | 610.934 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 69.732 | 68.746 | 186.342 | 297.328 |
| Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior | 215 | 81 | 1.656 | 550 |
| Reversão de juros e outras receitas (iii) | 533.367 | 12.724 | 1.797.859 | 115.471 |
| Total | 6.989.160 | 3.873.029 | 15.567.265 | 4.874.435 |

Despesas financeiras e outros encargos

a) Despesas com empréstimos e financiamentos

| | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros | (783.810) | (67241) | (784.263) | (67.525) |
| Ajuste a valor presente | (315.357) | | (319.580) | |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas | (734.152) | (458.846) | (2.559.407) | (1.620.116) |
| Juros sobre debêntures (iv) | (102.446) | (4.886) | (102.446) | (4.886) |
| Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros | 644.881 | (669.331) | 677.171 | (844.389) |
| Sub-total: | (1.290.884) | (1.200.304) | (3.088.525) | (2.536.916) |

b) Outros encargos

| | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Juros e variações monetárias sobre outros passivos | (483.001) | (536.633) | (499.658) | (669.845) |
| Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários | (200.873) | (177.911) | (378.840) | (362.263) |
| Atualização monetária de provisões | (286.831) | (284.920) | (279.771) | (500.274) |
| Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii) | (24.016) | 25.154 | (24.732) | 24.234 |
| Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal | (5.647) | (6.598) | (7.412) | (9.558) |
| Outras despesas (v) | (288.739) | (201.508) | (385.391) | (261.903) |
| Sub-total: | (1.289.107) | (1.182.416) | (1.575.804) | (1.779.609) |
| Total | (2.579.991) | (2.382.720) | (4.664.329) | (4.316.525) |
| Resultado financeiro | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.936 | 557910 |

(i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo líquido no montante de R\$ 5.906 milhões, reversão de juros ativos no montante de R\$ 1.015 milhões, reversão de juros passivos no montante de R\$ 565 milhões e variação cambial de R\$ 838 milhões.

(ii) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da homologação do PRJ. Em 2017, refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ (Nota 21).

(iii) Representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior à Homologação do PRJ e outras receitas no montante de R\$ 910 milhões e ajuste a valor presente de fornecedores e oferta geral no montante de R\$ 624 milhões.

(iv) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ no montante de R\$ 964 milhões, despesas de juros sobre dívidas e debêntures novadas de R\$ 4 milhões.

(v) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias, financeiras e despesas associadas ao PRJ.

Z. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro | | | | |
| Tributos correntes | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) |
| Tributos diferidos | 417.894 | 409.386 | 496.488 | 847.677 |
| Total | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL | | | | |
| IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado | (2.569.811) | 1.548.716 | (2.480.789) | 1.514.101 |
| Equivalência patrimonial | 2.279.583 | (68.591) | (2.720) | (371) |
| Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio | (131.969) | (25.241) | | |
| Incentivos fiscais (basicamente, lucro de exploração) (i) | 20 | 450 | 2.958 | 13.435 |
| Exclusões (adições) permanentes (ii) | 3.048.032 | (403.801) | 5.067.632 | (459.857) |
| Provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii) | (2.214.441) | (767.999) | (1.896.581) | (947.330) |

| 2018 | | | | | |
|----------------------------|------|------------------|------|----------------|-------|
| Cenários de taxas de juros | | | | | |
| Cenário provável | | Cenário possível | | Cenário remoto | |
| CDI | TJLP | CDI | TJLP | CDI | TJLP |
| 6,40 | 6,98 | 8,00 | 8,73 | 9,60 | 10,47 |

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

| 2018 | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| Descrição | Risco | Controladora | | | Consolidado | | |
| | | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Remoto |
| | | | | | | | |
| Dividas em CDI | Alta do CDI | 1.721.241 | 2.243.470 | 2.803.530 | 1.788.974 | 2.331.754 | 2.913.853 |
| Dividas em TJLP | Alta da TJLP | 1.826.086 | 2.249.935 | 2.707.263 | 3.026.724 | 3.729.250 | 4.487.268 |
| Total Ativo/ Passivo | | | | | | | |
| atrelado a taxa de juros | | 3.547.327 | 4.493.405 | 5.510.793 | 4.815.698 | 6.061.004 | 7.401.121 |
| Total (ganho) perda | | 946.078 | 1.963.466 | | 1.245.306 | 2.585.423 | |

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 94,14 % das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Em virtude da Homologação do Plano, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram renovados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do Plano, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita bruta de vendas e/ou serviços (*) | 9.061.808 | 11.196.163 | 25.750.440 | 30.594.804 |
| Deduções da receita bruta | (2.243.740) | (3.499.893) | (7.015.972) | (10.648.502) |
| Tributos | (2.188.459) | (2.699.460) | (5.408.680) | (6.127.168) |
| Outras deduções (*) | (55.281) | (800.433) | (1.607.292) | (4.521.334) |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 |

(*) A Companhia simplificou o detalhamento de suas notas fiscais para seus clientes. A alteração no faturamento não impacta os tributos incidentes sobre as vendas e/ou serviços e nem a receita líquida.

| | | | | |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| sobre o lucro | | | | |
| Tributos correntes | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) |
| Tributos diferidos | 417.894 | 409.386 | 496.488 | 847.677 |
| Total | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado | (2.569.811) | 1.548.716 | (2.480.789) | 1.514.101 |
| Equivalência patrimonial | 2.279.583 | (68.591) | (2.720) | (371) |
| Eleito tributário dos juros sobre o capital próprio | (131.969) | (25.241) | | |
| Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i) | 20 | 450 | 2.958 | 13.435 |
| Exclusões (adições) permanentes (ii) | 3.048.032 | (403.801) | 5.067.632 | (459.657) |
| Provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii) | (2.214.441) | (767.999) | (1.896.581) | (947.330) |
| Eleitos de taxas de impostos diferenciadas (iv) | | 1.705 | | (794) |
| Eleito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |

(i) Refere-se basicamente ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusões e adições permanentes em 2018 e 2017 são: multas indevidáveis, ajuste a valor justo, retificadora de obrigação ANATEL e baixa de depreciação acelerada de anos anteriores.

(iii) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).

(iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Caixa e contas bancárias | 72.411 | 73.462 | 154.089 | 168.184 |
| Equivalentes de caixa | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.238 |
| Total | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Operações compromissadas | 177.062 | 520.679 | 1.862.894 | 2.692.168 |
| Títulos privados | 72.555 | | 526.794 | |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário | 85.660 | 42.017 | 173.241 | 81.093 |
| "Time Deposits" | 1.040 | 914 | 1.040 | 914 |
| Outros | 1 | 41 | 1.244 | 2.058 |
| Equivalentes de caixa | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.238 |

(b) Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Títulos privados | | | 33.494 | 84.729 |
| Títulos públicos | 6.074 | | 9.829 | 7.060 |
| Total | 6.074 | | 43.323 | 91.789 |
| Circulante | 6.074 | | 11.196 | 7.060 |
| Não circulante | | | 32.127 | 84.729 |

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

continua

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TELEMAR NORTE LESTE S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Senhores Acionistas, A Administração da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Perfil Corporativo e Desempenho Operacional:** A Telemar é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

PLANTA REGIÃO I
FIXA
BANDA LARGA
TV
Em milhares

| | 2018 | 2017 | Var.% |
|-------------|--------|--------|-------|
| FIXA | 11.276 | 12.170 | -7,3% |
| BANDA LARGA | 7.149 | 7.904 | -9,6% |
| TV | 3.073 | 3.258 | -5,7% |
| | 1.054 | 1.008 | 4,6% |

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2018 com 11,3 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7,4% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 52,7%, segundo a ANATEL (“”). Na Banda Larga encerramos 2018 com uma base de 3,1 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 5,7% em relação a 2017. A planta de TV da Oi fechou 2018 com 1,1 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 4,6% em relação a 2017. (*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2018.

Desempenho Econômico-Financeiro: A receita líquida consolidada foi de R\$ 18.734 milhões em 2018, um decréscimo de 6,1% em relação ao ano anterior. A Telemar registrou EBITDA positivo de R\$ 426 milhões em 2018, um acréscimo de 140,5% no comparativo com o exercício anterior, que teve o EBITDA negativo de R\$ 1.054. A Companhia encerrou 2018 com um lucro líquido de R\$ 7.989 milhões, representando um aumento no lucro da Companhia de 284,3% em relação ao prejuízo de 2017, que foi de R\$ 4.334. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa Companhia, especialmente, em 2018. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Companhia ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 |
| Aplicações financeiras | 8 | 6.074 | | 11.196 | 7.060 |
| Contas a receber | 9 | 1.515.535 | 3.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 |
| Estoques | 10 | 101.310 | 77.717 | 259.903 | 204.908 |
| Tributos correntes a recuperar | 10 | 197.547 | 145.314 | 460.010 | 647.126 |
| Outros tributos | 11 | 336.608 | 576.991 | 570.292 | 808.330 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 25 | 663.865 | 870.125 | 27.940 | |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 12 | 278.971 | 262.870 | 367.234 | 336.561 |
| Ativo relacionado aos fundos de pensão | 24 | | | 514 | 90 |
| Despesas antecipadas | 13 | 370.342 | 131.123 | 565.179 | 188.747 |
| Demais ativos | | 572.847 | 1.190.605 | 942.856 | 1.046.835 |
| | | 4.451.828 | 7.196.665 | 11.675.045 | 12.596.190 |
| Não circulante | | | | | |
| Aplicações financeiras | 8 | | | 32.127 | 84.729 |
| Ativo financeiro a valor justo | 3.1 (i) | 65.182 | 89.198 | 65.182 | 89.198 |
| Créditos com partes relacionadas | 25 | 19.161 | 861.822 | 19.161 | 5.481.382 |
| Tributos diferidos a recuperar | 10 | | | 23.050 | |
| Outros tributos | 11 | 372.874 | 315.814 | 568.566 | 442.369 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 14 | 3.017.465 | 2.862.370 | 3.680.803 | 3.936.743 |
| Ativo relacionado aos fundos de pensão | 24 | | | 3.774 | |
| Despesas antecipadas | 13 | 169.740 | 6.624 | 409.043 | 16.742 |
| Demais ativos | | 232.852 | 232.416 | 240.889 | 242.777 |
| Investimentos | 14 | 12.483.267 | 8.048.392 | 103.768 | 122.438 |
| Imobilizado | 15 | 12.967.764 | 12.408.503 | 22.102.730 | 21.007.535 |
| Intangível | 16 | 125.012 | 265.326 | 1.878.405 | 2.200.146 |
| | | 29.453.317 | 25.090.465 | 29.123.724 | 33.627.833 |
| Total do ativo | | 33.905.145 | 32.287.130 | 40.798.769 | 46.224.023 |
| Passivo e Patrimônio Líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 17 | 1.989.472 | 2.607.504 | 4.040.779 | 4.628.649 |
| Fornecedores - Sujeitos ao PPLJ | 17 | 132.360 | 1.101.216 | 282.375 | 2.026.277 |
| Salários, encargos sociais e benefícios | 25 | 256.637 | 322.675 | 749.204 | 746.073 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | | 11.045.059 | 12.722 | 13.013.574 |
| Tributos correntes a recolher | 10 | 715 | 4.022 | 18.136 | 559.110 |
| Outros tributos | 11 | 267.190 | 286.287 | 799.549 | 738.438 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 25 | 820.665 | 849.136 | 1.093 | 849.136 |
| Autorizações e concessões a pagar | 19 | 33.163 | | 62.693 | 20.306 |
| Programa de refinanciamento fiscal | 20 | 49.682 | 115.114 | 55.881 | 131.660 |
| Provisões para fundos de pensão | 24 | | | | 55 |
| Provisões | 21 | 158.556 | 155.138 | 251.467 | 352.713 |
| Demais obrigações | 22 | 571.212 | 435.066 | 1.390.741 | 1.446.799 |
| | | 4.279.652 | 16.921.217 | 7.664.640 | 24.512.790 |
| Não circulante | | | | | |
| Fornecedores - Sujeitos ao PPLJ | 17 | 2.329.549 | | 2.638.089 | |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 5.097.296 | 3.884.642 | 6.391.293 | 9.344.851 |
| Tributos diferidos a recolher | 10 | | 419.861 | | 500.110 |
| Outros tributos | 11 | 345.007 | 355.727 | 405.721 | 828.150 |
| Autorizações e concessões a pagar | 19 | | | | 604 |
| Programa de refinanciamento fiscal | 20 | 113.869 | 223.046 | 143.829 | 260.649 |
| Provisões | 21 | 1.493.671 | 2.886.521 | 2.255.785 | 3.877.053 |
| Demais obrigações | 22 | 3.183.969 | 1.780.514 | 4.251.516 | 1.222.780 |
| | | 12.554.361 | 9.550.311 | 16.086.233 | 16.034.527 |
| Patrimônio líquido | 23 | | | | |
| Capital social | | 14.661.092 | 11.661.092 | 14.661.092 | 11.661.092 |
| Reservas de capital | | 255.807 | 255.807 | 255.807 | 255.807 |
| Reservas de lucro | | 2.238.916 | | 2.238.916 | |
| Agio em transações de capital e variações de percentagem de participações | | (90.980) | (90.980) | (90.980) | (90.980) |
| Outros resultados abrangentes | | 6.297 | 8.568 | 6.297 | 8.568 |
| Prejuízos acumulados | | (6.018.885) | (6.018.885) | (6.018.885) | (6.018.885) |
| Participação dos não controladores | 23 | 17.071.132 | 5.815.602 | 17.071.132 | 5.815.602 |
| Total do patrimônio líquido | | 17.071.132 | 5.815.602 | 17.071.132 | 5.815.602 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 33.905.145 | 32.287.130 | 40.798.769 | 46.224.023 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 4 | 6.818.058 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | 5 | (6.587.959) | (6.882.689) | (13.383.202) | (13.310.415) |
| Lucro bruto | | 230.109 | 813.581 | 5.351.266 | 6.635.887 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 14 | 6.704.655 | (201.739) | (8.091) | (1.091) |
| Despesas com vendas | 5 | (1.471.961) | (1.576.210) | (3.831.627) | (3.976.149) |
| Despesas gerais e administrativas | 5 | (656.700) | (814.918) | (1.809.054) | (2.175.965) |
| Outras receitas operacionais | 5 | 1.212.951 | 1.020.521 | 1.710.653 | 1.650.272 |
| Outras despesas operacionais | 5 | (2.869.955) | (5.286.590) | (5.019.734) | (7.144.103) |
| | | 2.918.990 | (6.858.936) | (8.957.763) | (11.647.036) |
| Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos | | 3.149.099 | (6.045.355) | (3.606.497) | (5.011.149) |
| Receitas financeiras | 6 | 6.989.160 | 3.873.029 | 15.567.265 | 4.874.435 |
| Despesas financeiras | 6 | (2.579.991) | (2.382.720) | (4.664.329) | (4.316.525) |
| Resultado financeiro | 6 | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.936 | 55.7910 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | 7 | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) |
| Diferido | 7 | 417.894 | 409.386 | 496.488 | 847.677 |
| | | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.988.644 | (4.333.855) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos controladores | | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.969.682 | (4.271.512) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos não controladores | | | | 18.962 | (62.343) |
| Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$) | 23(f) | 23,13 | (12,40) | 23,13 | (12,40) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.988.644 | (4.333.855) |
| Perda atuarial reflexa | (920) | (356) | (1.394) | (356) |
| Variação de participação de investimentos | (1.351) | 1.949 | (1.351) | 1.949 |
| Resultado abrangente antes dos impostos | 7.967.411 | (4.269.919) | 7.985.899 | (4.332.262) |
| Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes: | | | | |
| Perda atuarial reflexa | | 121 | 474 | 121 |
| Total do resultado abrangente do exercício | 7.967.411 | (4.269.798) | 7.986.373 | (4.332.141) |
| Resultado abrangente atribuído ao controlador | 7.967.411 | (4.269.798) | 7.967.411 | (4.269.798) |
| Resultado abrangente atribuído ao não controlador | | | 18.962 | (62.343) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Atividades operacionais | | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| Item de resultado que não afeta o caixa | | | | |
| Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias e cambiais | (748.793) | 808.952 | 667.239 | 1.403.950 |
| Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos | (4.684.296) | | (11.627.700) | |
| Ajuste a valor justo de outros passivos | (1.186.677) | (3.184.388) | (283.331) | (3.261.008) |
| Depreciação e amortização | 1.984.292 | 2.002.421 | 4.032.781 | 3.959.232 |
| Obrigações onerosas | 2.339.254 | | 3.550.392 | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 299.700 | 241.013 | 744.052 | 630.901 |
| Provisões | 116.069 | 4.508.315 | 112.336 | 4.810.183 |
| Equivalência patrimonial | (6.704.655) | 201.739 | 8.001 | 1.091 |
| Perda na baixa de ativo permanente | 119.434 | 171.490 | 133.073 | 184.721 |
| Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL | 33.163 | 43.414 | 45.408 | 59.675 |
| Participação de empregados e administradores | 79.053 | 107.496 | 193.595 | 236.412 |
| Atualização monetária de provisões | 286.831 | 284.520 | 279.771 | 500.274 |
| Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal | 5.647 | 6.598 | 7.412 | 9.558 |
| Outros | (315.062) | 153.410 | (134.318) | 232.862 |
| | 182.268 | 790.334 | 5.025.149 | 4.314.612 |
| Mutações patrimoniais | | | | |
| Contas a receber | 1.349.337 | (183.725) | 591.263 | (201.991) |
| Estoques | (15.837) | (46.531) | (39.397) | 108.672 |
| Tributos | 94.083 | 520.854 | 18.465 | 107.245 |
| Aplicações financeiras mantidas para negociação | (99.157) | (4.105) | (654.910) | (536.660) |
| Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação | 93.618 | 4.718 | 711.465 | 727.304 |
| Fornecedores | (863.455) | 175.461 | (1.576.709) | 42.917 |
| Salários, encargos sociais e benefícios | (145.131) | 20.495 | (190.464) | (46.674) |
| Provisões | (133.177) | (149.725) | (298.154) | (331.174) |
| Outras contas ativas e passivas | 173.189 | (75.500) | (480.223) | 14.984 |
| | 453.470 | 261.942 | (1.906.664) | (115.377) |
| Encargos financeiros pagos - Dívida | (75.777) | | (76.781) | (1.093) |
| Encargos financeiros pagos - Outros | (13.632) | (90.621) | (15.297) | (75.836) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa | (6.427) | (47.679) | (690.681) | (266.161) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros | (138.593) | (126.152) | (188.445) | (192.736) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | 699.896 | 1.060.076 | | |
| | 466.467 | 795.624 | (771.184) | (535.826) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 1.102.205 | 1.847.900 | 2.347.301 | 3.663.409 |
| Atividades de investimentos | | | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | (2.331.902) | (1.948.973) | (4.457.094) | (3.568.085) |
| Créditos com partes relacionadas - Recebimentos | 20.827 | | 20.963 | 963 |
| Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível | 7.381 | 48 | 23.681 | 11 |
| Depósitos e bloqueios judiciais | (96.016) | (95.221) | (399.004) | (178.013) |
| Resgates de depósitos e bloqueios judiciais | 151.074 | 99.687 | 338.904 | 166.613 |
| Aumento/Redução dos investimentos permanentes | | | (27) | |
| | (158.685) | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | (2.407.321) | (1.944.459) | (4.472.577) | (3.578.511) |
| Atividades de financiamentos | | | | |
| Captações líquidas de custos | 33.508 | 55.442 | 44.364 | 45.569 |
| Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing | (820.839) | | | (31.031) |
| Autorizações e concessões | | (66.915) | (1.492) | (68.405) |
| Programa de refinanciamento fiscal | (100.192) | (71.425) | (108.407) | (103.339) |
| Aumento de capital | 1.964.042 | | 1.964.042 | |
| Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio | (2) | (9) | (2) | (9) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | 1.076.517 | (82.907) | 1.898.505 | (157.215) |
| Variação cambial sobre equivalentes de caixa | 215 | 81 | 1.656 | 565 |
| Fluxo de caixa do exercício | (228.384) | (179.385) | (225.115) | (71.752) |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Saldo final | 408.729 | 637.313 | 2.719.302 | 2.944.417 |
| Saldo inicial | 637.113 | 816.498 | 2.944.417 | 3.016.169 |
| Variação no exercício | (228.384) | (179.385) | (225.115) | (71.752) |

CNPJ 33.000.118/0001-79

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continue—☆

[illegible]

CNPJ 33.000.118/0001-79

| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
|-----|--------|----------|--------|----------|
| ... | ... | ... | ... | ... |

no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, e registrada mensalmente no resultado.

continua—☆

continue—☆



TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

trações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: i) Levantamento dos contratos; ii) Abordagem de transição; iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; iv) Avaliação da taxa de desconto e prazo estimado; v) Impactos na adoção inicial. Transição: A Companhia planeja adotar a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo representação de informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento sob o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluirá contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos inerentes à mensuração do direito de uso. Ignorância: A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Impactos: Em 1 de janeiro de 2019, a Administração da Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão impactos relevantes a serem reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em suas demonstrações financeiras, sendo que ao valor presente tais impactos foram estimados entre R\$ 6,2 e R\$ 8,0 bilhões nas demonstrações contábeis consolidadas. Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico). 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS: 3.1. Mensuração do valor justo: O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação no mercado ativo e passivo. O CPC 46 / IFRS 13 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "inputs" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia: Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, dados de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia e suas controladas procederão a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da novação desses passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente. Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são resumidos como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-------------|----------------|-------------|
| | Mensuração contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | |
| Caixa e contas bancárias | Valor justo | 72.411 | 72.411 | 154.089 |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 336.318 | 336.318 | 2.565.213 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | 6.074 | 6.074 | 43.323 |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 15.155.535 | 15.155.535 | 5.778.559 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 19.161 | 19.161 | 19.161 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 663.869 | 663.869 | |
| Ativo financeiro a valor justo (ii) | Valor justo | 65.182 | 65.182 | 65.182 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 4.442.381 | 4.442.381 | 6.961.243 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | Custo amortizado | 3.986.216 | 3.986.216 | 5.292.935 |
| Debêntures | Custo amortizado | 1.111.080 | 1.111.080 | 1.111.080 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 820.665 | 820.665 | 1.093 |
| Autorizações e concessões a pagar (iv) | Custo amortizado | 33.163 | 33.163 | 62.693 |
| Programa de refinanciamento fiscal (iv) | Custo amortizado | 163.551 | 163.551 | 199.710 |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Mensuração contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Ativo | | | | |
| Caixa e contas bancárias | Valor justo | 73.462 | 73.462 | 168.184 |
| Equivalentes de caixa | Valor justo | 563.651 | 563.651 | 2.776.233 |
| Aplicações financeiras | Valor justo | 91.789 | 91.789 | |
| Contas a receber (i) | Custo amortizado | 3.304.807 | 3.304.807 | 6.384.176 |
| Créditos com partes relacionadas | Custo amortizado | 1.186.125 | 1.186.125 | 5.805.685 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 870.125 | 870.125 | 27.940 |
| Ativo financeiro a valor justo (ii) | Valor justo | 89.198 | 89.198 | 89.198 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores (i) | Custo amortizado | 3.708.720 | 3.708.720 | 6.654.962 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (iii) | Custo amortizado | 14.871.577 | 14.871.577 | 22.300.301 |
| Debêntures | Custo amortizado | 58.124 | 58.124 | 58.124 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | Custo amortizado | 849.136 | 849.136 | 849.136 |
| Autorizações e concessões a pagar (iv) | Custo amortizado | 20.910 | 20.910 | 20.910 |
| Programa de refinanciamento fiscal (iv) | Custo amortizado | 338.160 | 338.160 | 392.309 |

Em virtude do Plano aprovado, os empréstimos e financiamentos encontram-se em condições de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1. Desta forma, para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018: (i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do PRJ, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, têm seus créditos recebíveis até 20 dias úteis, após a data de escolha por esta modalidade de pagamento. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais para os quais foram realizados ajustes a valor presente. (ii) Corresponde a 10% de participação acionária na Anual SGRS S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Fluval no montante de R\$ 2016 (2017 - R\$ 154), sendo o montante de liquidez de tributos de R\$ 15.850 (2017 - R\$ 16.602). (iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com Garantia Real ("BNDES") e Créditos Quirográficos ("Bancos Locais e ECAs"), correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. No ano-calendário de 2018, alguns dos passivos registrados foram contabilizados pelo seu valor justo, de acordo com os termos e condições do PRJ. (iv) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem o risco de crédito e não são passíveis de ajustes de valor justo. O nívelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são detalhados abaixo:

Hierarquia de valor justo

Controladora

Consolidado

Ativos

Caixa e contas bancárias

Equivalentes de caixa

Aplicações financeiras

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A Companhia e suas controladas procederão a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber: (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares") e em Euros. Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de dias em circulação. Para os demais instrumentos, a Companhia utiliza a metodologia de avaliação de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando não, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte. (b) Instrumentos financeiros derivativos: Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes. Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira nesta data, não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge" registradas em outros resultados abrangentes. 3.2. Administração do risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, incluindo: risco de mercado (incluindo: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos. O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia e de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo OI. Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatos de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com a política de "Hedge", a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros. 3.2.1. Risco de mercado: (a) Risco de taxa de câmbio: Ativos financeiros: A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de

dezembro de 2018, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 28,9% (2017 - 40,0%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 18) | 1.812.720 | 1.812.720 | 5.195.481 | 4.932.287 |

Análise de sensibilidade de risco cambial: Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2018. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

| Descrição | Taxa | | Desvalorização | |
|------------------|--------|------|----------------|------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Cenário Provável | | | | |
| Dólar | 3,8748 | 0% | | |
| Euro | 4,4390 | 0% | | |
| Cenário Possível | | | | |
| Dólar | 4,8435 | 25% | | |
| Euro | 5,5488 | 25% | | |
| Cenário Remoto | | | | |
| Dólar | 5,8122 | 50% | | |
| Euro | 6,6585 | 50% | | |

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Provável | Cenário Possível |
| Dívidas em Dólar | 5.448.769 | 6.810.961 | 5.448.769 | 6.810.961 |
| Caixa em Dólar | (1.300) | (1.560) | (1.104) | (1.656) |
| Caixa em Euro | (558) | (697) | (558) | (697) |
| Ajuste a Valor Justo | (3.635.493) | (5.453.239) | (3.635.493) | (5.453.239) |
| Total Ativo Passivo | 1.811.678 | 2.264.598 | 1.811.678 | 2.264.598 |
| Total (ganho) perda | 452.920 | 905.839 | 452.920 | 905.839 |

(b) Risco de taxa de juros: Ativos financeiros: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrência queda nestas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de dezembro de 2018. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 70,3% (2017 - 92,1%) da dívida concedida pela Companhia e suas controladas, a exposição mais relevante à taxa de juros para o encerramento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros. Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Ativos financeiros | | | | |
| Equivalentes de caixa | 335.278 | 335.278 | 562.737 | 562.737 |
| Aplicações financeiras | 6.074 | 6.074 | 1.186.125 | 1.186.125 |
| Créditos com partes relacionadas | 19.161 | 19.161 | 1.186.125 | 1.186.125 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 3.977.950 | 3.977.950 | 14.929.701 | 14.929.701 |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Ativos financeiros | | | | |
| Equivalentes de caixa | 2.564.173 | 2.564.173 | 2.775.319 | 2.775.319 |
| Aplicações financeiras | 43.323 | 43.323 | 91.127 | 91.127 |
| Créditos com partes relacionadas | 19.161 | 19.161 | 5.805.685 | 5.805.685 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 5.150.696 | 5.150.696 | 22.358.425 | 22.358.425 |

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. Cabe ressaltar, que a TJLP se manteve estável em 70% a.a. de 1 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa viria sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março de 2018, 6,6% a.a. de abril a junho de 2018, 6,55% a.a. de julho a setembro de 2018, voltando a sofrer elevação de outubro a dezembro de 2018, para 6,98% a.a. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação, para 7,03% a.a., vigente no período de janeiro a março de 2019. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

| Cenário provável | Cenários de taxas de juros | | Cenário remoto | |
|------------------|----------------------------|------|----------------|-------|
| | CDI | TJLP | CDI | TJLP |
| 6,40 | 6,98 | 8,00 | 8,73 | 9,60 |
| | | | | 10,47 |

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | Cenário Provável | Cenário Possível | Cenário Provável | Cenário Remoto |
| Dívidas em CDI | 1.721.241 | 2.243.470 | 1.788.974 | 2.331.754 |
| Dívidas em TJLP | 1.826.086 | 2.249.935 | 2.707.263 | 3.729.250 |
| Total Ativo Passivo | 3.547.327 | 4.493.405 | 4.496.237 | 6.061.004 |
| Ativo a taxa de juros | 940.078 | 1.963.466 | 1.245.306 | 2.585.423 |

3.2.2. Risco de crédito: A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventual perda nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 94,14% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano. 3.2.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede. Em virtude da Homologação do Plano, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram renovados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do Plano, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------------|-------------|--------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita bruta de vendas e/ou serviços (*) | 9.061.808 | 11.196.163 | 25.750.440 | 30.594.804 |
| Deduções da receita bruta | (2.243.740) | (3.499.893) | (7.015.372) | (10.648.502) |
| Tributos | (2.188.459) | (2.699.460) | (5.408.620) | (8.127.168) |
| Outras deduções (**) | (55.281) | (800.433) | (1.607.292) | (4.521.334) |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 |

(*) A Companhia simplificou o detalhamento de suas notas fiscais para seus clientes. A alteração no faturamento não impacta os tributos incidentes sobre as vendas e/ou serviços e nem a receita líquida.

5. RESULTADOS POR NATUREZA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas de vendas e/ou serviços | 6.818.068 | 7.696.270 | 18.734.468 | 19.946.302 |
| Despesas (despesas) operacionais: | | | | |
| Intercâmbio | (443.067) | (692.581) | (605.108) | (718.789) |
| Pessoal | (727.165) | (786.478) | (2.684.195) | (2.748.357) |
| Serviços de terceiros | (1.782.767) | (1.944.930) | (5.184.103) | (5.041.658) |
| Serviço de manutenção da rede | (1.682.354) | (1.760.109) | (800.234) | (924.101) |
| Custo de aquisição e outros | (137.895) | (163.567) | (185.389) | (214.049) |
| Publicidade e propaganda | (157.042) | (157.036) | (373.319) | (3.737.975) |
| Aluguéis e seguros | (116.069) | (4.508.315) | (112.335) | (4.181.183) |
| Provisões e Reversões | (299.700) | (241.013) | (744.052) | (630.901) |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação | 5.074.765 | (71.175) | (3.905.219) | (1.476.094) |
| Tributos e outras receitas (despesas) (i) | | | | |

continua ->

--> continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização | (1.684.677) | (11.739.204) | (18.308.184) | (20.998.219) |
| Depreciação e amortização | (1.984.292) | (2.002.421) | (4.032.781) | (3.959.232) |
| Total das despesas operacionais | (3.668.969) | (13.741.625) | (22.340.965) | (24.957.451) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos | 3.149.099 | (6.045.355) | (3.606.497) | (5.011.149) |
| Resultado financeiro: | | | | |
| Receitas financeiras | 6.989.160 | 3.873.029 | 15.567.265 | 4.874.435 |
| Despesas financeiras (iv) | (2.579.991) | (2.382.720) | (4.664.329) | (4.316.525) |
| Total do resultado financeiro | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.936 | 557.910 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| Imposto de renda e contribuição social | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.988.644 | (4.333.855) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores | 7.969.682 | (4.271.512) | 7.969.682 | (4.271.512) |
| Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores | | | 18.962 | (62.343) |
| Despesas operacionais por função: | | | | |
| Custos dos bens e/ou serviços vendidos | (6.587.959) | (6.882.689) | (13.383.202) | (13.310.415) |
| Despesas com vendas | (1.471.961) | (1.576.210) | (3.831.627) | (3.976.149) |
| Despesas gerais e administrativas | (656.700) | (814.918) | (1.809.054) | (2.175.965) |
| Outras receitas operacionais | (1.212.951) | 1.022.841 | 1.710.506 | 1.650.272 |
| Outras despesas operacionais | (2.869.955) | (5.286.590) | (5.019.734) | (7.144.103) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6.704.655 | (201.739) | (8.001) | (1.091) |
| Total das despesas operacionais | (3.668.969) | (13.741.625) | (22.340.965) | (24.957.451) |

(i) Em 2018, refere-se, substancialmente, a (i) reconhecimento de contrato oneroso de fornecimento de capacidade, no montante de R\$ 2.339.254 na controladora e R\$ 3.550.392 no consolidado e (ii) resultado de equivalência patrimonial, sendo uma receita de R\$ 6.704.655 na controladora e uma despesa de R\$ 8.001 no consolidado.

6. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas (i) | 196.962 | 112.742 | 7.205.483 | 589.144 |
| Ajuste a valor presente (ii) | 5.960.165 | 3.184.386 | 6.044.470 | 3.261.008 |
| Juros e variações monetárias sobre outros ativos | 228.719 | 494.348 | 334.455 | 610.934 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 69.732 | 68.746 | 186.342 | 297.328 |
| Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior | 215 | 81 | 1.656 | 550 |
| Reversão de juros e outras receitas (iii) | 533.367 | 12.724 | 1.797.859 | 115.471 |
| Total | 6.989.160 | 3.873.029 | 15.567.265 | 4.874.435 |
| Despesas financeiras e outros encargos | | | | |
| a) Despesas com empréstimos e financiamentos | | | | |
| Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros | (783.810) | (67.241) | (784.263) | (67.525) |
| Ajuste a valor presente | (315.357) | | (315.580) | |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas | (734.152) | (458.846) | (2.559.407) | (1.620.116) |
| Juros sobre debêntures | (102.446) | | (102.446) | (4.886) |
| Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros | 644.881 | (669.331) | 677.171 | (844.389) |
| Sub-total: | (1.290.884) | (1.200.304) | (3.088.525) | (2.536.916) |
| b) Outros encargos | | | | |
| Juros e variações monetárias sobre outros passivos | (483.001) | (536.633) | (499.658) | (669.845) |
| Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários | (200.873) | (177.911) | (378.840) | (362.263) |
| Atualização monetária de provisões | (286.831) | (284.920) | (279.771) | (500.274) |
| Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (iv) | (24.016) | 25.154 | (24.732) | 24.234 |
| Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal | (5.647) | (6.598) | (7.412) | (9.558) |
| Outras despesas (v) | (298.739) | (201.506) | (385.391) | (261.903) |
| Sub-total: | (1.286.107) | (1.162.416) | (1.775.804) | (1.779.589) |
| Total | (2.579.991) | (2.382.720) | (4.864.329) | (4.316.525) |
| Resultado financeiro | 4.409.169 | 1.490.309 | 10.902.936 | 557.910 |

(i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo líquido no montante de R\$ 5.906 milhões, reversão de juros ativos no montante de R\$ 1.015 milhões, reversão de juros passivos no montante de R\$ 565 milhões e variação cambial de R\$ 838 milhões. (ii) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrentes dos efeitos da homologação do PRJ. Em 2017, refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ (Nota 21). (iii) Representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRL, atualizadas no período anterior a homologação do PRJ e outras receitas no montante de R\$ 910 milhões e ajuste a valor presente de fornecedores e dívida geral no montante de R\$ 824 milhões. (iv) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRL no montante de R\$ 964 milhões, despesas de juros sobre dívidas e debêntures novas de R\$ 4 milhões. (v) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias, financeiras e despesas associadas ao PRL. 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO: Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, a alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro | | | | |
| Tributos correntes | (6.480) | (125.852) | 195.717 | (728.293) |
| Tributos diferidos | 417.894 | 409.386 | 496.488 | 847.677 |
| Total | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL | 7.558.268 | (4.555.046) | 7.296.439 | (4.453.239) |
| IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado | (2.569.811) | 1.548.716 | (2.480.789) | 1.514.101 |
| Equivalência patrimonial | 2.279.583 | (68.591) | | (371) |
| Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio | (13.969) | (25.241) | | |
| Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i) | 20 | 450 | 2.958 | 13.435 |
| Exclusões (adições) permanentes (ii) | 3.048.032 | (403.801) | 5.067.632 | (459.657) |
| Provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii) | (2.214.441) | (767.999) | (1.896.581) | (947.330) |
| Efeitos de taxas de impostos diferenciadas (iv) | | | 1.705 | (794) |
| Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado | 411.414 | 283.534 | 692.205 | 119.384 |

(i) Refere-se basicamente ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controladora Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007 (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusões e adições permanentes em 2018 e 2017 são: multas indevidáveis, ajuste a valor justo, retificação de obrigação ANATEL e baixa de depreciação acelerada de anos anteriores. (iii) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10). (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior. 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Caixa e contas bancárias | 72.411 | 73.462 | 154.089 | 168.184 |
| Equivalentes de caixa | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.233 |
| Total | 408.729 | 637.113 | 2.719.302 | 2.944.417 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Operações compromissadas | 177.062 | 520.679 | 1.862.894 | 2.692.168 |
| Títulos privados | 72.555 | | 526.794 | |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário | 85.660 | 42.017 | 173.241 | 81.093 |
| "Time Deposits" | 1.040 | 914 | 1.040 | 914 |
| Outros | 336.318 | 563.651 | 2.565.213 | 2.776.233 |

(b) Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Títulos privados | | | 33.494 | 84.729 |
| Títulos públicos | 6.074 | | 9.829 | 7.060 |
| Total | 6.074 | | 43.323 | 91.789 |
| Circulante | 6.074 | | 11.196 | 7.060 |
| Não circulante | | | 32.127 | 84.729 |

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros. Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, principalmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

9. CONTAS A RECEBER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Serviços futuros | 1.953.691 | 3.464.200 | 5.875.397 | 6.226.710 |
| Serviços a futuro | 294.468 | 304.391 | 534.727 | 303.067 |
| Aparelhos, acessórios e outros ativos | | | 560.497 | 624.138 |
| Total | 2.248.160 | 3.768.591 | 6.970.621 | 7.153.915 |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | (732.534) | (463.784) | (1.192.062) | (769.739) |
| Total | 1.515.626 | 3.304.807 | 5.778.559 | 6.384.176 |

¹ Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 25.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| A vencer | 1.573.051 | 2.869.523 | 5.159.675 | 5.117.642 |
| Vencidas até 60 dias | 241.367 | 383.547 | 495.451 | 683.800 |
| Vencidas de 61 a 90 dias | 53.012 | 57.076 | 107.562 | 107.383 |
| Vencidas de 91 a 120 dias | 52.431 | 42.809 | 106.483 | 96.964 |
| Vencidas de 121 a 150 dias | 35.096 | 59.688 | 84.788 | 100.230 |
| Vencidas acima de 150 dias | 293.112 | 355.948 | 1.022.332 | 1.047.896 |
| Total | 2.248.069 | 3.768.591 | 6.970.621 | 7.153.915 |

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------|------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Saldo em 01/01/2017 | | | (335.996) | (607.339) |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | | | (241.013) | (628.743) |
| Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis | | | 113.225 | 466.343 |
| Saldo em 2017 | | | (463.784) | (769.739) |
| Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa | | | (299.700) | (744.052) |
| Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis | | | 166.418 | 572.231 |
| Adoção CPC 48/IFRS 9 (*) | | | (135.468) | (250.502) |
| Saldo em 2018 | | | (732.534) | (1.192.062) |

(*) Impacto do reconhecimento inicial, em 1 de janeiro de 2018, do CPC 48/IFRS 9 em contrapartida a Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido. 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributos correntes a recuperar | | | | |
| IR a recuperar (i) | 77.392 | 43.435 | 213.988 | 325.857 |
| CS a recuperar (ii) | 9.668 | 10.065 | 87.647 | 115.129 |
| IRPJ / CS - impostos retidos na fonte (i) | 110.487 | 91.814 | 158.375 | 206.140 |
| Total circulante | 197.547 | 145.314 | 460.010 | 647.126 |
| Tributos diferidos a recuperar | | | | |
| IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais ¹ | | | 23.050 | |
| Total não circulante | | | 23.050 | |

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributos correntes a recolher | | | | |
| IR a pagar | 522 | 2.958 | 13.245 | 408.536 |
| CS a pagar | 193 | 1.064 | 1.801 | 150.374 |
| Total circulante | 715 | 4.022 | 18.136 | 559.110 |
| Tributos diferidos a recolher | | | | |
| IR e CS sobre diferenças temporárias ¹ | | | 419.861 | 500.110 |
| Total não circulante | | | 419.861 | 500.110 |

¹ Vide quadro de movimentação abaixo. (i) Refere-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente. (ii) Refere-se a créditos de IRPJ sobre aplicações financeiras, multas, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e IR CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-------|
| | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 |
| Saldo em 2017 | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Saldo em 2018 | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |
| Reconhecido no resultado IR/CS diferido | 2.258.970 | 2.527.689 | 1.967 | 1.967 |
| Adições/Compensações | 4.538.773 | 2.591.325 | 1.967 | 1.967 |
| Total | | | | |

--> continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|------|------|------|
| | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Cíveis | 1.859.401 | 2.054.557 | 2.103.951 | 2.384.756 | | | | |
| Tributários | 1.211.877 | 1.165.242 | 1.536.168 | 1.904.919 | | | | |
| Trabalhistas | 395.992 | 766.508 | 613.421 | 963.724 | | | | |
| Subtotal: | 3.467.270 | 3.986.307 | 4.253.540 | 5.253.399 | | | | |
| Perda estimada (i) | (170.834) | (861.067) | (205.503) | (980.095) | | | | |
| Total | 3.296.436 | 3.125.240 | 4.048.037 | 4.273.304 | | | | |
| Circulante | 278.971 | 262.870 | 367.234 | 336.561 | | | | |
| Não circulante | 3.017.465 | 2.862.370 | 3.680.803 | 3.936.743 | | | | |

(i) Este valor representa a perda estimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos obtidos. **13. DESPESAS ANTECIPADAS**

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------|------|------|------|
| | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) | 368.515 | 714.504 | | | | | | |
| Publicidade e propaganda | 90.491 | 82.895 | 134.468 | 105.185 | | | | |
| Despesas antecipadas contratuais | 31.575 | 31.575 | | | | | | |
| Seguros | 19.543 | 16.770 | 26.407 | 35.765 | | | | |
| Fiança bancária | 21.933 | 36.309 | 24.849 | 38.087 | | | | |
| Outras | 8.025 | 1.773 | 42.419 | 26.452 | | | | |
| Total | 540.082 | 137.747 | 974.222 | 205.489 | | | | |
| Circulante | 370.342 | 131.123 | 565.179 | 188.747 | | | | |
| Não circulante | 169.740 | 6.624 | 409.043 | 116.742 | | | | |

14. INVESTIMENTOS

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|-------------------|------------------|----------------|----------------|-------------|------|------|------|
| | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Participações avaliadas a: | | | | | | | | |
| Investimento em controladas | 12.394.745 | 7.951.175 | | | | | | |
| Negócios em conjunto | 75.611 | 84.306 | 31.488 | 42.346 | | | | |
| Investimento em coligadas | | | 44.123 | 42.115 | | | | |
| Custo de aquisição | 3.986 | 3.986 | 3.986 | 13.833 | | | | |
| Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas | 8.676 | 8.676 | 23.895 | 23.895 | | | | |
| Outros investimentos | 249 | 249 | 276 | 249 | | | | |
| Total | 12.483.267 | 8.048.392 | 103.768 | 122.438 | | | | |

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|-------------------|------|------|------|----------------|------|------|------|
| | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 | 2019 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Saldo em 01/01/2017 | 8.398.530 | | | | 12.1580 | | | |
| Equivalência patrimonial (i) | (201.739) | | | | (1.091) | | | |
| Juros sobre capital próprio | (74.239) | | | | | | | |
| Dividendos | (700.099) | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo | 624.299 | | | | | | | |
| Outros | 1.640 | | | | 1.949 | | | |
| Saldo em 2017 | 8.048.392 | | | | 122.438 | | | |
| Equivalência patrimonial (i) | 6.704.655 | | | | (8.001) | | | |
| Equivalência reflexa em controladas | 146.384 | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | (388.145) | | | | | | | |
| Dividendos | (998.867) | | | | | | | |
| Aumento de capital em controladas | 420.584 | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo | (96.661) | | | | | | | |
| Transferência de investimentos para passivo a descoberto | (420.584) | | | | | | | |
| Redução de investimentos em coligadas | (96.1438) | | | | | | | |
| Outros | (1.053) | | | | (822) | | | |
| Saldo em 2018 | 12.483.267 | | | | 103.768 | | | |

(i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa, principalmente, aos investimentos de negócios em conjunto e em coligadas

(Nota 1). Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

| Controladas e Negócios em conjunto | Patrimônio líquido | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | Qtde. milhares de Ações | | | Participação - % | |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------------|-----------|------------------|-----------------|
| | | | Ordinárias | Preferenciais | Cotas | Capital total | Capital votante |
| Serele | (132.696) | 103.244 | 113.850.819 | | | 81 | 61,64 |
| Oi Móvel | 12.457.382 | 6.526.305 | 14.209.581 | | | 100 | 100 |
| BRT Call Center | (32.582) | 11.270 | 22.370 | | | 100 | 100 |
| BRT Card | 917 | 350 | | | 7.499.999 | 100 | 100 |
| Dommo | (111) | (23) | 11.265 | 22.531 | | 100 | 100 |
| Hispamar | 224.568 | 18.457 | 113.213 | | 19.04 | 100 | 100 |
| AIX | 15.389 | (11.931) | 298.563 | | | 50 | 50 |

| Controladas e Negócios em conjunto | Patrimônio líquido | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | Qtde. milhares de Ações | | | Participação - % | |
|--|--------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------------|-------|------------------|-----------------|
| | | | Ordinárias | Preferenciais | Cotas | Capital total | Capital votante |
| Oi Internet | 1.219.917 | | | | | 108.294 | |
| Serele | 84.107 | | | | | | |
| Oi Móvel | 6.526.304 | 12.457.382 | | | | | |
| BRT Multimídia | 4.424 | | | | | | |
| BRT Call Center | (17.428) | | | | | 32.582 | |
| BRT Card | 350 | 917 | | | | | |
| Dommo | (23) | | | | | 111 | |
| Hispamar | 3.514 | 44.123 | | | | | |
| AIX | (10.858) | 31.488 | | | | | |
| Resultado não realizado com investidas | (7.652) | (63.553) | | | | | |
| Total | 6.704.655 | 12.470.356 | | | | 140.987 | |

| Controladas e Negócios em conjunto | Patrimônio líquido | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | Qtde. milhares de Ações | | | Participação - % | |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------------|-----------|------------------|-----------------|
| | | | Ordinárias | Preferenciais | Cotas | Capital total | Capital votante |
| Oi Internet | 1.386.894 | 1.036.796 | 821.159 | | | 100 | 100 |
| Serele | (747.951) | (335.717) | 19.238.257 | | | 81,43 | 81,43 |
| Oi Móvel | 6.291.025 | (988.912) | 14.209.581 | | | 100 | 100 |
| BRT Multimídia | 265.265 | 32.408 | | | 446.245 | 99,99 | 99,99 |
| BRT Call Center | (15.154) | (8.923) | 11.270 | | | 100 | 100 |
| BRT Card | 7972 | 445 | | | 7.499.999 | 100 | 100 |
| Dommo | (89) | (15) | 11.265 | 22.531 | | 100 | 100 |
| Hispamar | 216.140 | 15.521 | 113.213 | | 19.04 | 100 | 100 |
| AIX | 27.319 | 2.834 | 298.563 | | | 50 | 50 |

| Controladas e Negócios em conjunto | Patrimônio líquido | Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | Qtde. milhares de Ações | | | Participação - % | |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------------------|-------------------------|---------------|-------|------------------|-----------------|
| | | | Ordinárias | Preferenciais | Cotas | Capital total | Capital votante |
| Oi Internet | 1.036.796 | | | | | | |
| Serele | (273.374) | | | | | 609.056 | |
| Oi Móvel | (988.913) | 6.291.025 | | | | | |
| BRT Multimídia | 32.408 | 265.265 | | | | | |
| BRT Call Center | (8.923) | | | | | 15.154 | |
| BRT Card | 445 | 7.972 | | | | | |
| Dommo | (15) | | | | | 89 | |
| Hispamar | 2.965 | 41.960 | | | | | |
| AIX | (3.118) | 42.346 | | | | | |
| Total | (201.739) | 8.035.481 | | | | 624.299 | |

Informações financeiras resumidas

| Controladas e Negócios em conjunto | 2018 | | | Receitas |
|------------------------------------|------------|-----------|------------|----------|
| | Ativos | Passivos | Resultados | |
| Serele | 1.049.482 | 1.182.178 | 1.782.086 | |
| Oi Móvel | 20.762.257 | 8.304.875 | 10.612.114 | |
| BRT Call Center | 130.850 | 163.432 | 471.894 | |
| BRT Card | 1.046 | 129 | | |
| Dommo | 253 | 364 | | |
| Hispamar | 394.693 | 170.125 | 298.776 | |
| AIX | 38.519 | 23.130 | 45.523 | |

| Controladas e Negócios em conjunto | 2017 | | | Receitas |
|------------------------------------|------------|------------|------------|----------|
| | Ativos | Passivos | Resultados | |
| Oi Internet | 2.630.342 | 1.243.448 | 2.470.551 | |
| Serele | 994.870 | 1.742.821 | 1.580.865 | |
| Oi Móvel | 22.229.105 | 15.938.081 | 9.146.125 | |
| BRT Multimídia | 631.323 | 366.038 | 159.343 | |
| BRT Call Center | 182.071 | 197.225 | 479.454 | |
| BRT Card | 10.464 | 2.492 | | |
| Dommo | 111 | 200 | | |
| Hispamar | 389.786 | 173.646 | 274.719 | |
| AIX | 35.994 | 8.675 | 42.840 | |

15. IMOBILIZADO

| | Controladora | | | | | |
|---|---------------------|--|--|--------------------|--------------------|---------------------|
| | Obras em andamento | Equipamentos de comunicação automática | Equipamentos de transmissão e outros (i) | Infraestrutura | Prédios | Outros ativos |
| Custo do imobilizado (valor bruto) | 1.700.129 | 10.279.081 | 18.648.016 | 22.446.272 | 2.241.790 | 2.062.354 |
| Saldo em 01/01/2017 | 2.214.372 | 1.106 | 146.470 | 149.343 | 5.860 | 11.757 |
| Adições | (71.627) | (1.095) | (1.039) | (630.319) | (3.262) | (707.342) |
| Transferências | (1.535.898) | 15.274 | 597.700 | 691.496 | 102.476 | 128.952 |
| Saldo em 2017 | 2.306.976 | 10.294.366 | 19.391.147 | 22.656.792 | 2.350.126 | 2.199.801 |
| Adições | 2.126.983 | 487 | 152.019 | 229.344 | 567 | 12.052 |
| Transferências | (34.554) | (1.650) | (499.680) | (1.165) | (965) | (536.840) |
| Saldo em 2018 | 2.287.445 | 10.309.996 | 20.225.962 | 23.713.964 | 2.358.586 | 2.287.867 |
| Depreciação acumulada | (9.940.144) | (14.588.362) | (17.785.928) | (1.709.695) | (1.480.932) | (45.505.061) |
| Saldo em 01/01/2017 | (122.734) | (740.757) | (727.936) | (41.065) | (189.004) | (182.149) |
| Despesas de depreciação | 27 | 633 | 532.068 | (54.140) | 3.124 | 535.852 |
| Transferências | (43.007) | (655) | (467) | (54.140) | 55.262 | (46.790.705) |
| Saldo em 2017 | (10.062.851) | (15.329.141) | (17.962.263) | (1.804.900) | (1.611.550) | (46.790.705) |
| Despesas de depreciação | (91.994) | (741.363) | (778.352) | (42.732) | (188.296) | (1.842.757) |
| Transferências | (26) | 1.246 | 415.294 | 83 | 866 | 417.406 |
| Saldo em 2018 | (10.154.871) | (16.069.560) | (18.345.264) | (1.847.569) | (1.798.792) | (48.216.056) |
| Imobilizado líquido | 2.306.976 | 231.515 | 4.062.006 | 4.674.529 | 545.226 | 588.251 |
| Saldo em 2017 | 2.287.445 | 155.125 | 4.156.402 | 5.368.700 | 511.017 | 489.075 |
| Saldo em 2018 | 2.287.445 | 155.125 | 4.156.402 | 5.368.700 | 511.017 | 489.075 |

Taxa anual de depreciação (média) 10% 12% 10% 9% 15%

(i) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

| | Consolidado | | | | | | |
|---|--------------------|--|---|----------------|-------------|---------------|--------------|
| | Obras em andamento | Equipamentos de comunicação automática | Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾ | Infraestrutura | Prédios | Outros ativos | Total |
| Custo do imobilizado (valor bruto) | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2017 | 1.990.432 | 13.675.678 | 33.450.179 | 22.542.114 | 1.952.098 | 4.114.875 | 77.225.376 |
| Adições | 3.698.323 | 1.140 | 258.515 | 116.641 | 11.642 | 49.323 | 4.136.544 |
| Baixas | (78.463) | (1.095) | (12.260) | (630.512) | (18.266) | (18.266) | (740.596) |
| Transferências | (2.859.509) | 32.009 | 1.573.155 | 799.412 | 102.588 | | 352.345 |
| Saldo em 2017 | 2.750.783 | 13.707.732 | 35.269.589 | 22.827.655 | 2.066.328 | 4.088.277 | 81.120.364 |
| Adições | 4.063.611 | 487 | 288.954 | 203.249 | 8.027 | 36.003 | 4.603.311 |
| Baixas | (43.007) | | (41.658) | (499.680) | | (1.842) | (586.187) |
| Transferências | (3.915.934) | 64.636 | 2.196.472 | 1.484.704 | (22.225) | 192.347 | |
| Saldo em 2018 | 2.855.453 | 13.772.855 | 37.713.357 | 24.015.928 | 2.052.130 | 4.724.785 | 85.134.508 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | |
| Saldo em 01/01/2017 | (12.180.172) | (21.862.250) | (18.922.868) | (1.504.760) | (2.940.988) | | (57.431.038) |
| Despesas de depreciação | (305.817) | (1.713.048) | (808.388) | (50.017) | (360.396) | | (3.237.666) |
| Baixas | 27 | 11.354 | 532.108 | | 12.386 | | 555.875 |
| Transferências | (43.007) | (676) | (467) | (54.131) | 55.259 | | (46.790.705) |
| Saldo em 2017 | (12.485.962) | (23.584.620) | (19.199.600) | (1.608.908) | (3.233.739) | | (60.112.829) |
| Despesas de depreciação | (273.214) | (1.812.716) | (866.726) | (52.012) | (367.395) | | (3.372.063) |
| Baixas | | 36.964 | 415.294 | | 866 | | 453.114 |
| Transferências | (26) | (382) | (201) | (33.551) | (33.022) | | (67.262) |
| Saldo em 2018 | (12.759.202) | (25.360.684) | (19.651.233) | (1.627.389) | (3.633.290) | | (63.031.778) |
| Imobilizado líquido | | | | | | | |
| Saldo em 2017 | 2.750.783 | 1.021.670 | 11.684.969 | 3.628.055 | 457.420 | 1.264.538 | 21.007.533 |
| Saldo em 2018 | 2.855.453 | 1.013.653 | 12.352.673 | 4.364.695 | 424.761 | 1.091.495 | 22.102.730 |

-continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

(i) O aumento ocorrido nesta rubrica considera valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos da rubrica de provisão e serão pagos nos termos do PRJ. 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Empréstimos e financiamentos por natureza: Em virtude da Homologação do PRJ, os empréstimos e financiamentos contratados pelas sociedades integrantes do Grupo Oi foram renovados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do PRJ, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação e contabilmente apresentados nos passivos circulante e não circulante. Em 31 de julho de 2018, a Companhia e as demais sociedades do Grupo Oi concluíram a reestruturação da dívida financeira com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Oi naquela mesma data.

| | Controladora | | Consolidado | | Vencimento | |
|--|--------------|--------------|-------------|------------|------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | Principal | Juros |
| Créditos com Garantia Real | 1.623.418 | 1.731.311 | 2.690.803 | 2.864.639 | | |
| BNDES | 1.623.418 | 1.731.311 | 2.690.803 | 2.864.639 | Mar/2024 a | Mensal |
| Reestruturação I | 9.056.273 | 8.870.158 | 9.198.234 | 9.011.412 | | |
| Moeda nacional | 3.697.504 | 4.080.565 | 3.749.465 | 4.221.819 | | |
| Debêntures | 2.430.153 | 2.783.394 | 2.430.153 | 2.783.394 | Ago/2023 a | Semestral |
| Outros | 1.177.351 | 1.297.171 | 1.319.312 | 1.438.425 | Fev/2035 | Semestral |
| Moeda estrangeira | 5.448.769 | 4.789.593 | 5.448.769 | 4.789.593 | | |
| Instituição Financeira Moeda Nacional | | | 40.989 | 40.989 | | |
| Oferta Geral | 55.017 | 58.124 | 55.047 | 58.124 | | |
| Moeda nacional | 55.017 | 58.124 | 55.047 | 58.124 | | |
| Mutuo e Debêntures com controladas | 8.266 | 4.360.442 | 7.008.650 | 10.474.975 | | |
| Subtotal | 10.742.974 | 15.020.035 | 18.993.723 | 22.450.139 | | |
| Custos de transação | (870) | (90.334) | (1.407) | (19.714) | | |
| Ajuste a valor justo (*) | (5.644.808) | (12.588.211) | | | | |
| Total | 5.097.296 | 14.929.701 | 6.404.015 | 22.358.425 | | |
| Circulante | 11.045.059 | 12.722 | 13.013.574 | | | |
| Não circulante | 5.097.296 | 3.884.642 | 6.390.439 | 9.344.851 | | |

(*) Cálculo levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento. Custos de transações por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|--------------|------|-------------|--------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Instituições financeiras | | | 556 | 90.334 |
| Debêntures públicas | | | 314 | 14 |
| Total | | | 870 | 90.334 |
| Circulante | | | | 90.334 |
| Não circulante | | | 870 | 1.497 |

Composição da dívida por moeda (Nota 3.2.1)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Reais | 3.284.576 | 9.734.220 | 4.448.659 | 10.348.266 |
| Euro | | | 142.323 | 6.814.678 |
| Dólar Norte-Americano | 1.812.720 | 5.195.481 | 1.813.033 | 5.195.481 |
| Total | 5.097.296 | 14.929.701 | 6.404.015 | 22.358.425 |

Composição da dívida por indexador

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------|--------------------------|------------|-------------|------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Taxa pré-fixada | 1.75% a.a. - 10,00% a.a. | 1.813.033 | 660.544 | 1.854.023 |
| CDI | 0,75% a.a. - 1,83% a.a. | 1.657.324 | 6.667.852 | 1.713.970 |
| Libor Dólar | | | 4.725.685 | |
| TJLP | 2,95% a.a. - TJLP | 1.623.104 | 1.628.796 | 2.689.862 |
| IPCA | | | 1.246.824 | 1.246.824 |
| TR | 0% | 3.835 | 3.837 | |
| Outros | 0% | | 142.323 | |
| Total | 5.097.296 | 14.929.701 | 6.404.015 | 22.358.425 |

Cronograma de vencimentos da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

| | Dívida de longo prazo | | Custo de transação | |
|-----------------------------|-----------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | Controladora | Consolidado | Controladora | Consolidado |
| 2020 | | 6.125 | 57 | 101 |
| 2021 | | 1.925 | 57 | 101 |
| 2022 | | 751 | 57 | 101 |
| 2023 | 340.382 | 355.592 | 57 | 101 |
| 2024 e exercícios seguintes | 10.402.592 | 18.616.592 | 842 | 1.093 |
| Total | 10.742.974 | 18.981.101 | 870 | 1.497 |

Garantias: Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de sua controlada Oi Móvel. A Companhia presta aval a sua controlada Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.067 milhões. **“Covenants”** De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2 do PRJ, a Companhia e sua controlada Oi Móvel estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles: Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos. 19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|--------------|------|-------------|--------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| SMP | | | 1.025 | 4.649 |
| Concessões do STFC | 33.163 | | 61.668 | 16.261 |
| Total | 33.163 | | 62.693 | 20.910 |
| Circulante | 33.163 | | 62.693 | 20.306 |
| Não circulante | | | | 604 |

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de prestação de serviço de telefonia móvel e concessões de serviços STFC, cobradas através de: 20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL: O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013 | 137.428 | 230.447 | 173.587 | 270.768 |
| PERT (MP nº 766/2017) (i) | 26.123 | 105.289 | 26.123 | 118.582 |
| PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii) | | 2.424 | | 2.959 |
| Total | 163.551 | 338.160 | 199.710 | 392.309 |
| Circulante | 49.682 | 115.114 | 55.881 | 131.660 |
| Não circulante | 113.869 | 223.046 | 143.829 | 260.649 |

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.496/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, ali, os débitos incluídos por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|-------|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| COFINS | 10.955 | 776 | 45.740 | 57.471 |
| Imposto de renda | 39.351 | 1.065 | 24.099 | 64.515 |
| PIS | 13.846 | 485 | 13.966 | 27.812 |
| Contribuição social | 10.361 | 485 | 6.574 | 19.805 |
| INSS | 324 | 197 | 456 | 3.029 |
| PRF - Demais Débitos - RFB | 9.927 | 2.090 | 14.106 | 26.123 |
| PRF - Previdenciário - INSS | | | | 5.790 |
| PRF - Demais Débitos - RFB | | | | 2.959 |
| Outros | | | 4.508 | 7.402 |
| Total | 85.271 | 4.990 | 109.449 | 199.710 |

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|--------------|------|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| 2019 | | | 49.682 | 55.881 |
| 2020 | | | 23.559 | 29.758 |
| 2021 | | | 23.559 | 29.758 |
| 2022 | | | 23.559 | 29.758 |
| 2023 | | | 23.559 | 29.758 |
| 2024 a 2025 | | | 19.633 | 24.797 |
| Total | | | 169.710 | 199.710 |

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial. (i) Programa de Regularização Tributária - PRT: A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 (PRT), os casos aderidos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa. A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a quitação de 70% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 476 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 150 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concluídos dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017. Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão de Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôs de modo distinto. Resulta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 (PERT), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão. (ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: A Companhia optou por incluir e quitar no PRT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) e que se refere o artigo 3º, da Lei nº 13.496/2017. Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão não estava em andamento em 31 de dezembro de 2017, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial - com todos os custos a ela atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

21. PROVISÕES: Composição do saldo

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributárias | 307.263 | 279.993 | 435.546 | 425.280 |
| (i) ICMS | | | | |
| (ii) ISS | 72.082 | 67.292 | 75.120 | 72.125 |
| (iii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias) | 6.557 | 4.577 | 22.658 | 19.959 |
| (iv) Demais ações | 20.006 | 7.611 | 32.889 | 15.005 |
| Total | 405.908 | 359.473 | 566.213 | 532.369 |
| Trabalhistas | 210.596 | 129.866 | 409.330 | 389.381 |
| (i) Horas extras | 72.243 | 43.512 | 140.987 | 135.943 |
| (ii) Adicionais diversos | 68.537 | 59.777 | 131.243 | 186.133 |
| (iii) Estabilidade / reintegração | 55.242 | 36.085 | 108.298 | 113.366 |
| (iv) Complemento de aposentadoria | 26.890 | 18.227 | 50.008 | 55.823 |
| (v) Diferenças salariais | 19.261 | 10.547 | 37.201 | 32.725 |
| (vi) Verbas rescisórias | 12.029 | 7.935 | 24.821 | 24.821 |
| (vii) Multas trabalhistas | 11.626 | 7.469 | 22.386 | 22.529 |
| (viii) Vínculo empregatício | 8.465 | 8.009 | 15.677 | 24.027 |
| (ix) Honorários advocatícios/periciais | 5.793 | 4.142 | 12.405 | 17.159 |
| (x) FGTS | 3.361 | 2.189 | 6.961 | 7.348 |
| (xi) Substancialidade | 407 | 236 | 751 | 661 |
| (xii) Demais ações | 20.113 | 16.742 | 38.597 | 54.243 |
| Total | 514.363 | 344.736 | 998.668 | 1.064.790 |
| Cíveis | 368.929 | 1.933.108 | 427.737 | 2.019.380 |
| (i) ANATEL | 28.709 | 52.789 | 83.336 | 130.898 |
| (ii) Juizado Especial | 334.318 | 315.553 | 431.298 | 482.329 |
| (iii) Demais ações | 73.956 | 2.337.450 | 942.371 | 2.632.607 |
| Total das provisões | 1.652.227 | 3.041.663 | 2.507.255 | 4.229.766 |
| Circulante | 158.556 | 155.138 | 251.467 | 352.713 |
| Não circulante | 1.493.671 | 2.886.521 | 2.255.788 | 3.877.053 |

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas da monetariamente. Detalhamento do passivo contingente, por natureza: A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

| | Consolidado | |
|--------------|-------------|------------|
| | 2018 | 2017 |
| Tributária | 22.104.851 | 21.122.441 |
| Trabalhista | 538.128 | 535.990 |
| Cível | 1.029.961 | 856.951 |
| Total | 23.672.940 | 22.495.386 |

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributárias | 307.263 | 279.993 | 435.546 | 425.280 |
| Adições / Reversões | 14.730 | 137.415 | 4.356.170 | 4.508.315 |
| Atualização monetária | 27.037 | 187.940 | 69.943 | 284.920 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (i) | (75.411) | (34.565) | (113.972) | (223.948) |
| Ajuste a valor presente | | | (3.184.388) | (3.184.388) |
| Total | 359.473 | 344.736 | 2.337.450 | 3.041.659 |
| Adições / Reversões (ii) | (40.229) | 121.181 | 35.117 | 116.069 |
| Atualização monetária (ii) | 83.960 | 163.868 | 39.003 | 286.831 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (ii) | 2.704 | (115.422) | (19.614) | (179.332) |
| Total | 405.908 | 514.363 | 731.956 | 1.652.227 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Tributárias | 307.263 | 279.993 | 435.546 | 425.280 |
| Adições / Reversões | 14.730 | 137.415 | 4.356.170 | 4.508.315 |
| Atualização monetária | 27.037 | 187.940 | 69.943 | 284.920 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (i) | (75.411) | (34.565) | (113.972) | (223.948) |
| Ajuste a valor presente | | | (3.184.388) | (3.184.388) |
| Total | 359.473 | 344.736 | 2.337.450 | 3.041.659 |
| Adições / Reversões (ii) | (40.229) | 121.181 | 35.117 | 116.069 |
| Atualização monetária (ii) | 83.960 | 163.868 | 39.003 | 286.831 |
| Baixas por pagamento/encerramentos (ii) | 2.704 | (115.422) | (19.614) | (179.332) |
| Total | 405.908 | 514.363 | 731.956 | 1.652.227 |

Saldo em 01/01/2017
Adições / Reversões
Atualização monetária
Baixas por pagamento/encerramentos (i)
Ajuste a valor presente
Saldo em 2017
Adições / Reversões (ii)
Atualização monetária (ii)
Baixas por pagamento/encerramentos (ii)
Saldo em 2018
Saldo em 01/01/2017
Adições / Reversões
Atualização monetária
Baixas por pagamento/encerramentos (i)
Ajuste a valor presente
Saldo em 2017
Adições / Reversões (ii)
Atualização monetária (ii)
Baixas por pagamento/encerramentos (ii)
Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face à atualização fiscal de IPTU e a diversas ações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social. **Trabalhistas:** A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos e o parecer técnico dos assessores legais. (i) Horas extras - Refere-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada. (ii) Indenizações - Refere-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória. (iii) Adicionais diversos - Reflete, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão. (iv) Estabilidade / reintegração - Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa. (v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas. (vi) Diferenças salariais - Refere-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas, lá se reflexo dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado. (vii) Verbas rescisórias - Refere-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças. (viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e aplicáveis e condições contratuais. (ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados que alegam desconhecimento ou reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. (x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das planilhas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90. (xi) Desemprego - Reclamações de ex-empregados que alegam desconhecimento ou reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. (xii) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das planilhas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90. (xi) Desemprego - Reclamações de ex-empregados que alegam desconhecimento ou reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. (xii) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das planilhas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90. (xi) Desemprego - Reclamações de ex-empregados que alegam desconhecimento ou reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. (xii) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das planilhas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90. (xi) Desemprego - Reclamações de ex-empregados que alegam desconhecimento ou reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. (xii) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclam

- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695). Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social: Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

| | Controladora | | | | | | |
|---|--------------|-------------|-------------|------------------------------|------|------|------|
| | 2018 | | | Planos de Assistência Médica | | | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA | PAMA | PAMA | PAMA |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 300.208 | 3.576.002 | 3.690.110 | 2.555.972 | | | |
| Juros sobre obrigações atuariais | 28.414 | 339.248 | 346.620 | 246.122 | | | |
| Custo do serviço corrente | 41 | 1.472 | | 104 | | | |
| Contribuições de participantes verificadas no ano | 34 | | | | | | |
| Benefícios pagos líquidos | (22.751) | (255.617) | (333.364) | (195.602) | | | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 13.770 | 230.165 | 94.602 | 204.878 | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 319.716 | 3.891.270 | 3.797.968 | 2.811.474 | | | |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 351.965 | 3.872.828 | 5.890.139 | 2.665.814 | | | |
| Rendimentos dos ativos do plano | 33.506 | 368.426 | 562.883 | 256.920 | | | |
| Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora | 101 | | | | | | |
| Pagamento de benefícios | (22.751) | (255.617) | (333.364) | (195.602) | | | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 6.460 | 228.337 | (344.244) | 106.344 | | | |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 369.281 | 4.211.974 | 5.775.414 | 2.833.475 | | | |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | (49.565) | (320.704) | (1.977.446) | (22.001) | | | |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 49.565 | 320.704 | 1.977.446 | 22.001 | | | |
| (=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | | | | | | | |

| | Controladora | | | | | | |
|---|--------------|-------------|-------------|------------------------------|------|------|------|
| | 2017 | | | Planos de Assistência Médica | | | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA | PAMA | PAMA | PAMA |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 279.147 | 3.265.462 | 3.486.769 | 2.075.073 | | | |
| Juros sobre obrigações atuariais | 31.697 | 372.039 | 393.424 | 234.464 | | | |
| Custo do serviço corrente | 34 | 1.304 | | 89 | | | |
| Contribuições de participantes verificadas no ano | 41 | | | | | | |
| Benefícios pagos líquidos | (22.480) | (247.566) | (344.255) | (170.127) | | | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 11.770 | 194.763 | 154.172 | 416.473 | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 300.208 | 3.576.002 | 3.690.110 | 2.555.972 | | | |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 306.505 | 3.605.460 | 5.360.600 | 2.398.818 | | | |
| Rendimentos dos ativos do plano | 34.946 | 412.261 | 615.098 | 271.857 | | | |
| Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora | 114 | | | | | | |
| Pagamento de benefícios | (22.480) | (247.566) | (344.256) | (170.127) | | | |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | 32.880 | 102.673 | 258.697 | 165.266 | | | |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 351.965 | 3.872.828 | 5.890.139 | 2.665.814 | | | |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | (51.757) | (296.826) | (2.200.029) | (109.842) | | | |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 51.757 | 296.826 | 2.200.029 | 109.842 | | | |
| (=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | | | | | | | |

| | Consolidado | | | | | | |
|---|-------------|----------|-------------|------------------------------|-----------|---------|-----------|
| | 2018 | | | Planos de Assistência Médica | | | |
| | BrT PREV | TCS PREV | PBS-Telemar | PBS-A | PBS-TNC | CELPREV | PAMA |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.547 | 2.578 | 300.208 | 3.665.281 | 3.690.110 | 31.938 | 41 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 133 | 256 | 28.414 | 347.708 | 346.620 | 3.027 | 4 |
| Custo do serviço corrente | 16 | 30 | 41 | 1.752 | 55 | 3 | 104 |
| Contribuições de participantes verificadas no ano | (76) | (100) | (22.751) | (261.513) | (333.364) | (2.505) | (195.602) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (28) | 241 | 13.770 | 235.115 | 94.602 | 2.527 | (22) |
| Elevação(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano | (1.592) | 1.592 | | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 4.597 | 319.716 | 3.988.343 | 3.797.968 | 35.043 | 26 | 2.811.474 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.162 | 8.056 | 351.965 | 3.969.518 | 5.890.139 | 59.722 | 3.030 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 98 | 753 | 33.506 | 377.614 | 562.883 | 5.759 | 298 |
| Contribuições normais recebidas pelo plano | | | 101 | | | 4 | 1 |
| Patrocinadora | | | 67 | | | 3 | 1 |
| Participantes | | | 34 | | | 1 | |
| Pagamento de benefícios | (22) | (100) | (22.751) | (261.513) | (333.364) | (2.504) | (195.603) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (76) | (4.759) | 6.460 | 231.427 | (344.244) | (2.919) | 11 |
| Elevação(redução) do ativo em decorrência de mudanças no Plano | (1.162) | 1.162 | | | | | |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 5.112 | 369.281 | 4.317.046 | 5.775.414 | 60.062 | 3.340 | 2.833.475 |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | (515) | (49.565) | (328.703) | (1.977.446) | (25.019) | (3.314) | (22.001) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | 200 | 49.565 | 328.703 | 1.977.446 | 24.179 | 3.315 | 22.001 |
| (=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | (315) | | | | (840) | (199) | |

(*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

| | Consolidado | | | | | | |
|---|-------------|----------|-------------|------------------------------|-------------|----------|-----------|
| | 2017 | | | Planos de Assistência Médica | | | |
| | BrT PREV | TCS PREV | PBS-Telemar | PBS-A | PBS-TNC | CELPREV | PAMA |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | 1.538 | 2.696 | 279.148 | 3.346.198 | 3.486.769 | 29.204 | 133 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 173 | 311 | 31.697 | 381.256 | 393.424 | 3.328 | 15 |
| Custo do serviço corrente | 23 | 56 | 32 | 1.506 | | 48 | 7 |
| Contribuições de participantes verificadas no ano | (88) | (11) | (22.480) | (253.289) | (344.256) | (2.354) | (170.127) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (99) | (474) | 11.770 | 189.610 | 154.173 | 1.705 | (114) |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício | 1.547 | 2.578 | 300.208 | 3.665.281 | 3.690.110 | 31.938 | 41 |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.204 | 8.690 | 306.505 | 3.693.378 | 5.360.600 | 54.684 | 2.553 |
| Rendimentos dos ativos do plano | 134 | 1.021 | 34.946 | 422.327 | 615.098 | 6.343 | 301 |
| Contribuições normais recebidas pelo plano | | | 114 | | | 19 | 2 |
| Patrocinadora | | | 73 | | | 12 | 2 |
| Participantes | | | 41 | | | 7 | |
| Pagamento de benefícios | (88) | (11) | (22.480) | (253.289) | (344.256) | (2.354) | (170.127) |
| Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes | (88) | (1.644) | 32.880 | 107.102 | 258.697 | 1.030 | (174) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 1.162 | 8.056 | 351.965 | 3.969.518 | 5.890.139 | 59.722 | 2.665.814 |
| (=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido | 385 | (5.478) | (51.757) | (304.237) | (2.200.029) | (27.784) | (2.641) |
| Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso | | 1.614 | 51.757 | 304.237 | 2.200.029 | 27.784 | 2.641 |
| (=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾ | 385 | (3.864) | | | | | 109.842 |

(1) A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado aos Planos TCSPREV e CELPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 514 (2017 - R\$ 3.864), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

| | Controladora | | | | | | |
|---|--------------|-------------|-----------|------------------------------|------|------|------|
| | 2018 | | | Planos de Assistência Médica | | | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA | PAMA | PAMA | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 28.414 | 339.248 | 346.620 | 246.122 | | | |
| Juros sobre obrigações atuariais | (33.506) | (368.426) | (562.883) | (256.920) | | | |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | 5.088 | 29.178 | 216.263 | 10.798 | | | |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | (37) | (1.472) | | (104) | | | |

| | Controladora | | | | | | |
|---|--------------|-------------|-----------|------------------------------|------|------|------|
| | 2017 | | | Planos de Assistência Médica | | | |
| | PBS-Telemar | TelemarPrev | PBS-A | PAMA | PAMA | PAMA | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 31.697 | 372.039 | 393.424 | 234.464 | | | |
| Juros sobre obrigações atuariais | (34.945) | (412.261) | (615.098) | (271.857) | | | |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | 3.236 | 40.222 | 221.674 | 37.393 | | | |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | (21) | (1.304) | | (89) | | | |

| | Consolidado | | | | | | |
|--|-------------|----------|-------------|------------------------------|-----------|---------|--------|
| | 2018 | | | Planos de Assistência Médica | | | |
| | BrT PREV | TCS PREV | PBS-Telemar | PBS-A | PBS-TNC | CELPREV | PAMA |
| Custo do serviço corrente | 16 | 30 | 41 | 1.752 | 55 | 3 | 104 |
| Juros sobre obrigações atuariais | 133 | 256 | 28.414 | 347.708 | 346.620 | 3.027 | 4 |
| Rendimentos dos ativos do plano | (98) | (753) | (33.506) | (377.614) | (562.883) | (5.759) | (298) |
| Juros sobre o passivo oneroso | 147 | 5.088 | 29.906 | 216.263 | 2.731 | 294 | 10.798 |
| Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido | | | (37) | (1.752) | (54) | (3) | (104) |
| Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados | 51 | (320) | | | | | |
| Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes | (6) | 3.439 | | | | | |
| Total da despesa (receita) reconhecida | 45 | 3.119 | | | | | |

(*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC e de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os planos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites mínimos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os planos de pensão são os seguintes:

Informações Adicionais - 2018: a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 3

—☆— continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. Em janeiro de 2018, ocorreu o pagamento da última parcela desse programa, referente ao exercício de 2017.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da "holding" Oi)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber | 436.853 | 1.890.194 | 399.758 | 577.782 |
| Oi | 26.287 | 121.174 | 399.758 | 577.589 |
| Rio Alto | | 193 | | 193 |
| Oi Móvel | 384.793 | 1.653.217 | | |
| Brt Multimídia | 25.709 | 52.787 | | |
| Oi Internet | | 62.622 | | |
| Serdede | | 155 | | |
| Paggo Administradora | 64 | 46 | | |
| Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante) | 19.161 | 1.186.125 | 19.161 | 5.805.685 |
| Oi | 19.161 | 1.185.952 | 19.161 | 5.805.685 |
| Oi Móvel | | 173 | | |
| Dividendos a receber | 663.865 | 870.125 | | 27.940 |
| Brt Multimídia | | 127.996 | | |
| Brt Card | 87 | 2.457 | | |
| Oi Móvel | 663.778 | 348.590 | | 27.940 |
| Copart 5 | | 27.940 | | |
| Serdede | | 363.142 | | |
| Demais ativos | 201.707 | 380.112 | | 58.265 |
| Oi | 61.338 | 8.596 | | 58.265 |
| Oi Móvel | 92.198 | | | |
| Serdede | 43.921 | 138.862 | | |
| Brt Multimídia | 198 | 29 | | |
| Brt Call Center | 4.052 | | | |
| Rede Conecta | | 232.625 | | |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|----------------|-------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | 1.206.658 | 1.449.294 | 174.788 | 596.615 |
| Oi | 42.549 | 220.365 | 174.788 | 596.615 |
| Oi Móvel | 971.044 | 85.948 | | |
| Serdede | 168.933 | 121.160 | | |
| Paggo Administradora | 26.125 | 20.136 | | |
| Brt Multimídia | (1.1993) | 697 | | |
| Oi Internet | | 834.919 | | |
| Rede Conecta | | 166.069 | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) (i) | 8.266 | 4.260.441 | 142.328 | 10.474.975 |
| Oi | | 3.054.056 | | 3.139.708 |
| Oi Móvel | | 811.243 | | |
| Brt Multimídia | 8.266 | 9.205 | | |
| Oi Internet | | 137 | | 475.800 |
| PT Participações | | 475.800 | | |
| Oi Serviços Financeiros | | | 6 | 44.789 |
| Oi Holanda | | | 142.322 | 6.814.678 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 819.571 | 848.041 | | 848.041 |
| Oi | 819.571 | 848.041 | | 848.041 |
| Demais obrigações | 157.424 | 344.545 | 268.227 | 590.285 |
| Oi | 149.289 | 335.204 | 268.227 | 590.285 |
| Oi Móvel | 6.932 | 7.671 | | |
| Brt Multimídia | 781 | 1.007 | | |
| Paggo Administradora | 422 | 422 | | |
| Oi Internet | | 241 | | |

(i) A Companhia contrata mutuos e debêntures com sua controladora segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Da mesma forma a Companhia, no âmbito da recuperação judicial mantém a classificação de suas dívidas de acordo com prazo de pagamento. (ii) Em março de 2018, após a aprovação da PRJ e seguindo seus respectivos ritos, foi promovido um encontro de contas entre a TMAP, Oi Móvel e Oi, onde os créditos de dividendos e JSCP que a Oi detinha em relação à TMAP foram transferidos para a Oi Móvel considerando as compensações de créditos realizadas entre as empresas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita | | | | |
| Receita dos serviços prestados | 613.954 | 533.893 | 922.295 | 1.020.155 |
| Oi | 26.327 | 51.179 | 922.295 | 1.020.155 |
| Oi Móvel | 557.846 | 473.238 | | |
| Oi Internet | 2 | 5 | | |
| Brt Multimídia | 3.498 | 6.344 | | |
| Serdede | 24.845 | 1.962 | | |
| Rede Conecta | 1.389 | 599 | | |
| Rio Alto | | 528 | | |
| Paggo Administradora | 56 | 38 | | |
| Receitas financeiras | 196.962 | 112.742 | 7.205.483 | 589.144 |
| Oi | 18.748 | 111.540 | 84.788 | 569.045 |
| Oi Serviços Financeiros | | | | 99 |
| Oi Móvel | 166 | 1.202 | | |
| Serdede | 23.435 | | | |
| Rede Conecta | 31.470 | | | |
| Brt Multimídia | 2.213 | | | |
| PT Participações | 120.930 | | 120.930 | |
| Oi Holanda | | | 6.999.765 | |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Custos e despesas | | | | |
| Custos e despesas operacionais | (1.247.589) | (1.468.744) | (131.468) | (153.109) |
| Oi | (28.392) | (61.106) | (131.468) | (152.563) |
| Oi Móvel | (212.602) | (415.411) | | |
| Serdede | (677.196) | (600.810) | | |
| Paggo Administradora | (12.116) | (13.663) | | |
| Brt Multimídia | (374) | (405) | | |
| Oi Internet | | (1) | | |
| Rede Conecta | (316.909) | (377.348) | | |
| Rio Alto | | | (546) | |
| Despesas financeiras | (734.152) | (458.846) | (2.559.407) | (1.620.116) |
| Oi | (716.589) | (345.260) | (1.548.241) | (365.306) |
| Oi Móvel | 123.662 | (84.110) | | |
| Brt Multimídia | 471 | (954) | | |
| Serdede | (12.539) | | | |
| Oi Internet | 21 | (14) | | |
| PT Participações | (129.178) | (28.508) | (129.178) | (28.508) |
| Oi Serviços Financeiros | | (3.203) | | (5.076) |
| Oi Holanda | | | (878.785) | (1.221.226) |

Linhas de créditos: A Companhia pode conceder (ou receber) linhas de crédito às (de) suas controladas ou controladora com a finalidade de fornecer ou receber capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2017 – 115% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos "intercompany" em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2018 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. **Aluguel de infraestrutura de transmissão:** As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e ELD. As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial. **Garantias:** A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto. **Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas**

do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos "intercompany" em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2018 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. **Aluguel de infraestrutura de transmissão:** As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e ELD. As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial. **Garantias:** A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto. **Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber | | | 6.359 | 5.929 |
| Outras entidades | | | 6.359 | 5.929 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | 71.994 | 65.408 | 74.210 | 67.654 |
| Hispamar | 65.789 | 61.163 | 66.704 | 62.094 |
| Outras entidades | 6.205 | 4.245 | 7506 | 5.560 |
| Receita | | | | |
| Receita dos serviços prestados | 270 | 62 | 324 | 119 |
| Hispamar | 270 | 62 | 270 | 62 |
| Outras entidades | | | 54 | 57 |
| Receita financeira | | | 430 | 430 |
| Outras entidades | | | 430 | 430 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Custos e despesas | | | | |
| Custos e despesas operacionais | (230.641) | (275.33) | (236.087) | (215.079) |
| Hispamar | (203.230) | (207.271) | (207.271) | (185.223) |
| Outras entidades | (27.411) | (27.533) | (28.816) | (29.856) |
| Despesas financeiras | (164) | (167) | (167) | (167) |
| Hispamar | (155) | (155) | (155) | (155) |
| Outras entidades | (9) | (9) | (9) | (9) |

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração dos administradores, responsáveis pela direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os diretores estatutários, foi de R\$ 8.289 (2017 – R\$ 3.986). A Homologação judicial do PRJ, após sua votação e aprovação pelos credores em assembleia, ensejou o pagamento de remuneração excepcional à diretoria estatutária, pontual e não recorrente, de até R\$ 3,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os diretores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da Oi. **28 SEGUROS:** Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos à propriedade que cobre todos os ativos servíveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão. As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

| | Consolidado | |
|--|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 |
| Modalidade de seguro | | |
| Riscos operacionais e lucros cessantes | 700.000 | 700.000 |
| Incêndio – estoques | 150.000 | 150.000 |
| Responsabilidade civil - terceiros (*) | 309.984 | 264.640 |
| Roubo – estoques | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil - geral | 20.000 | 20.000 |
| Responsabilidade civil – veículos | 2.000 | 3.000 |

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2018 (ptax): R\$ 3,8748= US\$ 1,00. **27 OUTRAS INFORMAÇÕES:**
a) Incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel: No dia 1 de março de 2018 foi realizada a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, sendo a Oi Internet subsidiária indireta e a Oi Móvel subsidiária direta da Companhia, em cumprimento ao disposto nas cláusulas 3.16 e 7.1 do PRJ da Oi e de suas subsidiárias Oi Móvel, Telemont, Copart 4, Copart 5, PTIF e Oi Holanda. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas previsto expressamente no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços. **b) Reorganização societária – Brt Multimídia:** Em 22 de março de 2018 a Companhia e a Oi Móvel celebraram um Termo de Outorga de Contrato de Abertura de Linha de Crédito, no qual a Companhia se obrigou a transferir 446.244 quotas do capital social da Brt Multimídia para a Oi Móvel. Nesse processo a Companhia passou a ser detentora de apenas 0,01% da Brt Multimídia e a sua controlada Oi Móvel, ficou com 99,99% do capital social. **c) Incorporação da Rede Conecta pela Serdede:** No dia 1 de novembro de 2018 foi realizada a incorporação da Rede Conecta pela Serdede, sendo a Rede Conecta subsidiária indireta e a Serdede subsidiária direta da Companhia. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi e tem como objetivo a otimização das operações. Além disso, a unificação das operações destas subsidiárias, mediante a consolidação das atividades realizadas, trará benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na prestação de serviços. **d) Aquisição de investimentos: ARM Engenharia/Rede Conecta:** Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo. Em abril e maio de 2016, a Serdede, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serdede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta – Serviços de Rede S.A. **Telemont - RJ:** Em outubro de 2015, a Serdede, controladora direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia. **Ativos e passivos adquiridos:** A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada como operação separada de uma combinação de negócios, considerando relacionamento preexistente entre a Companhia e a adquirida, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores dos ativos e passivos adquiridos indetectáveis até a data do balanço apresentados abaixo:

| | ARM Engenharia / Rede Conecta | | Telemont - RJ | |
|------------------------|-------------------------------|---------------|---------------|------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo circulante | 219.970 | 3.126 | | |
| Ativo não circulante | 41.692 | 14.245 | | |
| Ativo total | 261.662 | 17.371 | | |
| Passivo não circulante | 665.907 | 77.852 | | |
| Patrimônio líquido | 507.265 | 27.164 | | |
| Passivo total | 261.662 | 17.371 | | |

28 EVENTOS SUBSEQUENTES: Incorporação da Copart 4 pela Telemont: No dia 2 de janeiro de 2019 foi realizada a incorporação da subsidiária Copart 4 pela Telemont. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi descritos no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações. Além disso, a unificação da operação desta subsidiária, mediante a consolidação das atividades realizadas, trará benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência do negócio da Companhia.

| DIRETORES ESTATUTÁRIOS | | CONTADOR | DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO |
|---|--|-------------------------------------|--|
| Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor Presidente) | | Marcelo Antônio Leal Gomes | David Tavares Neves Nunes |
| Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Diretor de Finanças) | | CRC-RJ 083.182 | CRC-RJ 069.013 |
| José Claudio Moreira Gonçalves (Diretor) | | DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO | |
| Bernardo Kos Wink (Diretor) | | Sílvia Almeida | |

—☆— continuação

—continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial, Rio de Janeiro - RJ. Opinião: sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto de que a continuidade normal dos negócios, que consideramos o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº 11.101/2005. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza operacional em teor semelhante ao descrito neste relatório. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, das deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F
Emir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0 - S - RJ

Id: 2177420

PARQUE DA LAGOA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ 15.137.022/0001-75

| Balanço Patrimonial em 31/12/2018 e 2017 (Em R\$) | | | Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31/12/2018 e 2017 (Em R\$, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios em 31/12/2018 e 2017 (Em R\$) | | | | |
|---|----------|---------|---|---------------|-------------------------------|----------------------|--|--|----------|-------|--|--|
| Ativo | 2018 | 2017 | | 2018 | 2017 | | | 2018 | 2017 | | | |
| Circulante | 11.300 | 12.159 | Receita Bruta | - | 250 | | Fluxo de caixa das atividades operacionais | - | - | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.744 | 9.773 | Deduções da Receita Bruta | - | (23) | | Lucro líquido (prejuízo) antes do I.R. e contribuição social: | (22.756) | (16.056) | | | |
| Estoques | 21 | 21 | Receita operacional líquida | - | 227 | | Ajustes em: | | | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | 449 | 455 | Despesas operacionais | (1.431) | (4.537) | | Ganho de participação societária | 3 | 3 | | | |
| Mútuos a receber | 751 | 706 | Despesas gerais e administrativas | (1.428) | (4.536) | | Valor residual de ativo permanente baixado | - | 17 | | | |
| Tributos a recuperar | 382 | 342 | Resultado de equidade patrimonial | (7) | (3) | | Depreciação | 148 | 17 | | | |
| Outros ativos | 12 | 12 | Outras receitas líquidas | 4 | 3 | | | (22.605) | (15.869) | | | |
| Não circulante | 941 | 860 | Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | (1.431) | (4.309) | | Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais | | | | | |
| Realizável a longo prazo | 529.710 | 536.010 | Resultado financeiro: | | | | Estoques | - | (10) | | | |
| Imóveis a comercializar | 529.261 | 535.409 | Receitas financeiras | 647 | 1.430 | | Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros | 6 | 51 | | | |
| Depósitos judiciais | 529.205 | 535.400 | Despesas financeiras | (21.972) | (13.177) | | Tributos a recuperar | 6 | 49 | | | |
| Investimento | 56 | 9 | Resultado financeiro líquido | (21.325) | (11.747) | | Imóveis a comercializar | (103) | (5.570) | | | |
| Imobilizado | 447 | 594 | Prejuízo antes do I.R. e C.S. | (22.756) | (16.056) | | Outros ativos | (129) | (74) | | | |
| Intangível | 2 | 3 | Imposto de renda e contribuição social - diferido | 33 | - | | Depósitos judiciais | - | (9) | | | |
| Total do ativo | 541.010 | 548.179 | Prejuízo do exercício | (22.723) | (16.056) | | Fornecedores e subempreiteiros | 15 | (2.491) | | | |
| | | | Prejuízo por ação - em reais | (0,13) | (0,09) | | Obrigações trabalhistas | (815) | (275) | | | |
| | | | | | | | Obrigações tributárias | - | (99) | (229) | | |
| | | | | | | | Outros passivos | 806 | (12.958) | | | |
| | | | | | | | Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | (22.924) | (37.387) | | | |
| Passivo e patrimônio líquido | 2018 | 2017 | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/2018 e 2017 (Em R\$) | | | | Fluxo de caixa das atividades de investimento: | | | | | |
| Circulante | 1.887 | 1.972 | | | | | Aquisição do ativo imobilizado e intangível | - | (9) | | | |
| Fornecedores e subempreiteiros | 1.050 | 1.035 | Reservas de Lucros | | | | Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | - | (9) | | | |
| Obrigações trabalhistas | 7 | 824 | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Prejuízos acumulados | Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | | | | | |
| Obrigações tributárias | 4 | 93 | | | | | Dividendos pagos | - | (1.008) | | | |
| Contas a pagar | 813 | 17 | | | | | Mútuos com partes relacionadas | 21.895 | 30.959 | | | |
| Outros passivos | 13 | 9 | | | | | Adiantamento para aumento de capital | - | (46.040) | | | |
| Não circulante | 388.715 | 373.026 | | | | | Aumento de capital | - | 46.040 | | | |
| Provisão para contingência | 267 | 267 | Saldo em 31/12/2016 | 131.671 | 794 | 11.438 | - | 143.903 | | | | |
| Mútuos a pagar | 272.150 | 250.213 | Aumento de capital social - | | | | Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | 21.895 | 29.951 | | | |
| Obrigações com acionista | 116.298 | 122.596 | ações ordinárias | | | | Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa | (1.029) | (7.745) | | | |
| Patrimônio líquido | 150.408 | 173.131 | Distribuição de lucros | | | | Caixa e equivalentes de caixa no início do ano | 9.773 | 17.218 | | | |
| Capital social | 177.711 | 177.711 | Prejuízo do exercício | | | | Caixa e equivalentes de caixa no final do ano | 8.744 | 9.773 | | | |
| Prejuízos acumulados | (27.303) | (4.580) | Absorção do prejuízo acumulado | | | | Diminuição de caixa e equivalentes de caixa | (1.029) | (7.745) | | | |
| Total do passivo | 541.010 | 548.179 | pelas reservas de lucros | | | | | | | | | |
| | | | Saldo em 31/12/2017 | | | | Nota Explicativa da Administração Financeira. O Capital Social da Companhia em 31/12/2018 é de R\$ 177.711, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 175.245 ações ordinárias e 2.465 ações preferenciais. Representada pela participação societária de 98,61% da Lagoa da Barra Incorporações e Construção S.A. e 1,39% da Rio Mais S.A. As demonstrações financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia. | | | | | |
| | | | Prejuízo do exercício | | | | | | | | | |
| | | | Saldo em 31/12/2018 | | | | | | | | | |
| | | | Diretor: Marcelo Marques de Athayde - Dir. Presidente; Wagner Pereira Vianza - Diretor Administrativo - Financeiro. Contador: Flaviano Santos dos Reis - CRC 000.000.000-00 | | | | | | | | | |

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RJ**

Certidão n.º: RJ/2019/00001209

Nome: MARCELO ANTONIO LEAL GOMES CPF: 023.372.847-35

CRC/UF n.º RJ-083182/O Categoria: CONTADOR

Validade: 27.08.2019

Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRC.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : 023.372.847-35 Controle : 4100.4728.5042.5355